



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ - IFCE CAMPUS FORTALEZA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ALEXSANDRO DA SILVA FREITAS

**AS RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO NA EPT E O MUNDO DO TRABALHO:
UM ESTUDO DE CASO DOS MÚSICOS DO CURSO TÉCNICO EM
INSTRUMENTO MUSICAL DO IFCE FORTALEZA**

FORTALEZA

2025

ALEXSANDRO DA SILVA FREITAS

**AS RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO NA EPT E O MUNDO DO TRABALHO:
UM ESTUDO DE CASO DOS MÚSICOS DO CURSO TÉCNICO EM
INSTRUMENTO MUSICAL DO IFCE FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE – *Campus* Fortaleza, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F862r Freitas, Alexsandro da Silva.
As relações entre formação na EPT e o mundo do trabalho : um estudo de caso dos músicos do Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE Fortaleza / Alexsandro da Silva Freitas. - 2025.
143 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho.
1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Trabalho. 3. Educação Musical. 4. Curso Técnico em Instrumento Musical. I. Título.

CDD 378.013

ALEXSANDRO DA SILVA FREITAS

AS RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO NA EPT E O MUNDO DO TRABALHO: UM
ESTUDO DE CASO DOS MÚSICOS DO CURSO TÉCNICO EM INSTRUMENTOS
MUSICAIS DO IFCE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE – campus Fortaleza, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 16 / 04 /2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Filipe Ximenes Parente
Universidade Federal do Ceará

FORTALEZA
2025

Para toda classe das músicas e músicos
compreendendo nossa ancestralidade,
contemporaneidade e futuro.

Ainda estamos aqui...

AGRADECIMENTOS

Ao mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Fortaleza, pela oportunidade de formação acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de desenvolvimento científica concedida em parte do período de duração do Mestrado, anos de 2023, 2024 e 2025 pelo investimento e confiança nos pesquisadores do Brasil.

Ao coordenador do mestrado profissional do ProfEPT, IFCE, Prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino pela parceria em diversos escritos no decorrer deste ciclo.

Aos membros de composição da banca de qualificação e defesa, na figura do nosso orientador Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho e os integrantes Prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino e Prof. Dr. Filipe Ximenes Parente pelas críticas construtivas e lúcidas ao projeto e ao texto da dissertação final.

A minha companheira, Isabel Alves, por essa jornada caminhada com dedicação e amor.

Aos mestrandos, hoje muitos mestres e mestras, da turma VI do ProfEPT, IFCE, minha turma que me ajudou muito compartilhando saberes e angústias neste processo de crescimento intelectual e afetivo.

Aos participantes voluntários da pesquisa do Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE Fortaleza, que contribuíram com a exposição de suas trajetórias educacionais e profissionais para finalizarmos este escrito.

“No palco, na praça, no circo
Num banco de jardim
Correndo no escuro, pichado no muro
Você vai saber de mim
Mambembe, cigano
Debaixo da ponte, cantando
Por baixo da terra, cantando
Na boca do povo,
cantando”

(Chico Buarque, 1972)

RESUMO

A presente investigação trata de expor um percurso metodológico possível para a realização de uma pesquisa qualitativa em Educação Profissional e Tecnológica. A formação humana omnilateral, conceito de Karl Marx que se refere ao desenvolvimento físico, mental, cultural, político e científico-tecnológico dos sujeitos históricos, do ensino-aprendizagem na educação técnica profissional em música e sua relação com o mundo do trabalho é o foco central de nossa pesquisa. Já se faz notório percebermos que os processos educacionais brasileiros e escolhas políticas pedagógicas de currículo e práticas educativas são alinhadas com uma construção dos sujeitos para suprir e executar uma função específica na sociedade de mercado capitalista. Desta maneira, compreender qual é o caminho educacional escolhido para trilharmos um futuro da nação brasileira é uma necessidade constante, que precisamos constantemente rever e nos transformarmos para criar novos rumos, que beneficiem, de verdade, a sociedade em geral. Nosso objetivo é investigar o processo formativo dos estudantes do Curso Técnico em Instrumento Musical e sua relação com a experiência na cena laboral da música no Ceará, no ano de 2025, analisando criticamente os processos formativos estabelecidos na Instituição, IFCE, campus Fortaleza, e suas consequências empíricas e teóricas na vida profissional dos alunos. Para isso, nossa metodologia se trata de um estudo de caso com enfoque qualitativo, realizamos entrevistas semi-estruturadas e o nosso produto educacional em formato de podcast junto aos estudantes de música do IFCE Fortaleza. Por fim, pretendemos que esta pesquisa contribua com a análise crítica das contradições e dos caminhos pedagógicos materializados no Curso Técnico em Instrumento Musical e que se possa enxergar as implicações dessa formação na vida dos educandos/trabalhadores deste curso.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Trabalho. Educação Musical. Curso Técnico em Instrumento Musical.

RESUMEN

La presente investigación trata de exponer un recorrido metodológico posible para la realización de una investigación cualitativa en Educación Profesional y Tecnológica. La formación humana omnilateral, concepto de Karl Marx que se refiere al desarrollo físico, mental, cultural, político y científico-tecnológico de los sujetos históricos, de la enseñanza-aprendizaje en la educación técnica profesional en música y su relación con el mundo del trabajo es el foco central de nuestra investigación. Ya es notorio que los procesos educativos brasileños y las opciones políticas pedagógicas de currículos y prácticas educativas están alineadas con una construcción de los sujetos para suplir y ejecutar una función específica en la sociedad de mercado capitalista. De esta manera, comprender cuál es el camino educativo elegido para trazarnos un futuro de la nación brasileña es una necesidad constante, que necesitamos constantemente revisar y transformarnos para crear nuevos rumbos, que beneficien realmente a la sociedad en general. Nuestro objetivo es investigar el proceso formativo de los estudiantes del Curso Técnico en Instrumento Musical y su relación con la experiencia en la escena laboral de la música en Ceará, en el año 2025, analizando críticamente los procesos formativos establecidos IFCE, campus Fortaleza, y sus consecuencias empíricas y teóricas en la vida profesional de los alumnos. Para ello, nuestra metodología es un estudio de caso con enfoque cualitativo, realizamos entrevistas semiestructuradas y nuestro producto educativo en formato podcast junto a los estudiantes de música del IFCE Fortaleza. Por último, pretendemos que esta investigación contribuya al análisis crítico de las contradicciones y de los caminos pedagógicos materializados en el Curso Técnico en Instrumento Musical y que se puedan ver las implicaciones de esta formación en la vida de los alumnos/trabajadores de este curso.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica. Trabajo. Educación Musical. Curso Técnico en Instrumento Musical.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Breve história da EPT	50
Figura 2 — Primeira sede, Rua da Praia, atual Av. Pessoa Anta	56
Figura 3 — Escola de Aprendizes e Artífices em frente à antiga Praça Marquês de Herval	57
Figura 4 — Escola de Aprendizes e Artífices em frente à antiga Praça Marquês de Herval	57
Figura 5 — Terceira sede do IFCE, bairro Jacarecanga	58
Figura 6 — Antigo Liceu do Ceará, quarta sede do IFCE	58
Figura 7 — Prédio da Rua 24 de Maio, quinta sede do IFCE	59
Figura 8 — Escola Industrial, Av. 13 de Maio, sexta e atual sede do IFCE	59
Figura 9 — Escola Industrial, Avenida 13 de Maio	60
Figura 10 — Escola Industrial de Fortaleza, Avenida 13 de Maio, bairro Benfica	60
Figura 11 — Escola Industrial Federal do Ceará, Avenida 13 de Maio, bairro Benfica	61
Figura 12 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	61
Figura 13 —Visão das taxas de conclusão, evasão e retenção de curso técnico por ano de previsão de término	103
Figura 14 — Logo do Podcast Musicando Saberes	113
Figura 15 — Capa do <i>e-book</i> do Podcast Musicando Saberes	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFETCE Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EPT Educação Profissional e Tecnológica

IFCE Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LP *Long play*

MEC Ministério da Educação

ONU Organização das Nações Unidas

PROFEPT Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

UECE Universidade Estadual do Ceará

UFC Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO-----	14
2 SUCINTA BIOGRAFIA DO PESQUISADOR E SUA LIGAÇÃO COM A PROBLEMÁTICA-----	20
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-----	27
3.1 O trabalho historicizado: concepções múltiplas na concretude social-----	28
3.2 Profissão de música e do músico: um breve histórico das relações de trabalho-----	36
3.2.1 A música como componente cultural de relevância na formação identitária dos povos e da vida cotidiana-----	36
3.2.2 Ensino técnico de música no Brasil: história e disputas políticas e ideológicas-----	44
3.2.3 Um percurso histórico do Curso Técnico em Instrumento Musical do Instituto Federal do Ceará: por uma educação profissional e tecnológica-----	51
4 METODOLOGIA-----	67
4.1 Cenário de pesquisa-----	70
4.2 Participantes da pesquisa-----	70
4.3 Coleta de informações-----	71
5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÕES-----	74
5.1 Análise temática-----	74
5.1.1 Fase 1: Familiarização com os dados-----	74
5.1.2 Fase 2: Geração dos códigos iniciais-----	97
5.1.3 Fase 3: Busca por temas-----	99
5.1.4 Fase 4: Revisão dos temas-----	101
5.1.5 Fase 5: Definição e denominação dos temas-----	101
5.1.6 Fase 6: Produção do relatório de Formação Técnica Profissional-----	102
6 PRODUTO EDUCACIONAL: POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO MUSICAL-----	108
6.1 Objetivos do produto educacional-----	109
6.2 Os perfis dos sujeitos-----	110
6.3 Relato da aplicação do Produto Educacional-----	110
6.4 Avaliação e resultados do produto educacional-----	114
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	115
REFERÊNCIAS-----	118
APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA PESQUISA--	128
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)-----	129
APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS-----	133
APÊNDICE D - DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE REGRESSO DOS BENEFÍCIOS DA PESQUISA-	134
APÊNDICE E - FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (PLATAFORMA BRASIL)-----	135
APÊNDICE F - ORÇAMENTO DA PESQUISA-----	136

APÊNDICE G - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA-----	137
ANEXO A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM INSTRUMENTOS MUSICAIS (DATA DE REFERÊNCIA DA CONSULTA: 02 DE FEVEREIRO DE 2025)-----	138
ANEXO B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA-----	140
ANEXO C - TABELA DE CACHÊS DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DO CEARÁ REALIZADA-----	141
PELO SINDIMUCE (2024)-----	141

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, que relatamos a seguir, guarda sua relevância histórico-crítica de investigação nas mais variadas tentativas de compreender a luta de classes dentro do sistema capitalista de produção da existência e um possível diálogo, democrático e aberto, no que se refere a uma superação da lógica dominante de controle dos corpos e das mentes na sociedade contemporânea por meio da fetichização do capital em mercadorias e suas implicações na educação profissional.

Nesse espectro de indagações, dúvidas e necessidade de posicionamento político e ideológico, na busca de uma transformação social positiva que contemple a humanidade enquanto ser unificado, embora reconhecendo os limites desta pesquisa. Dessa forma, os processos de ensino e aprendizagem na educação formal é o foco escolhido para tratarmos dessa questão de entender os caminhos da formação das classes trabalhadoras para o mercado de trabalho.

Isto posto, para contemplar de maneira satisfatória e legítima esse percurso, escolhi o Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE campus Fortaleza e seus educandos como protagonistas deste escrito como objeto de pesquisa, pois sou músico licenciado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) no ano de 2018 e professor de Arte no estado do Ceará.

Para entendermos melhor as potencialidades dessa formação, assumimos como pergunta chave orientadora desta investigação, para buscarmos uma maior clareza e compreensão dos processos de ensino e aprendizagem imersos, no nosso caso em específico, no Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará (IFCE), a seguinte questão de partida: *existe uma formação integral dos estudantes do curso técnico em instrumentos musicais do IFCE Fortaleza, que, de fato, seja igual ou aproximada aos conceitos pedagógicos vistos em missão, valores e visão da Instituição?*

Já como interrogações secundárias, partidas da análise da problemática de busca de entendimento focal acima temos:

- 1) Será que se tem uma concepção transformadora da realidade social desses aprendizes levando-se em consideração o fazer musical dentro das perspectivas

contemporâneas de trabalho e mercado?

2) Qual seria as práticas pedagógicas fundamentais desenvolvidas ou por serem feitas visando o princípio de educação para ação transformadora da sociedade de classes?

3) Como um ensino-aprendizagem efetivamente omnilateral, como nos diz (Manacorda, 2007, p. 87):

Frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

Dessa forma, (considerando todas as capacidades cognitivas, motoras, subjetivas e sensoriais dos educandos) pode modificar os pensamentos e, conseqüentemente, as ações desses sujeitos históricos no que tange a possibilidade de emancipação social por meio da formação da intelectualidade crítica da classe trabalhadora dentro das esferas de poder do sistema capitalista vigente?

Esses questionamentos guardam inteira proximidade ao pensamento de um dos mais brilhantes educadores brasileiros, o professor Paulo Freire, que em toda sua produção bibliográfica gera em nós essa inquietação sócio-histórica-educacional que potencializar nos estudantes mudanças em suas capacidades críticas que possam favorecer suas atuações efetivas na sociedade como protagonistas de melhoramento nas relações de injustiças, desigualdade sociais (Freire, 1996, p.40).

Nessa perspectiva de análise crítica e proposições concretas, enfocaremos os estudantes do Curso Técnico em Instrumento Musical do Instituto Federal do Ceará, lócus da corrente pesquisa.

Com o objetivo de identificarmos qual é a formação recebida nesse processo formativo e entender suas sombras e luzes quando se tratar de expor, investigar, criticar, duvidar e mudar, caso estejam desequilibradas, as relações desses artistas no interior do setor profissional da música na cidade de Fortaleza, Ceará, mais precisamente no ano de 2025, temporalidade enquadrada na atual obra.

Além dos sujeitos participantes acima, também abriremos uma investigação, sobretudo com a realização bem-sucedida do nosso produto educacional, para ouvirmos as vozes, as dores, os quereres e os saberes da comunidade de músicos e musicistas da cidade de Fortaleza em nosso ápice de intervenção didática e dialética por meio do nosso encontro aberto, livre e democrático exposto e pretendido por nosso produto educacional mais detalhadamente esmiuçado adiante nesta leitura.

Salientamos que os questionamentos acima são apenas perguntas acessórias, portanto, paralelas aos objetivos principais da nossa problematização. Logo, não guardam efetividade de respostas nesta pesquisa, mas auxiliam os processos mentais e empíricos de reflexão crítica do trabalho e escrita do mesmo. Logo abaixo temos os objetivos de fato.

Nossa pesquisa, norteada pelas questões investigativas formuladas, teve como objetivo geral *investigar o processo formativo dos estudantes do curso técnico subsequente em instrumentos musicais e sua relação com a experiência na cena laboral da música no Ceará, no ano de 2025, analisando criticamente os processos formativos estabelecidos na Instituição, IFCE, campus Fortaleza*. Complementarmente, formulou-se os seguintes objetivos específicos, que serviram de balizamento às etapas de desenvolvimento de nosso estudo, assim expressos:

1. Analisar o currículo desta modalidade de ensino na educação profissional e tecnológica buscando verificar se na matriz ocorre as discussões críticas do fazer profissional desses trabalhadores inseridos no sistema capitalista.
2. Conhecer as realidades de parte do corpo discente, observando suas pretensões artísticas, inserções efetivas no mercado de trabalho da música na cidade de Fortaleza e relatar os possíveis desafios encontrados nesta área de trabalho;
3. Realizar, como produto educacional, um podcast educacional que traga aos educandos do curso técnico em instrumentos musicais do IFCE Fortaleza que venham participar do encontro um diálogo crítico, aberto e democrático que conte com a temática ensino de música e mercado de trabalho.

Com isso, possibilitando uma análise crítica a respeito das suas vivências musicais

efetivas no interior da categoria, que possa fortalecer o debate e as ações transformadoras desses sujeitos históricos na materialidade inventiva que os cercam, tanto pensando na coletividade, quanto nos indivíduos e suas subjetividades ímpares.

Julgamos que para responder satisfatoriamente nossa problemática de pesquisa no campo da Educação Profissional e Tecnológica os objetivos listados acima possam contemplar os quereres da investigação, do pesquisador e obtermos, em sua conclusão, um material público que contribua, de fato, com as transformações da sociedade vigente, mesmo que em nível micro espacial.

Por fim, justifica-se uma análise das estruturas sociais e econômicas de poder envoltas nas interfaces sociais desses músicos instrumentistas, protagonistas desse escrito, com uma rede de cultura e arte na terra alencarina, que passam por diversas conjunturas de acordos trabalhistas, muitos deles informais e, por vezes, embora acordadas pelos contratantes de bares, restaurantes, de algum evento particular, festas comemorativas dentre outros palcos de atuação profissional dessa classe e, tais acordos, às vezes, não são devidamente cumpridos.

Isso se refere a valores, condições de realização do evento, estrutura técnica, pagamentos em dia dentre outros fatores que agravam esse nicho de mercado. Isto posto, temos a primeira base deste trabalho, o alicerce sociológico empírico da formação profissional em música e do seu exercício profissional no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, um estudo que venha investigar essas estruturas de poder pode corroborar para um processo educacional crítico de tomada de consciência, visando uma organização social da classe de músicos do Fortaleza, suas análises sobre os processos de ensino e aprendizagem vivenciados dentro do curso técnico subsequente do IFCE e projetar melhores condições de trabalho no mercado da música local.

Já que a Instituição possui um discurso formal de ofertar uma educação pública de qualidade, integral que possa contribuir omnilateralmente com os educandos. Desse modo, apresentamos nosso segundo ponto de caracterização justa das temáticas, a saber uma análise crítica da educação profissional em âmbito formal de ensino-aprendizagem.

Como terceiro sustentáculo da pesquisa que se segue, não podemos e não iremos, deixar de destacar o posicionamento político e acadêmico deste escrito, pois, notadamente,

e preferimos deixar isso claro, estamos inseridos e identificados na zona de poder do marxismo, no campo da relação trabalho e educação, contudo, reconhecendo os desdobramentos históricos dessa práxis, que buscamos que seja continuamente dialética, logo, pressupondo críticas e sugestões. Segundo (Camacho, 2023, p. 2) observando a práxis em Antonio Gramsci, este filósofo marxista:

[...]concebe o ser humano como ser concreto que transforma a natureza com a partir das relações de trabalho e modifica a realidade mediante opções/ações políticas. Portanto, a necessidade da superação com o modelo vigente irrompe devido à coisificação/alienação/exploração/subalternização do ser humano decorrente do modo de produção capitalista e de sua sociedade estratificada.

Consequentemente, essa pesquisa visa também contribuir com o debate focal dos trabalhadores da música no Brasil na luta proletária por melhores condições de formação e de trabalho e, inexoravelmente, de vida. Assim sendo, colocamos um feixe de luz nessa classe que precisa, assim como outras, de uma maior organização e fortalecimento das discussões e possibilidades de superação da lógica mercantil de trabalhador é igual a uma mercadoria.

Consideramos expor uma hipótese neste ponto do percurso de escrita e desenvolvimento do tema na busca de delinear apropriadamente o trabalho em construção, trata-se do seguinte argumento: *observamos que no discurso pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará existe uma delimitação clara e objetiva que exhibe uma ideologia transformadora da realidade da educação nacional e, sobretudo, da educação técnica, que possui suas diretrizes formadoras entrelaçadas com o tecnicismo.*

De acordo com (Moura; Oliveira, 2020, s.p): “O tecnicismo é uma estrutura pedagógica de visão capitalista dentro das tendências liberais, que despreza as relações afetivas professor-aluno e valoriza a técnica e a reprodução sistematizada atrelada às capacidade e habilidades dos indivíduos”.

Portanto, julgamos que haja um distanciamento entre o perfil formativo prescrito no plano de curso e a sua prática pedagógica sem ou com poucas articulações de ensino-aprendizagem com a realidade do mercado de trabalho do técnico em instrumentos musicais.

Nessa perspectiva, tratarmos de maneira objetiva essa temática pode trazer novas percepções que venham a contribuir com uma transformação do currículo do curso, das metodologias de ensino e das expectativas de inserção no mercado de trabalho pelos educandos. Obviamente tudo isso em termos de uma pesquisa ideal, que atinja metas macrossociais.

2 SUCINTA BIOGRAFIA DO PESQUISADOR E SUA LIGAÇÃO COM A PROBLEMÁTICA

Os questionamentos que emergiram em nossa pesquisa tiveram sua origem no ano de 2013, quando este pesquisador entra pela primeira vez na universidade, mais especificamente a Universidade Estadual do Ceará (UECE) no curso de Filosofia, campus Fortaleza.

A partir deste contato com uma bibliografia crítica e emancipadora da consciência humana e construção societal do que chamamos de realidade, desenvolvi esse interesse inicial em entender os caminhos de invenção das relações sociais de poder e suas relações com a educação.

Com base nisso, aprofundi e continuo aprofundando as leituras, os estudos, as pesquisas e os debates sobre temas pertinentes a esse universo de investigação. No mesmo ano, encerrei as atividades no curso de Filosofia e parto para uma nova jornada no curso de licenciatura em Música da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Neste espaço educacional pude me aproximar das teorias e práticas de ensino e aprendizagem, tanto musical quanto de outros âmbitos da estrutura educacional brasileira, como as ciências sociais e sociologia, e perceber que as forças políticas que constroem as organizações públicas e, conseqüentemente, influenciam ou, até mesmo, direcionam as comunidades a executarem determinados papéis na sociedade, por exemplo, as diversas profissões, são um processo de luta de classes e interesses múltiplos, pessoais e coletivos.

Prosseguindo este curto recorte de minha trajetória educacional e profissional, conclui o curso de licenciatura em Música, no ano de 2018, e encontro um mercado de trabalho repleto de desvalorização tanto com relação aos professores, no que se refere a atuação como docente, quanto com os músicos, relacionando-se a atuação como *performer*, instrumentista de bandas e grupos musicais.

Conseqüentemente, a partir do momento que obtenho aprovação em uma pós-graduação, mais especificamente o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), toda essa experiência pessoal e as observações feitas do escopo da estruturação social passam a ser oportunidade de análise científica

crítica e problematização vivenciada e ampliada pela criação de pesquisas sérias e comprometidas com um fazer argumentativo lúcido e questionador, no campo da educação profissional.

Mas, qual o motivo dessa inquietação? Sou formado em Música, licenciatura no ano de 2018 pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Desde 2013, busco formação continuada e profissional na área da música para aprimorar as técnicas, conhecimentos e saberes artísticos.

Minha relação com o mercado de trabalho, na localidade de Fortaleza, passou e passa por diversos desafios, tais como: baixa remuneração, informalidade da profissão, desvalorização dos músicos advindas do público e dos contratantes, ideário psicossocial preconceituoso da sociedade brasileira e, mais especificamente, cearense da nossa profissão, infelizmente, amplamente difundido e interiorizado por indivíduos pouco críticos.

A partir dessas questões expostas, e outras a serem tratadas no decorrer desta pesquisa, como o escasso material teórico que relaciona e aprofunda os estudos em educação profissional e tecnológica e educação musical, veio-me um entendimento de trabalhar essa temática.

Para além disso, propor intervenções positivas nessa realidade social que possam agregar consciências e desconfortos nos protagonistas do estudo, além de professores, gestores educacionais e artísticos, autoridades públicas e demais interessados nessa classe de trabalhadores, os músicos.

Com isso, poder contribuir com uma possível proposta de produto educacional que possa estar alinhado com esse horizonte de pedagogia na educação profissional e tecnológica que seja, de fato, transformadora. Embora reconheçamos os limites da pesquisa e sua efetividade nesta mudança social, julgamos cooperar com esse escrito dos debates e possibilidades de aquisição de consciência coletiva, de classe.

Isso se deve também aos delineamentos ideológicos, políticos e educacionais que minha entrada no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) fizeram florescer nas minhas concepções de como deve ser constituída uma educação enriquecedora, ampla, de qualidade, capaz de modificar

profundamente as características de dominação dentro da sociedade vigente, objetivando uma possível proposta emancipadora dos sujeitos dominados nesse processo de exploração da vida humana e dos recursos da natureza.

Por minhas andanças e vivências artísticas, principalmente musicais, certamente ainda poucas para tanta necessidade de beleza e estranhezas dentro e fora de mim, ter um curso técnico em instrumentos musicais em um Instituto Federal, de ensino gratuito e de referência educacional do Brasil é um ato político de relevância tendo em vista o histórico nacional de valorização da Arte Educação e Educação Musical neste país.

Essa apresentação das lutas ideológicas e políticas, que o ensino de música nesta Nação passa, é trazida por esse breve recorte histórico do Ministério da Educação (MEC) abaixo transcrito, que esclarece sobre a Lei 11.769, de 2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, instituindo a Música como conteúdo obrigatório na educação básica brasileira, (MEC, 2008) :

O ensino de música nas escolas brasileiras iniciou-se no século 19. A aprendizagem era baseada nos elementos técnico-musicais e realizada, por exemplo, por meio do solfejo. No fim da década de 1930, no entanto, Antônio Sá Pereira e Liddy Chiaffarelli Mignone buscaram inovações. Sá Pereira defendia a aprendizagem pela própria experiência com a música; Chiaffarelli propunha jogos musicais e corporais e o uso de instrumentos de percussão.

Naquela época, Heitor Villa-Lobos (1887-1959) ganhava destaque. Em 1927, três anos depois de conviver com o meio artístico parisiense, ele voltou ao país e apresentou, em São Paulo, um plano de educação musical. Em 1931, o maestro organizou uma concentração orfeônica chamada *Exortação Cívica*, com 12 mil vozes. Após dois anos, assumiu a direção da Superintendência de Educação Musical e Artística, quando a maioria de suas composições se voltou para a educação musical. Em 1932, o presidente Getúlio Vargas tornou obrigatório o ensino de canto nas escolas e criou o curso de pedagogia de música e canto.

Em 1960, projeto de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília (UnB) deu novo impulso ao ensino da música, com a valorização da experimentação. A idéia era preservar “a inocência criativa das crianças.” Duas décadas depois, a criação da Associação

Brasileira de Educação Musical e da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Abrace) contribuiu para a formação de professores no ensino das linguagens artísticas em várias universidades. No ensino de música, a experiência direta e a criação são enfatizadas no processo pedagógico.

Na década de 1990, o ensino de artes passou a contemplar as diferenças de raça, etnia, religião, classe social, gênero, opções sexuais e o olhar mais sistemático sobre outras culturas. O ensino passou a ter valores estéticos mais democráticos.

Atualmente, a aprendizagem musical deve fazer sentido para o aluno. O ensino deve se dar a partir do contexto musical e da região na qual a escola está situada, não a partir de estruturas isoladas. Assim, busca-se compreender o motivo da criação e do consumo das diferentes expressões musicais.

Nessa perspectiva de expressão da materialidade histórica legislativa, podemos observar que o ensino-aprendizagem de música no Brasil ainda passa por uma luta ideológica e política constante por afirmação e valorização no contexto da educação pública de qualidade para todos e todas.

Com isso, a estruturação de um curso de instrumentos musicais no interior de um Instituto Federal na modalidade técnica passa a ser um acontecimento de relevância no escopo político da contemporaneidade educacional brasileira. Para além desses aspectos sociais mais formais, podemos oferecer um enfoque da formação musical como importante para todos os seres humanos, como nos ilumina (Matos, 2022, p.132):

Pensar a Educação Musical como um direito inalienável de todas as pessoas deve suscitar uma reflexão sobre um direito maior: o direito de ser livre, isto é, o direito que todos os indivíduos têm de, como pessoa humana, percorrer o caminho da vida explorando todas as potencialidades que subjetivamente lhes constituem.

Posto isto, somos capazes de compreender que uma educação do humano requer um aparato social múltiplo, complexo, objetivo, todavia também subjetivo na busca das comunidades de criar cidadãos e cidadãs que possam contribuir de diversas maneiras utilizando suas diversidades de potência de aprendizagem desenvolvida nos espaços de ensino e que a Arte Educação, especificamente neste estudo, a Educação Musical compõe um alicerce fundamental na superestrutura das teias sociais.

Como nosso enfoque é o curso técnico em instrumentos musicais do IFCE Fortaleza conseguimos caracterizá-lo da seguinte forma, de acordo com a própria instituição IFCE:

O curso técnico em Instrumento Musical forma profissionais para o desempenho de atividades ligadas à performance instrumental do músico como intérprete e/ou compositor, solista e/ou músico integrante de grupos musicais de diversos tipos e ainda para atuar no mercado musical de arte e de entretenimento, estúdios e produção.

Área de estudo: Produção Cultural **Modalidade:** curso técnico

subsequente **Duração:** 4 semestres (2 anos)

Forma de ingresso: exame de seleção

Requisito: ter concluído o ensino médio

Oferta: 30 vagas semestrais (07 violão / 08 teclado /10 canto/05 acordeão) **Turno de funcionamento:** matutino. (IFCE, 2025)

Acima vem especificado a atual organização do curso técnico em foco. Nela se vê que a qualificação dos estudantes para o mercado de trabalho se faz importante na diretriz pedagógica escolhida pela Instituição no que se refere ao ensino-aprendizagem. Também podemos destacar que a seleção dos estudantes para ingresso no Curso ocorre por meio de avaliações teóricas e práticas, por meio de um teste de nível musical.

Visto isto, este autor enquanto professor de Arte do Estado do Ceará, logo, servidor público, do povo, e músico formado em uma universidade pública do Brasil, sobretudo, com enfoque na nossa região, o Nordeste, possuindo toda uma ancestralidade de proletários, ver como de vasta relevância ter uma instituição pública com capacidade de oferecer educação musical aberta, gratuita e de qualidade de maneira democrática na cidade de Fortaleza, uma das principais capitais deste país.

Dado que foi essa formação pública em Música que me oportunizou estar neste nível de pós-graduação, buscando realizar uma pesquisa que contribua com os estudos críticos pertinentes à classe trabalhadora para a classe trabalhadora.

Assim sendo, executamos uma pesquisa de investigação científica acadêmica para desvendar quais são os caminhos percorridos pelos discentes do curso técnico em instrumentos musicais do IFCE Fortaleza. A partir disso, temos uma análise fundamentada dos limites e logros educacionais promovidos por essa escolha de ensino-aprendizagem .

Com isso, apontamos se a missão da instituição vindo sendo cumprida, a saber tem-se um ideário de educação profissional omnilateral, que forme os estudantes para o mundo do trabalho e, sobretudo, expor como os educandos são impactados por essa política educacional e quais as perspectivas de crescimento profissional eles visam tendo passado por uma educação, oficialmente, crítica e enriquecedora.

Por conseguinte, pensamos que as diversas avaliações do ensino e aprendizagem devem ser constantes, quando lidamos com o fazer educacional público. Logo, este escrito buscará a revelação de um retrato no tempo histórico presente para notarmos as possibilidades de desenvolvimento de possíveis aprimoramentos.

Tendo em vista, a trajetória formativa dos participantes da pesquisa, pois um dos fins de uma oferta de qualidade do saber passa pelas exposições e análises das suas fragilidades e forças propulsoras alinhadas com as políticas de cada período sócio-histórico.

Com essa sucinta localização do pesquisador, podemos lembrar o conceito de *habitus* desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que nos explica que “um *habitus* socialmente constituído é uma posição no espaço de produção onde se exprime toda a necessidade presente e passada desse espaço” (Bourdieu, 1983, p. 44).

Dessa maneira, podemos afirmar que a temática desenvolvida neste escrito não é neutra, não é desinteressada e almeja, mesmo que no campo da ideologia e utopia revolucionária, uma transformação, mesmo que mínima e pontual, no contexto da educação musical omnilateral executada ou por ser pensada, debatida, feita e refeita no curso técnico de instrumentos musicais do IFCE Fortaleza.

Por consequência disto, o *habitus* do pesquisador é o que compõe cada palavra dita e silenciada neste escrito, suas vivências artísticas e humanas são os alicerces das frases, o que foi lido de referencial teórico expõe as colunas de sustentação das ideias e posicionamentos políticos-educacionais desenvolvidos, as limitações de entendimento leitura e aprofundamento que ainda precisam ser realizadas por este autor são as frestas abertas nas paredes que necessitam das luzes externa para que elas possam ser vistas e fechadas pelas orientações futuras deste projeto de pesquisa.

À vista disso, surge esse projeto de pesquisa no meio da produção acadêmica e da própria vida do pesquisador, que, portanto, ambiciona colaborar com as análises de ruptura da sociedade capitalista vigente por meio da construção dos intelectuais orgânicos e expondo a responsabilidade social das escolas, no nosso caso, do Instituto Federal, neste processo como nos elucida (Gramsci, 1982, p. 9):

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a "área" escolar e quanto mais numerosos forem os "graus" "verticais" da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado.

Assim sendo, nos âmbitos educacionais de ensino e aprendizagem, sobretudo, os públicos, que é o cenário de nossa pesquisa, há uma necessidade de buscarmos a superação de ideologias de subjugação da vida no planeta, tais como o atual sistema de acumulação flexível no qual estamos inseridos. Todavia também devemos compreender os limites do poder institucionalizado e seus múltiplos interesses sociais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As bases do nosso estudo, aqui desenvolvidas, estão situadas no materialismo histórico dialético estruturado pelos filósofos alemães Friedrich Engels e Karl Marx, no século XIX, e que se potencializam constantemente por décadas com a releitura e transformação criada pelos teóricos marxistas contemporâneos.

Dessa maneira, podemos destacar que este escrito dialoga com a relação trabalho e a educação na contemporaneidade brasileira, compreendendo o trabalho como nos manifesta (Marques, Almeida, Brasileiro Filho, 2023, p.5):

Hegel colocou o homem como ponto central da filosofia e não mais o conhecimento e acrescentou que o homem se produzia através do trabalho. O Trabalho se se (sic) torna assim o ponto fundamental da ontologia do ser social. Sem o trabalho não existiria o homem.

Assim sendo, o trabalho na atualidade guarda relações históricas de luta das classes operárias, trabalhadoras em busca de melhores condições de desempenhar suas funções laborais. A consciência de grupo com as mesmas necessidades e o partilhar de semelhantes desafios dentro dos âmbitos empregatícios são aspectos de relevância na organização social dos coletivos de trabalhadores para que haja uma efetiva transformação positiva nas interlocuções no trabalho.

Além desse alicerce teórico exposto, vamos trazer para o fortalecimento das nossas argumentações diversos escritores científicos da área da Arte Educação e Educação Musical, que são de relevância para a ampliação teórica e entendimento das práticas realizadas nesta pesquisa.

Os grupos de trabalhadores da Arte, assim como a classe como um todo, não estão isentos das estruturas lógicas do capitalismo (Mészáros, 2008, p.25). Todas as características de exploração da mão de obra, criação da mais valia (Marx, 2013, p.33), foco na lucratividade com os menores custos possíveis para os empregadores/burgueses, tentativa de enfraquecimento da consciência coletiva emancipadora (Gramsci, 2004, p. 15).

Dito isto, ao mesmo tempo, a inexorável submissão dos profissionais às situações de trabalho fragilizadas, proporcionalmente, construídas pela classe dos empregadores para desestabilizar os trabalhadores, gera pouca valorização dos profissi-

onais e da profissão de músico.

Nesse cenário de investigação social, buscamos expor os processos de ensino e aprendizagem no interior do curso técnico em instrumentos musicais do IFCE Fortaleza, relacionando essa formação adquirida pelos educandos com as realidades vivenciadas por esses profissionais e a organização do mercado de trabalho da música na comunidade em foco.

3.1 O trabalho historicizado: concepções múltiplas na concretude social

O trabalho é uma das categorias essenciais que configuram os seres humanos como tais. No âmbito da natureza selvagem ocorre a obediência inexorável da reprodução dos instintos das espécies animais. Já no que se refere aos seres humanos, ainda que parte do reino animal, temos a categoria social como construtora das nossas realidades culturais, econômicas e políticas. É neste contexto que fazemos nossas histórias enquanto sociedade geral e trajetória individual.

Também não podemos esquecer da própria origem etimológica da palavra trabalho, que nos deslinda (Della Fonte, 2018, p. 8-9):

As origens etimológicas de trabalho também reforçam sua aura de negatividade. Da língua latina vulgar, trabalho relaciona-se com tripalium, instrumento usualmente utilizado pelos romanos para as atividades agrícolas, mas também para torturar os escravos desobedientes.[...] Trabalho ainda se vincula a palavra latina labor, que denota esforço, sofrimento, dor, fadiga.

Destarte, observando que o modo de produção em que cada nação se encontra depende dos estágios de desenvolvimento das relações de trabalho e das relações internas estruturantes de suas sociedades como nos orienta (Marx; Engels, 2023, p. 11). Justamente essa evolução demonstra o movimento de segregação dos territórios e indivíduos em, por exemplo, campo e cidade, operários e agricultores, trabalho agrícola, comercial e industrial.

Já conceituando brevemente essa objetividade acima podemos destacar a contri -

buição trazida para o debate de (Gomes; Sousa; Rabelo, 2015, p.11), quando nos dizem que para:

Lukács, ao recuperar o complexo ser social em Marx, verifica que a formação humana articula-se ontologicamente com o processo de trabalho como um complexo indissolúvel entre produção e conhecimento, específico do ser humano, justamente pela necessidade de transmitir o conhecimento produzido e adquirido às novas gerações que, por meio do processo de objetivação e consciência desta, podem transformar a realidade. Dado que a complexificação do processo de trabalho cria novas necessidades e novas possibilidades para atendê-las, é nesse movimento ininterrupto que os homens transformam a si mesmos em um continuum que se denomina História.

Isto posto, nos alinhamos a essa ideia de indissociabilidade afirmada pelas autoras entre o trabalho e a formação humana e são essas criações advindas dos relacionamentos de transformação da natureza que compõem os fatos históricos da humanidade.

Essa história é um pressuposto da geração e manutenção da própria vida humana para (Marx; Engels, 2023, p. 21), pois nós temos que criar condições para poder produzir nossas vivências, tais como as mais essenciais beber, morar, comer dentre outras inerentes ao existir. Isso demonstra a necessidade de dispor de materiais para sustentarmos, dia a dia, o consumo da natureza e a transformação do meio ambiente ao gerar nossa história.

Para (Ciavatta, 2022, p. 8), o materialismo se constrói por duas vias interligadas:

Como o materialismo histórico, a história e sua própria historicidade podem ser compreendidas em dois sentidos principais inter-relacionados. Primeiro, pela questão do espaço-tempo, onde os seres humanos se movem, atuam, e os acontecimentos ganham significado; segundo, pela compreensão do que seja a história, ciência da memória da humanidade, uma das formas de explicação do que é a aventura de sermos humanos.

Sob este olhar, o espaço-tempo, enquanto lugar de construção material e imaterial das sociedades é esse “fazedor de memórias” a partir das vivências interativas sociais associado à história como arquétipo do firmar-se no mundo, do transcender temporalidades e permanecer sendo no outro social aproximado sócio-culturalmente.

Esta humanidade historicizada precisa de uma conjuntura societária específica para o seu desenvolvimento positivo, no que se refere às relações e ações de construir

um bem-estar coletivo. Isso é embargado pelo vigente sistema de acumulação de riquezas e desigualdades, já que:

[...] o capitalismo só pode vicejar em condições de estabilidade social básica, de confiança simbólica intacta, de indivíduos que não só aceitam a própria responsabilidade por seu destino, como também confiam na “justiça” básica do sistema; esse pano de fundo ideológico tem de ser mantido por um forte aparelho cultural e educacional. (Žižek, 2011, p. 20)

O marxismo em desenvolvimento compreende a associação intrínseca entre o trabalho e o ensino. Este é um dos princípios pedagógicos da proposta de educação marxiana para a emancipação humana (Sousa Junior, 2010, p. 39). Tanto que podemos ver em Antonio Gramsci, filósofo italiano, a proposição das escolas unitárias e a escola do trabalho do educador socialista, Moisey Pistrak.

No que tange uma educação profissional da classe trabalhadora, a qualificação para o mercado de trabalho, como nos direciona (Sousa Júnior, 2008, p. 356), “Para a grande maioria, ela representa a ante-sala para o mundo das incertezas, para as ocupações efêmeras, desregulamentadas, que compõem um mundo paralelo [...]”. Dessa forma, sem garantias futuras de uma organização de pessoas para si e para os corpos sociais de uma classe concisa de trabalhadores.

No Brasil, nós temos o exemplo do grande pedagogo Paulo Freire com suas diversas pedagogias da esperança, da autonomia, do oprimido dentre tantas outras alinhadas ao fazer educacional da pedagogia maior que é a libertadora.

Pois, para Paulo Freire existem duas classes, a dos oprimidos e a dos opressores, a pedagogia libertadora é aquela que busca abandonar a educação bancária que favorece a manutenção da segregação social capitalista. Assim, propõe um ensino problematizador, desalienante e que consiga trazer a conscientização dos oprimidos para transformar positivamente a sociedade e destruir a lógica da exploração da natureza e dos seres humanos.

Em síntese: “É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para me -

lhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que “chegam” em sua geração.” (Freire, 2000, p.26).

Com isso, as historicidades são repletas de acontecimentos variados que formam diferentemente os cidadãos, que agem no campo social efetivamente. Dessa maneira, pensa-se o mundo do trabalho para além da categoria emprego, como nos demonstra (Gomez et al., 2012, p. 34):

Ao enfatizar o mundo do trabalho na sua historicidade, como relação social fundamental que não se reduz à ocupação, tarefa, emprego, mas que não os exclui, e que abarca o conjunto de relações produtivas, culturais, lúdicas etc., estou querendo sinalizar que aí se situa o locus da unidade teórica e prática, técnica e política, ponto de partida e chegada das ações educativas que, na escola, nos sindicatos, na fábrica, interessam à luta hegemônica das classes populares.

Logo, existe uma orientação neste escrito que busca essa visão ampliada do conceito de trabalho e, conseqüentemente, da própria vida prática na sociedade contemporânea.

Aprofundando essa análise, conseguimos explicar uma contundente pesquisa realizada pelo professor brasileiro Ricardo Antunes, a respeito da classe dos trabalhadores, o largamente falado proletariado. Quem de fato somos na atualidade? Quais são nossas semelhanças e especificidades? O presente do conceito ainda guarda uma unicidade ? (Antunes, 2009, p. 101), nos esclarece que:

A expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, que utilizamos nesta pesquisa, tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude.

Visto isso, se há uma determinada classe de pessoas que vivem da sua força de trabalho e a vendem em troca de dinheiro dentro do nosso atual sistema de organização da vida, o capitalismo, podemos ainda conceituar o proletariado como classe social pre-

sente e atuante nos cenários de relações de poder globais.

Nesse horizonte de análise, o trabalho como inerente à produção da própria existência é imerso em complexos rizomas de interações, que inventam as organizações humanas na Terra, não se pode colocar esse conceito como menos relevante na antropologia, pelo contrário, ele é central nas discussões objetivas das configurações sociais vigentes no mundo. Portanto, este é um vínculo com a tese da centralidade do trabalho e da sua função ontológica de formação humana, de hominização.

Com isso, estamos inseridos em um sistema de mediações de primeira ordem, que se caracteriza pela preservação das funções vitais da sociedade e de cada componente unitário dela. A natureza é palco constante das nossas interações de sobrevivência e construções culturais simbólicas. Como nos esclarece (Antunes, 2009, p. 21):

Partindo dessas determinações ontológicas fundamentais, os indivíduos devem reproduzir sua existência por meio de funções primárias de mediações, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem.

Dito isso, verificamos que a categoria trabalho gera as mais diversas sociedades e, conseqüentemente, compõe parte essencial na formação humana para a vida e que também ela constitui componente de conflitos, acordos, estratégias políticas e interesses particulares nas conjunturas sociais interativas de poder. Todavia (Marx, 2013, p.188) enuncia:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem.

Dessa forma, a modificação do meio ambiente para proporcionar uma melhor qualidade de vida ou só mesmo a sobrevivência já é uma ação que transforma os seres humanos pelo trabalho. Entretanto, essa relação humanidade e natureza transfigura-se no sistema capitalista na venda de mão de obra para o mercado, mesmo que ainda guarde uma essência ontológica.

Além do mencionado, não iremos deixar de expor o sistema estruturalizado capitalista como produtor dos tipos de trabalho requeridos pelas comunidades humanas em seus respectivos contextos.

Pois, as mediações iniciais da necessidade de transformar a natureza para estabelecer a existência mais corriqueira como a construção de um arco e flecha, a lapidação de pedras para criar instrumentos cortantes, calçados e roupas de couros de animais para proteção contra o frio e as asperezas do meio ambiente dentre outras tecnologias desenvolvidas para nossa sobrevivência foram apropriadas pelo capitalismo histórico.

Ademais essas privatizações passaram a inventar uma segmentação entre os seres humanos de acordo com seu nível de trabalho, especialização, posse dos meios de produção, equipamentos, instalações, propriedades e foi criado um aparelho financeiro que intermedeia nossas experiências de consumo por meio de moedas, dinheiro físico em papel e, na contemporaneidade, códigos cibernéticos que possibilitam a compra e venda da produção humana, hoje pelos adventos tecnológicos, já bastante mecanizada em seus processos.

Então, poderíamos pensar que neste cenário contemporâneo teríamos um movimento da sociedade para o fim do trabalho? Assim, nos enriquece (Antunes, 2006, p. 165):

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal, voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Curiosamente, entretanto, têm sido frequentes as representações destas formas de (des)sociabilização, que se expressam como se a humanidade tivesse atingido seu ponto alto, o seu *télos*. Muitas são as formas de fetichização: desde do culto da *sociedade democrática*,

que teria finalmente realizado a *utopia do preenchimento*, até a crença da desmercantilização da vida societal, no fim das ideologias.

Nesse horizonte de exposição crítica da análise de Antunes, podemos notar que a categoria trabalho passa por múltiplas transformações nas eras de sua produção. Com isso, um limiar de significação e reconceituação do termo vem se gerando por entre as interações laborais correntes.

Todavia, por expomos e trabalharmos com uma visão dialética da Educação, buscando compreender seus limites e abismos histórico-políticos, não podemos deixar de citar uma crítica a essa chamada *utopia marxista* trazida por (Marchesan, 2018, p. 11):

A dificuldade no caso destes pesquisadores marxistas será a tentativa de abordar tal questão a partir do trabalho como princípio transcendente, o que, paradoxalmente, negará a própria inscrição histórica da relação entre educação e trabalho, isto é, as peculiaridades desta relação no contexto brasileiro (precisamente aquilo a que estamos dando evidência neste artigo: a emergência na metade do século XX da possibilidade do trabalho impor demandas que tocam os fundamentos da escola nacional.

Ora vejam, esse *princípio transcendente* ao qual Marchesan se refere é incongruente com uma lógica de pensamento e ação efetiva no mundo, buscando transformá-lo por reconhecer os processos de exploração construídos demasiado humanamente por forças políticas, invenção de classes e segregação de pessoas durante os séculos de aperfeiçoamento da capacidade de domínio e modificação da natureza e criação de novas sociedades.

Posto isso, a utopia marxista é imersa nos contextos reais do que chamamos realidade histórica, que nós todos somos transpassados e, inegavelmente, influenciados no âmbito objetivo da existência.

Outro ponto de vista que trataremos no debate é o pensamento de Handfas (2010) quando nos enriquece lidando com a relação fundamental entre trabalho e educação. Para a autora, existe um desajuste entre a noção burguesa de trabalho, o tornando mercadoria e a visão do trabalho como uma relação social basilar aos seres humanos. Além disso, nos instiga a pensar quando nos diz (Handfas, 2010, p. 130):

De acordo com essa concepção teórica, a contradição entre trabalho e educação na sociedade capitalista se manifesta pela alienação do homem de sua própria essência, na medida em que

o trabalho perde seu caráter emancipador. Nesse sentido, argumenta que a libertação do homem e a sua desalienação frente ao trabalho só seriam possíveis mediante a superação das relações sociais capitalistas de produção. Essas interpretações acabam por não apreender as determinações políticas, econômicas, sociais e ideológicas desses dois polos contraditórios.

Essas contradições apontadas pela autora são inerentes ao próprio processo dialético de representatividade da teoria marxista e relevantes para o seu sistema de renovação e transmutação na contemporaneidade, que traz novos desafios em um outro contexto histórico e uma outra era de pensamentos e disputas ideológicas, embora os procedimentos de alienação da sociedade flexível ainda estejam presentes e em metamorfose.

Na contemporaneidade a organização do trabalho com métodos de produção como o Kanban, (Metodologia de otimização e gerenciamento do trabalho em sistemas humanos com foco na entrega de valor para os clientes.

Com isso, aumentando a “produtividade positiva” dos trabalhadores), a ideologia e técnica do “*just in time*”, (técnica de aprimoramento da produção baseada nos propósitos típicos do capitalismo: diminuir custos, extinguir desperdícios e maximizar a eficiência).

Além disso, a flexibilização do serviço, pontos de controle de qualidade, uma administração participativa, juntamente com as células de produção “são técnicas que tendem a se propagar ou mesclar-se com a rigidez da organização do trabalho do paradigma taylorista/fordista” (Cardozo, 2008, p. 167).

Isto posto, as estruturas do trabalho da atualidade vão de encontro até mesmo à Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, (ONU, 1948). A seguir citamos alguns artigos relevantes para essa afirmação e para o entendimento do direito à educação profissional, foco da nossa pesquisa (ONU, 1948, p. 5):

Artigo 23

3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

Para (Ciavatta, 2008,p. 283), a formação profissional se despedaça em relação aos interesses dos empresários, limitando-se “ao adestramento ou à conformação disciplinar para o trabalho em equipe, a flexibilização, a cooperação, a resolução de problemas”. Com isso, afasta-se dos movimentos dos sindicatos, caminhando para uma aceitação ilusoriamente satisfatória de um bem estar empresarial.

3.2 Profissão de música e do músico: um breve histórico das relações de trabalho

Nesta segmentação da pesquisa vamos discorrer sobre um recorte temporal realizado para compreendermos alguns pontos relevantes no entendimento da construção histórico-social da profissão de música e do músico nas diversas sociedades e culturas que produziram e produzem música.

Assim sendo, não nos isentamos de nenhum posicionamento efetivo que empreendemos no seccionamento e criação do discurso do texto. A saber, um parecer crítico embasado no materialismo histórico-dialético e nos referenciais da educação musical crítica.

3.2.1 A música como componente cultural de relevância na formação identitária dos povos e da vida cotidiana

De início, deixamos claro que o texto a seguir se trata apenas de uma breve síntese da história da música e, primeiramente, da historicidade das relações de trabalho dos músicos e músicas no mundo ocidental. Com isso, vamos expor um rápido resumo cronológico dessas interações trabalhistas tendo um olhar cultural de cada povo como norteador das características específicas de cada época e conjuntura político-econômica-social.

Todavia julgamos importante termos esse enfoque histórico para reconhecemos,

mesmo que superficialmente, alguns aspectos apontados nessas inter-relações que ainda permanecem, ressaltando suas nuances contextuais, na contemporaneidade dessa classe de trabalhadores.

Partimos do mundo antigo, mais precisamente da Grécia e Roma, duas civilizações dominantes no contexto da Antiguidade. Em Roma, “a música desempenhava um papel importante na vida militar, no teatro, na religião e nos rituais de Roma” (Grout; Palisca, 2007, p. 16). Dessa maneira, nota-se que o fazer musical era parte da estrutura social identitária do povo multiétnico romano.

Além disso, em conformidade com (Fonterrada, 2008, p. 28), havia uma correlação entre as sonoridades e os fenômenos cósmicos “estações do ano, ciclos do dia, do Sol e da Lua, homem/mulher, morte/renascimento”, o que nos traz um correspondência com a magia, o mundo oculto. Assim, os ritos e mitos estão misturados com essas percepções de encantamentos.

Já observando os gregos, salienta-se os aspectos religiosos da música, o campo do sagrado sendo expresso pelo ato de cantoria e execução instrumental. Assim nos afirma (Grout e Palisca, 2007, p. 17) quando nos diz: “A mitologia grega atribuía à música origem divina e designava como seus inventores e primeiros intérpretes deuses e semideuses, como Apolo, Anfão e Orfeu”.

Sabe-se que a mitologia grega, historicamente, é para o mundo ocidental a mais representativa e inspiradora para diversas produções artísticas não somente no campo musical, mas também nos ambientes das artes plásticas, teatro, dança dentre outras artes ,fator que a torna protagonista no entendimento dessa construção social da profissão música e músico.

Essa característica de músicos como sacerdotes em prol de uma santidade também é representada na Bíblia (Josué, 6, 20): “Gritou, pois, o povo, tocando os sacerdotes as buzinas; e sucedeu que, ouvindo o povo o som da buzina, gritou o povo com grande brado; e o muro caiu abaixo, e o povo subiu à cidade, cada um em frente de si, e tomaram a cidade”, dando aos músicos e a música poderes mágicos e grandiosos.

Nesse horizonte temporal em foco, os músicos tinham posições sociais. Qual era

o *status* social dos músicos e musicistas nesse período? Como nos evidencia (Grout e Palisca, 2007, p. 17), quando cita o exemplo do fazer musical na Grécia Antiga:

A mitologia grega atribuía à música origem divina e designava como seus inventores e primeiros intérpretes deuses e semideuses, como Apolo, Anfião e Orfeu. Neste obscuro mundo pré-histórico a música tinha poderes mágicos: as pessoas pensavam que era capaz de curar doenças, purificar o corpo e o espírito e operar milagres no reino da Natureza.

Aqui notamos um caráter sagrado associado aos fazedores de música e a ela própria. Seres que lhes eram atribuídos poderes de cura e purificação. Isso demonstra o caráter de uma espiritualidade ligada aos artistas musicais e aos efeitos criados pela expressão cultural da música em um povo.

Seguindo nessa possível cronologia, podemos citar que paralelamente a essa visão de música, temos a ancestralidade dos povos pindorâmicos, território hoje chamado, dentre outros países, de Brasil como um elemento social que “...estrita seus laços e caminha juntamente com as memórias musical, histórica, cultural, geográfica, e material ética (especialmente de um povo)” (Giraldi; Portéro, 2020, p. 114).

Nesse contexto, o ensino e a aprendizagem musical não seguia um viés de caracterização especializada de determinados sujeitos da comunidade para desempenhar essa função, mas o fazer musical era parte da construção identitária dos povos, tanto no que se refere à construção do conhecimento que deve ser passado pelos mais antigos aos mais jovens do povo quanto a intrínseca conexão desses corpos sociais com a terra, o meio ambiente e a produção da vida coletiva.

Já caminhando um pouco mais pela história, chegamos na Idade Média, do século V ao século XV na Europa, conforme nos expõe (Vieira, 2013, p. 15), os músicos da época tocavam por qualquer quantia nas vilas e feudos sem nenhuma garantia de que iam receber algum pagamento ao final das apresentações.

Outros, como um dos objetivos da música feita neste período era louvar o deus cristão e as instituições desta religião possuíam poder político, cultural e econômico na época, “igrejas, conventos e seminários arregimentavam crianças dotadas de boa voz para suprir as necessidades de seus coros” (Fonterrada, 2008,p. 36).

Esses jovens, geralmente advindos de famílias pobres, viam na música uma

oportunidade de fugir da miséria, “essas crianças garantiam, muitas vezes, o sustento próprio e o da família” (Fonterrada, 2008, p. 36). Aqui temos uma expressão do fazer musical como geração de renda básica e manutenção da vida.

Isto se transfigura quando os nobres passam a financiar seus músicos prediletos e esses passam a fazer parte da corte ainda como mero serviçais dos ricos, trabalham por encomenda ou como professores de música, patronato.

Por exemplo, a monarquia francesa que “[...] começou a investir em escolas para a nobreza, onde os filhos da aristocracia tinham [...] aulas de caça e cerco, entre outros exercícios físicos, acordos sociais e principalmente, tinham aulas de música, onde aprendiam a tocar o alaúde, que era considerado o instrumento cujas partituras eram mais fáceis de aprender.” (Vieira, 2013, p. 15-16).

Além disso, temos o poder da igreja católica do período, que também fornecia algum tipo de remuneração aos músicos que compunham para ela obras sacras. Observando o período posterior, o Renascimento, do século XIV ao século XVII, durante o ciclo renascentista temos ainda o domínio da Igreja Católica e da nobreza no fazer musical europeu, que se refere aos investimentos na música e nos músicos da época. Entretanto, ocorre uma mudança expressiva, pois (Cruvinel, 2018, p. 54), nos diz que:

Na Renascença o ouvido foi substituído pelo olho. No período entre o final da Idade Média e o início do Renascimento, a notação musical passa a regular a interpretação musical. Do mesmo modo, o acesso à prática musical considerado mais elaborado passa a ser restrito àqueles que detinham o conhecimento dos códigos musicais estabelecidos. Este fato demarca o território do compositor, do intérprete e do ouvinte, ou seja, quem pode criar, quem pode tocar e quem será o ouvinte.

Dessa maneira, já foi criado, mesmo que em termos de estruturação inicial, um mercado da música, um comércio de arte e nesta transação econômica temos figuras históricas importantes presentes, o vendedor, a mercadoria e os consumidores, que devem pagar para possuir o produto da arte e seus benefícios de status social.

O século XVIII se trata de um ciclo do surgimento de vituorses (músicos com altas habilidades na performance musical instrumental e/ou no canto, superdotados) dos

instrumentos musicais e do canto. Esses artistas continuam tocando e compondo para as elites locais (Cruvinel, 2018, p. 55), que agora possuem uma nova classe além da nobreza, a emergente burguesia, que se caracteriza por comerciantes que construíram riquezas pelo mercado.

Um dos principais, conseqüentemente mais lembrados músicos do período que nos serve como exemplo é o caso de Wolfgang Amadeus Mozart, compositor, instrumentista, arranjador e professor austríaco. Esse domínio financeiro dos artistas e da música pela corte, classe da nobreza, foi uma constante na Áustria de Mozart, entretanto também em parte da Europa da época, (Elias, 1995, p. 6-7):

Tanto na Alemanha como na França as pessoas que trabalhavam neste campo ainda eram fortemente dependentes do favor, do patronato e, portanto, do gosto da corte e dos círculos aristocráticos (e do patriciado burguês urbano, que seguia seu exemplo). Na verdade, mesmo na geração de Mozart, um músico que desejasse ser socialmente reconhecido como artista sério e, ao mesmo tempo, quisesse manter a si e à sua família, tinha de conseguir um posto na rede das instituições da corte ou em suas ramificações. Não tinha escolha.

Esse é um dos retratos históricos dos músicos ocidentais no continente europeu. Essa condição também possui outra face, pois “Os músicos eram considerados trabalhadores comuns, compondo, portanto, a classe média. Desta forma, um cargo na corte significava reconhecimento, mas, sobretudo subsistência.” (Cruvinel, 2018, p. 55). Por seguinte, notamos que as classes sociais já eram segmentadas nestas sociedades burguesas e estabelecidas seus sujeitos e funções sociais.

Enfocando nosso país, o Brasil Colonial e Imperial compreendeu a invasão dos portugueses ao território pindorâmico no final do século XIV que durou até a nossa independência oficial em 7 de setembro de 1822. Como nos diz (Ribeiro, 1995, p. 19): “Surgimos da confluência, do entrecchoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos[...]”. Por isso, um povo miscigenado.

Dessa forma, essa característica histórica da criação do nosso povo, estará com frequência associada ao multiculturalismo e etnias diversas em encontro na nossa música. O processo de colonização dos indígenas passaram pelo etnocídio causado, so -

bretudo, pelos jesuítas, conseqüentemente a música produzida nas comunidades originárias foram aculturadas aos ouvidos europeus e exaltação do deus cristão, assim nos esclarece (Quadros Júnior, 2019, p. 10).

Em seguida, com a chegada forçada dos povos africanos, temos um enriquecimento musical relevante, pois como nos elucida (Tinhorão, 2008, p. 36), apesar da dominação da música dos colonizadores no fazer musical da época, ainda existia a possibilidade de executar as danças e cantos africanos originais em determinadas ocasiões.

Obviamente, ainda temos nesse período a condição de pessoa escravizada tanto dos povos originários, quanto dos povos africanos, logo, músicos sem remuneração, na posição de servo dos senhores de engenho, donos de terra e comerciantes deste ciclo histórico, de acordo com (Quadros Júnior, 2019, p. 16).

Neste fluxo do tempo, o Brasil vai se constituindo enquanto nação e tem na chegada da Família Real portuguesa, no século XIX, no ano de 1808, um marco para a estruturação das artes neste país, com a música não foi diferente. Devemos lembrar que a capital deste período era o Rio de Janeiro, que segundo (Napolitano, 2002, p. 27) essa: “Cidade de encontros e de mediações culturais altamente complexas, o Rio forjou, ao longo do século XIX e XX, boa parte das nossas formas musicais urbanas”.

Essa fuga de Portugal acarretou também na chegada de um instrumento musical relevante para a produção de música da época, o piano. O instrumento veio na bagagem da Família Real e, não demorou muito para ganhar um destaque como bem material de segregação social e status para as famílias mais abastadas do Brasil, como nos diz (Severiano, 2008, p. 22).

Além disso, esse processo de introdução do piano gerou também, (Tinhorão, 2010, p. 136):

A introdução do piano no Brasil, iniciada na segunda década do século XIX, iria permitir, em menos de cem anos, o estabelecimento de uma curiosa trajetória descendente que conduziria o instrumento das brancas mãos das moças da elite do I e II Impérios até aos a'geis e saltitantes dedos dos negros e mestiços músicos de gafeiras, salas de espera de cinema, de orquestras de teatro de revista e casas de família dos primeiros anos da República e início do século XX.

A partir disso, temos a abertura de diversos outros mercados da música paralelamente ao desenvolvimento capitalista das cidades urbanas brasileiras, conseqüentemente, o surgimento de mais trabalhadores da música, artistas.

Vamos lembrar que tivemos a suposta abolição oficial da escravatura no Brasil, no ano de 1888, com a publicação da Lei Áurea. Esse ato institucional abriu vários mercados consumidores, embora com um diverso poder aquisitivo das comunidades da época. Nesse sentido, também se abriu uma numerosa disponibilidade de mão de obra no mercado brasileiro, servindo aos senhores donos de terra e comerciantes da época. (Silva, 2017, p. 59).

Nesta construção cultural-artística da nossa sociedade, do final do século XVIII, XIX e início do XX, temos o surgimento de vários músicos e compositores, tais como Domingos Caldas, Ernesto Nazareth, Chiquinha Gonzaga, Anacleto de Medeiros. Também nesta época temos a criação de estilos musicais com influências estrangeiras como a modinha, o lundu e a polca. Entretanto, os nossos gêneros musicais foram se formando como o maxixe e choro (Severiano, 2009, p. 13-47).

Um fator importante ao tratar das relações de trabalho é acompanhar o desenvolvimento tecnológico das eras. Um deles é a criação da rádio brasileira, que de início, como nos afirma (Ferraretto, 2014, p. 15), aparece como uma necessidade das elites locais de mudar os rumos da economia, vida cultural, política e social do Brasil, associando-se aos ideais de modernidade, civilização e progresso da lógica burguesa.

Essa inovação tecnológica trouxe a abertura de diversos postos de emprego para as cidades brasileiras, desde locutores, técnicos de som a músicos de orquestras que tocavam ao vivo e cantores que ganharam notoriedade pelas vias sonoras. Ademais, temos os compositores e os concursos promovidos pelas rádios já estabelecidos (Pinto, 2012, p. 16)

Com isso, os ganhos por meio de direitos autorais eram viáveis aos artistas e mais uma fonte de renda, além da venda dos discos de 78 rotações por minuto em formato de *long play* (LP), disco de vinil. Todavia, essas remunerações já encontravam uma concorrência pungente. Assim, nos amplia os dizeres de (Pinto, 2012, p. 114) ci -

tando um dos músicos da época da “Era de Ouro” do rádio brasileiro:

Almirante (Henrique Foréis Domingues, compositor, radialista e cantor brasileiro também conhecido como Almirante) mostrou como todo o investimento feito em uma música por parte de um compositor podia resultar em pouco retorno do ponto de vista de popularidade e dinheiro: a afirmação “pudera, com tantas músicas”, mostra que a competição para chamar a atenção do público carnavalesco não era pequena ou tranquila.

Na contemporaneidade, existem segmentos da saúde como a musicoterapia, terapia por meio da música induzida, que surgiu no início do século XX (Puchivalio; Holanda, 2014, p. 130) e o *sound healing*, em tradução livre cura através dos sons, que tratam as vibrações sonoras como necessários para processos de restauração de pacientes com uma diversidade de doenças.

Já no que se refere à Educação, temos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação (MEC) e, conseqüentemente, do povo brasileiro pelo menos em teoria, temos uma definição da importância da Música no quadro formativo societal, vejamos:

A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura.

A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade.

A partir disso, se faz notório percebemos que o lugar institucionalizado da Música nas sociedades, especificamente a nossa, a brasileira, já foi reconhecido e estabelecido. Desta forma, temos um aparato legislativo e legitimado que nos apresenta a relevância do fazer musical, sobretudo com esse foco na educação pública de qualidade, logo, podemos afirmar que a educação musical é uma constante na política nacional.

Enquanto legislação, temos no Ceará, lugar de referência do pesquisador e da pesquisa, a Lei 15,112, de 02 de janeiro de 2012, que estabelece a cobrança de couvert artístico em espaços onde ocorrem apresentações de música ao vivo. Abaixo temos alguns artigos, 1º e 2º, e alguns parágrafos pontuais da Lei:

§1º Para os fins desta Lei, entende-se como couvert artístico a taxa pré-estabelecida que o cliente paga pela música, shows ou apresentações ao vivo de quaisquer natureza cultural e artística, que é repassada integral ou parcialmente ao músico ou artista, dependendo do acordo feito com o dono do estabelecimento.

§3º O estabelecimento comercial poderá cobrar o couvert artístico, não sem antes, informar e afixar em local de fácil visibilidade os valores repassados ao artista com a arrecadação do couvert artístico.

Art. 2º Fica vedado aos estabelecimentos descritos no artigo anterior a cobrança do serviço de couvert artístico ao consumidor que se encontre no estabelecimento em área reservada ou em local que não possa usufruir integralmente do serviço sem que o mesmo tenha solicitado.

Essa estruturação legal é uma maneira de legitimação do trabalho da música enquanto profissão e demonstra uma organização social da categoria de trabalhadores da arte no Ceará para lutar por seus direitos sociais, políticos e econômicos na seara de embates ideológicos e de interesses vários do sistema republicano e democrático vigente.

Temos com esse breve recorte temporal, histórico-crítico uma visão panorâmica dos processos de formação coletiva dos músicos em algumas sociedades como sujeitos munidos de uma habilidades técnica, sensibilidade e relevância comunitária na construção das identidades locais e efetivação de trabalhos, logo, indivíduos atuantes e respeitados em seus labores.

Todavia também podemos perceber os processos de desvalorização e enfrentamento constante da categoria dos músicos para manter e ampliar o reconhecimento conquistado durante os anos. Assim, conseguimos estabelecer um delineamento básico para o entendimento desses profissionais na História. Embora saibamos que a temática cabe aprofundamentos ainda mais complexos, nos detemos aqui.

3.2.2 Ensino técnico de música no Brasil: história e disputas políticas e ideológicas

A música já existia, no que, na contemporaneidade, chamamos de Brasil, nas comunidades dos povos originários. Todavia ela só ganha uma notoriedade de ensino mais formal com a chegada da Família Real ao Brasil. Conforme (Quadros Júnior, 2019, p. 22-23):

Essa mudança provocou transformações de grande impacto na sociedade brasileira, das quais podemos destacar a abertura dos portos às nações amigas de Portugal, a construção de estradas, a criação do Banco do Brasil, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e da Imprensa Nacional.

Dessa forma, os investimentos em arte e cultura, conseqüentemente, em música no Brasil passaram a ocorrer com determinada frequência e ganharam status de relevância social. Assim nos conta, (Cruvinel, 2018, p.145): “Neste contexto, a música teve um importante papel de reprodução do poder monárquico, mas também na construção de uma nova cena musical na cidade que se tornou o centro do Reino Português.”

Nossa educação é permeada por nossa história escravagista, pelo patrimonialismo e patriarcado, ideologias essas trazidas e efetivadas pelos brancos europeus invasores do território ameríndio (Albuquerque Júnior et al., 2024, p. 7).

Sob esse olhar, a institucionalização do ensino profissional no campo escolar está associada às imposições do sistema capitalista (Oliveira, 2014, p. 79), conseqüentemente, para desenvolver a produção industrial do Brasil.

Isso é notório no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, efetuado pelo então presidente Nilo Peçanha, que “Crêa nas capitães dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito” (Brasil, 1909). Temos nessa legislação inicialmente um viés assistencialista e de controle social das classes menos favorecidas da sociedade brasileira da época.

Nos anos de 1930, como nos expõe (Ramos, 2014, p. 22), a atuação do Estado na economia foi mais robusta “uma série de ajustes econômicos, sociais, políticos e culturais” foram efetuados. A educação tecnológica passou a ser uma preocupação para o desenvolvimento do país, assim sendo, uma área de importante visibilidade e investimento público.

Já com o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial, vemos que houve a organização do ensino técnico da seguinte forma (Brasil, 1942):

Art. 6º O ensino industrial será ministrado em dois ciclos.

§ 1º O primeiro ciclo do ensino industrial abrangerá as seguintes ordens de ensino

1. Ensino industrial básico.
2. Ensino de mestria.
3. Ensino artesanal.
4. Aprendizagem.

§ 2º O segundo ciclo do ensino industrial compreenderá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino técnico.
2. Ensino pedagógico.

No referido Decreto-Lei, encontramos outras diretrizes importantes para o entendimento da história EPT, tais como no Art. 3º, no qual encontramos uma orientação para a formação humana da classe dos trabalhadores e que o ensino industrial deveria ter como um de seus fins a promoção da cultura nacional. Essa ordenação foi implementada pelo ministro Gustavo Capanema, no decorrer da presidência de Getúlio Vargas.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1961, Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961, governo do presidente João Goulart nos traz os cursos técnicos divididos em agrícola, industrial e comercial (Brasil, 1961). Existia nesta época, a associação entre empresas privadas e o poder público na oferta desses cursos e no processo ensino-aprendizagem dos educandos. Dessa maneira, os interesses do empresariado nacional era um dos focos principais desta formação profissional.

Em vista disso, a Lei nº 5.692/197, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, visa outras percepções de educação, pois em seu Artigo 1º nos diz que o ensino nestes graus tem objetivo geral proporcionar a formação dos educandos “necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Brasil, 1971).

Por conseguinte, já se percebe uma visão mais integral do estudante como um ser de múltiplas formações essenciais. Essa percepção, neste ponto em específico, aproxima a referida Lei da construção teórico-prática da politecnia e da formação omnilateral dentro do marxismo vigente.

Já que, de acordo com (Boclin, 2019, p. 400):

Para o trabalhador significaria a superação da divisão do trabalho intelectual e manual e a apropriação técnica e científica dos processos de produção. A omnilateralidade proposta compreende todas as dimensões do ser humano para se alcançar o desenvolvimento integral do trabalhador.

Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, temos a educação técnica profissional articulada ao ensino médio e a oferta de ensino-aprendizagem subsequentes por meio de cursos destinados a quem já concluiu o ensino médio (Brasil, 1996).

Essa legislação passa por variadas modificações durante o tempo. Uma dessas mudanças já se observa em duas etapas, primeiramente com o Decreto nº 2.208/97 até 1999, e uma segunda “quando ocorreu a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio Técnico (Parecer nº 16/99 e a Resolução CNE/CEB 04/99)” (Silva, 2024, p. 141), que se deu o currículo enfocando as competências profissionais, executadas a partir do ano 2000.

Essas movimentações políticas educacionais do anos 1990 estão associadas à busca de financiamento da educação pública brasileira pela iniciativa privada, ligadas às orientações do Banco Mundial, conseqüentemente com as ideologias neoliberais de formação da classe trabalhadora. Dado que (Abreu, 2014, p. 105):

Na busca por fontes alternativas privadas, o Governo brasileiro, nos anos 1990, criou formas jurídicas apropriadas para desobrigar-se do financiamento das instituições de formação profissional públicas, como as escolas técnicas, agrotécnicas e Cefets, estimulando parcerias. Nessa política, destaca-se o Cefet Paraná, que ofereceu 19 especializações custeadas pelos próprios alunos, em 2004.

Nesse horizonte de análise, o capital empresarial e bancário vem sendo implementado nas instituições de ensino profissional e, obviamente, buscando suas contrapartidas no âmbito social e econômico de formação de mão de obra para a ocupação dos postos técnicos de trabalho.

Seguindo nossa cronologia temos que os Institutos Federais foram criados a partir das antigas instituições de EPT formalizados e implementados a partir da criação da Lei nº 11.892/2008, governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Trata-se de um âmbito educacional pluricurricular e multicampi. Além disso,

ofertam cursos na educação básica, ensino técnico e médio, e educação superior, tecnólogo, licenciatura, bacharelado e pós-graduação stricto sensu. Segundo a Lei referida, podemos citar alguns artigos e parágrafos relevantes:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

Com essa mudança de patamar institucional e político os institutos federais ganharam uma relevância nacional ainda maior, sobretudo, por meio da sua interiorização, adentrando regiões do país que antes não ofertavam ou em pouca quantidade formação profissional pública de qualidade. Assim nos afirma(Freitas et al., 2023, p. 4):

As estruturações feitas na educação profissional e tecnológica colocaram os institutos federais, antigos Cefets, como protagonistas contemporâneos desta modalidade de ensino e aprendizagem. Além disso, os caminhos percorridos pela educação nas últimas décadas do século XX e início do XXI trouxeram modificações substanciais nestes percursos formativos da classe trabalhadora dentro das instituições públicas.

Em nosso contexto histórico-político, já nos encaminhando para um fechamento, devemos expor o golpe institucional do governo de Michel Temer ao Estado brasileiro e suas consequências para a EPT. Dessa forma, ressaltamos que houve um Medida Provisória 746/2016, que acarretou na consolidação da Lei 13.415/2017. Essa legislação buscava uma ampla Reforma do Ensino Médio nacional.

Em conformidade com (Piolli; Sala, 2021, p. 3), que nos apontam que houve mudanças causadas por essa Lei na formação técnica. Nela, segundo os autores, ocorreu uma transformação na formação técnica se tornando parte dos itinerários formativos e se distanciando da Educação Básica.

Com isso, essa Reforma do Ensino Médio precariza e aligeira os processos educacionais tanto da Educação Básica quanto da formação técnica profissional. Dessa

forma, temos um projeto político-econômico de “sucateamento” da educação brasileira. Pois, essa Lei propõe (Piolli; Sala, 2021, p. 3-4):

A redução da carga horária e a limitação da formação geral básica à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por um lado, e a diversificação hierárquica da oferta da formação profissional em cursos técnicos e cursos de qualificação profissional, por outro, qualificação profissional, por outro, estratificam ainda mais a formação da juventude trabalhadora, naturalizando a dualidade escolar e sobrepondo a essa uma outra dualidade, que chamamos de dualidade da dualidade.

Desse ponto de vista, ocorre, já que a Reforma do Ensino Médio está em curso e em processo de adaptação e execução, um enfraquecimento de políticas públicas no que se refere ao ensino técnico profissional de anos de luta política educacional.

Todavia, a eleição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, no ano de 2022, do Partido dos Trabalhadores, supostamente um partido de “esquerda”, que batalha, portanto, pela melhoria das condições de vida da população com baixa renda no Brasil, não vem contrariando devidamente as forças de implementação dessas ideologias neoliberais na educação nacional.

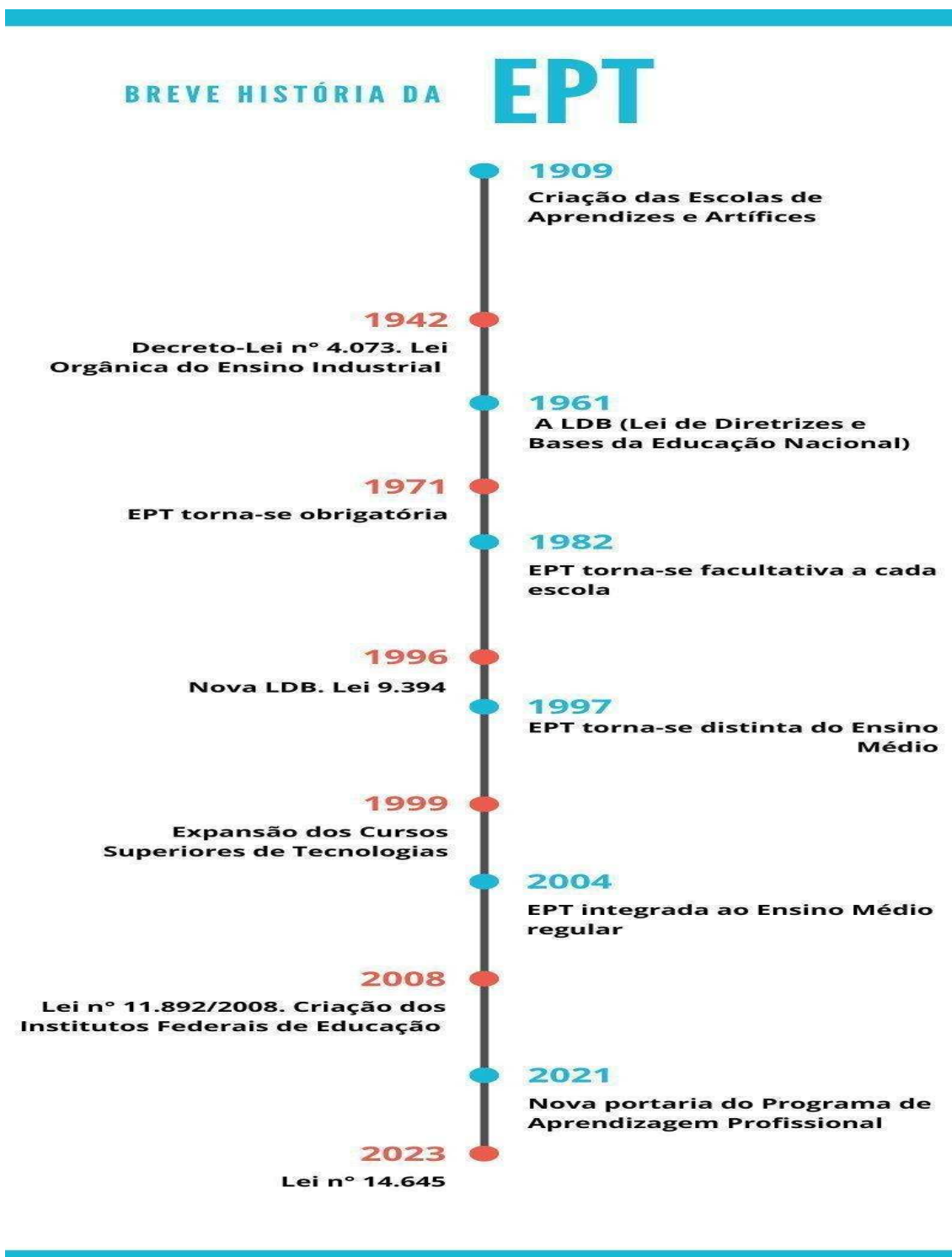
Por fim, observamos a Lei nº 14.645/2023, que cumpre esse caminho já delineado pelas legislações mais recentes, tais como “o itinerário contínuo de formação profissional e tecnológica”, a educação profissional e tecnológica organizada em eixos tecnológicos e fomento à expansão da oferta de educação profissional e tecnológica em instituições públicas e privadas” (Brasil, 2023).

No esquema cronológico abaixo, podemos destacar algumas relevantes datas para o entendimento dos processos de construção da educação técnica e tecnológica no Brasil. Nelas se vêem as legislações e os fatos que tornaram esses períodos destaques para a consolidação deste ensino-aprendizagem em âmbito nacional. Embora saibamos que nem todas foram citadas para facilitar uma visualização mais rápida e simples.

Concluimos aqui um breve percurso histórico, cronológico da educação profissional no Brasil, passando por suas várias ideologias de estruturação e efetivação política, econômica, social e cultural de cada período. A partir disso, conseguimos observar que se trata de lutas constantes entre as classes de educadores, empresariado,

sociedade civil e política para ofertar esses cursos técnicos nos contextos mais diversos.

Figura 1 - Breve história da EPT



Fonte: Os autores.

3.2.3 Um percurso histórico do Curso Técnico em Instrumento Musical do Instituto Federal do Ceará: por uma educação profissional e tecnológica

Temos visto que, as complicações emergidas do campo de trabalho da música na cidade de Fortaleza é fonte de experiência deste pesquisador e, possivelmente, de empatia futura junto aos relatos que compõem a estrutura dissertativa que expressa as múltiplas faces do fazer musical profissional e amador no âmbito empregatício local.

Dito isso, nossa problemática colheu dados que nos forneceu um panorama dos limites da formação em instrumentos musicais executada pelo IFCE Fortaleza. Tendo em vista que, em termos oficiais, o Instituto tem como missão, visão e valores (IFCE, 2024):

Missão: Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.

Visão: Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.

Valores: Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental

Já que nosso enfoque de investigação são as relações de trabalho dos músicos e musicistas do curso técnico de instrumentos musicais, a compreensão da relevância dos processos de ensino e aprendizagem na vida laboral destes indivíduos de acordo com a missão, visão e valores estabelecidos pela Instituição.

Assim sendo, a importância deste escrito encontra-se justamente nesse *cair dos céus* ou não que nos deparamos no curso da investigação deste projeto. Além disso, nós usamos os referenciais clássicos e contemporâneos da nossa época para relatar os conceitos sobre trabalho ontológico como ação inerente ao viver humano e emprego no interior do capitalismo como meio de sobrevivência no mercado competitivo de oferta e procura de mão de obra.

À vista disso, a transformação da natureza por meio das ações coordenadas ou individuais humanas fazem parte dos primórdios de nossa existência enquanto espécie

na Terra. Devido aos aprimoramentos tecnológicos durante os séculos advindos das mudanças em nossas estruturas mentais e físicas passamos a desenvolver uma maior divisão do trabalho entre os sujeitos de determinada comunidade, já que (Antunes, 2009, p.22):

[..] os indivíduos devem reproduzir sua existência por meio de funções primárias de mediações, estabelecidas entre eles e no intercâmbio e interação com a natureza, dadas pela ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem.

Desta maneira, as mediações desenvolvidas pela convivência em grupo humano estrutura uma organização para a produção dos bens coletivos modificados a partir da transformação da natureza.

Assim sendo, a especialização para os múltiplos afazeres laborais criaram uma necessidade social de que houvesse a formação de novos indivíduos capazes de atuarem em específicas funções. Essa organização deu-se quase que de maneira inexorável para a fundação das sociedades.

Isso, obviamente, também é atravessado por fatores culturais, econômicos, simbólicos, ambientais, religiosos, políticos dentre outros tão importantes quanto. Assim nos referencia (Garcia; Moreira, 2020, p. 857):

Para produzir, os homens organizam-se socialmente e estabelecem relações sociais, que vão, elas mesmas, gerar novas necessidades e novos modos de satisfazer essas necessidades. O trabalho passa, então, a ser a cooperação entre pessoas, orientada (teleologicamente) à produção de coisas úteis para suprir as necessidades sociais. O trabalho, assim, é uma forma de práxis social que constitui a própria realidade, relacionando os aspectos subjetivos (vontade e teleologia) com os aspectos objetivos (causalidade, necessidade e natureza) da atividade humana social, e, transforma o próprio sujeito e o objeto.

Logo, a práxis social citada configura tanto aspectos subjetivos e objetivos do ser social em suas manifestações mais simplórias e complexas quanto nas interações humanas em sociedade.

Nesse panorama, o trabalho na sua condição histórica ganha novas características com o desenrolar e complexificação do sistema econômico de

acumulação de riquezas, aquisição e ampliação das propriedades privadas, desigualdades sociais variadas, exacerbação da competitividade, a busca por lucratividade a qualquer custo, o processo de objetificação das pessoas como mercadorias de troca e venda, o capitalismo.

Compreendo esse sistema como construção histórica humana, temos uma síntese certa no escrito (Machado, 2017, p. 459):

[...] a racionalidade econômica e o capitalismo são concomitantes e coextensivos. O capitalismo constitui o domínio da racionalidade econômica liberta de quaisquer constrangimentos de ordem moral ou estética, algo inédito na história humana. O trabalho corporiza essa ação econômica instrumental, sendo uma forma de atividade historicamente específica.

No interior desse cenário e nas relações de poder envolvidas nessa configuração econômica-histórica, pode-se salientar que existe a invenção das profissões. E o que é uma profissão nesse contexto? A profissão é uma função social laboral pré-estabelecida por uma coletividade, por um povo que necessita que determinada ação seja continuamente realizada para que se possa desenvolver suas atividades de produção.

Logo, para que a existência criada e reproduzida por esses indivíduos seja mantida e, ao mesmo tempo, possa gerar riquezas várias para o país-nação. Também, com isso, vê-se uma demanda competitiva frente a outros países vizinhos ou não. (Rohm e Lopes, 2015, p. 333) nos trazem as maneiras como as sociedades constroem suas representações da realidade objetiva e simbólica por meio do trabalho que se tornou uma profissão:

[...] o trabalho é uma condição fundamental na existência humana. Por meio dele, o homem se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência. Por viabilizar a relação dos indivíduos com o meio, em um dado contexto, o trabalho expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida. Todavia, o trabalho na pós-modernidade ocupa de tal forma um espaço no desejo do indivíduo que as pessoas buscam somente neste papel o sentido de suas vidas, inviabilizando a autorrealização plena do ser humano.

Assim, percebemos que, apesar dessa “condição fundamental humana” de existir no mundo, houve uma apropriação pelo capitalismo das nossas forças de produção da

vida no que chamamos contemporaneidade, onde já não nos realizamos, por diversas vezes, enquanto seres humanos cheios de potência criativa, imaginativa e artística nesta realização coletiva e individual que é a vida em sociedade.

Dito isso, os sistemas educacionais por serem políticos, portanto, ideológicos, serviram e servem para moldar os cidadãos dessas constituições humanas para desempenhar uma profissão. Esse ideário psicossocial é nos inculcido durante toda nossa vida e tem como objetivo uma produção de corpos e mentes adestradas para o mercado de trabalho.

O surgimento histórico dos cursos técnicos no Brasil não fugiu dessas formações de criar mão de obra para o mercado. Tanto que, no seu início, havia uma energia central dedicada às classes sociais de baixa renda para que “os filhos dos pobres” pudessem obter uma educação e adquirirem um ofício. Dessa maneira, ter-se-ia o fortalecimento das classes sociais, no que se refere a sua segregação e identidade e a manutenção do estado de “equilíbrio social capitalista”.

Expondo um contexto histórico para exemplificar esse ideário desenvolvimentista implicado na educação, houve uma recomendação, no final do século XX, do Banco Mundial que propôs que: “as escolas sejam o meio de garantir que todos os jovens adquiram e desenvolvam as aptidões necessárias à sobrevivência econômica e ao progresso dos países.” (Sousa, 2014, p. 103). Com isso, a educação como sistema produtivo fabril de mentalidades e competências fortalece-se.

A classe trabalhadora dos músicos e musicistas não ficaram isentas das influências dessas concepções educacionais, sobretudo, por se tratar de uma formação profissional, logo, visando uma inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Já que a formação de músicos e musicistas dentro do âmbito formal de ensino nas instituições que ofertam a modalidade educação profissional e tecnológica já é uma realidade no contexto histórico e político brasileiro.

As indagações no que diz respeito aos objetivos da construção social desses sujeitos educandos nesse contexto relacionando os saberes adquiridos com uma prática laboral efetiva presente ou futura são focos de debates neste escrito, obviamente, observando em foco suas formações recebidas.

Tendo em vista que, como nos esclarece (Cardozo; Arrais Neto, 2014, p. 157): “A formação humana sob o modo de produção capitalista deve ser compreendida na relação dialética de subsunção do trabalhador ao capital”. Neste sentido, educar o trabalhador para a luta contra essa dominação dos capitalistas e destruir a ideia de “reprodução da força de trabalho como mercadoria” (id. 2014, p. 157).

Depois desta breve localização teórica da pesquisa, seguimos com um histórico da criação do IFCE Fortaleza. A partir disso, teremos uma sucinta historicização da construção do Instituto e de suas ideologias educacionais durante os séculos de existência desde sua fundação até a contemporaneidade de suas estruturas sócio-político-culturais. Com isso, mais adiante, chegaremos em específico no curso técnico em instrumentos musicais, foco da nossa análise.

O IFCE Fortaleza é originário da Escola de Aprendizizes Artífices do Ceará, que teve sua criação no ano de 1909 por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. As oficinas ofertadas eram as de “tipografia, sapataria, marcenaria, carpintaria, serralheria, ferralheria” (IFCE, 2022).

Essas escolas tinham objetivos claros, no que se refere ao público-alvo de suas ações e as consequências aguardadas após este investimento público. Isso é exposto no mesmo Decreto citado da seguinte forma:

Considerando: que o augmento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletarias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lucta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação [...] (BRASIL, 1909).

Nessa perspectiva, podemos notar que a formação para o trabalho das classes pobres da sociedade da época era uma das maneiras políticas de conter outras mazelas sociais que afetavam o corpo social de então. O que também conseguimos observar é que os cursos ofertados de início estão ligados diretamente a um fazer de labuta braçal, embora com uma exigência de habilidades técnicas.

Ampliando um pouco o assunto com uma indagação, se temos os cursos braçais

destinados aos pobres para que não entrem na “criminalidade” e possam servir ao Estado, para quem foi ofertado às formações educacionais públicas de gerência, de administração, de um fazer laboral intelectualizado e, conseqüentemente, resultando em postos de trabalho com maior poder de controle social? Abaixo temos uma foto antiga da Escola de Aprendizes e Artífices.

Figura 2 - Primeira sede, Rua da Praia, atual Av. Pessoa Anta.



Fonte: Fortaleza Nobre

Nesta época, o presidente responsável por essa criação foi Nilo Peçanha. No Decreto nº 7.566, destacamos os seguintes artigos que podem servir de base para o entendimento dos propósitos das escolas surgidas no período:

Art. 1º. Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.

Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretendem aprender um officio, havendo para isso até o numero de cinco officinas de trabalho mnual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcçionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais. (Brasil, 1909)

Em 1914, pela primeira vez, a escola é transferida para um amplo prédio onde funcionava o Batalhão de Segurança, no centro de Fortaleza, próximo ao Teatro José de Alencar, lugar, na atualidade ocupado pelos jardins do Teatro, projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx (IFCE, 2022). A seguir temos duas fotos deste período.

Figura 3 - Escola de Aprendizes e Artífices em frente à antiga Praça Marquês de Herval



Fonte: IFCE

Figura 4 - Escola de Aprendizes e Artífices em frente à antiga Praça Marquês de Herval



Fonte: IFCE

Abaixo seguimos mostrando a história do IFCE com a sede no bairro Jacarecanga, após a extinção em 1931 pelo governo de Getúlio Vargas foi “[...] restaurada somente em 1940, e a Escola de Aprendizes Artífices, em 1932, ganhou uma

nova sede, na avenida Filomeno Gomes, Jacarecanga, bastante adaptada para suas atividades.” (Silva, 2024, p. 29).

Figura 5 - Terceira sede do IFCE, bairro Jacarecanga



Fonte: IFCE

Após mais uma mudança, temos o prédio do antigo Liceu do Ceará. Nessa edificação, o Liceu Industrial de Fortaleza funcionou de 1937 a 1940, período da “Era Vargas” caracterizado pelo nacionalismo, busca pela industrialização do país e findando em uma ditadura. É criada a Escola de Aprendizes e Artífices se torna Escola Industrial por meio de despacho do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

Figura 6 - Antigo Liceu do Ceará, quarta sede do IFCE



Fonte: IFCE

Em 1940, ocorreu mais um deslocamento de sede passando a ser endereçado na Rua 24 de maio, 240, Centro de Fortaleza. Onde permaneceu até a data de 1952. Podemos observar a construção logo abaixo.

Figura 7 - Prédio da Rua 24 de Maio, quinta sede do IFCE



Fonte: IFCE

Já “Em 17 de janeiro de 1940, Francisco de Menezes Pimentel, o interventor federal no Ceará, cargo equivalente ao de governador, doou um terreno com 29 973m2 para a construção definitiva do Liceu Industrial de Fortaleza.” (Silva, 2023, p. 31).

Figura 8 - Escola Industrial, Av. 13 de Maio, sexta e atual sede do IFCE



Fonte: IFCE

Figura 9 - Escola Industrial, Avenida 13 de Maio



Fonte: IFCE

Figura 10 - Escola Industrial de Fortaleza, na Avenida 13 de Maio, Benfica.



Fonte: IFCE

Em derradeiro, expomos mais dois registros históricos com as atuais estruturas do IFCE, campus Fortaleza. Nesse período, transformações importantes aconteceram, pois a Instituição passou de Escola Industrial Federal do Ceará (1965), Escola Técnica Federal do Ceará (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (1994) e, por hora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (2008).

Figura 11 - Escola Industrial Federal do Ceará, na Avenida 13 de Maio, Benfica



Fonte: IFCE

Figura 12 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará



Fonte: IFCE

A partir do exposto, nota-se que o IFCE passou por numerosas mudanças de sedes, políticas educacionais, bastantes edificações e endereços, governos com pensamentos e práticas econômico-sociais diferentes e por gestões inúmeras.

A construção do campo da música no interior do IFCE se originou institucionalmente com “Heitor Villa-Lobos ,como autoridade pedagógica nacional, e Orlando Vieira Leite (Criador do Curso de Canto Coral e do Madrigal da UFC, estando

à frente do grupo entre os anos de 1959 e 1968) , como autoridade pedagógica cearense” desde do ano de 1956 (Gomes, 2014, p. 29).

Considerando que a educação musical na história oficial do IFCE começa com os dois professores de referência acima citados, já podemos notar que a formação de corais foram as primeiras expressões da música nesta Instituição, já que temos dois educadores musicais com vasta experiência em canto e na criação de coros diversos para promover a nacionalidade, aprendizagem artística-sonora e coletividade cidadã.

No ano de 2002, depois de uma formação do campo da música no IFCE, relativamente, constante desde da metade do século XX, temos mudanças relevantes nas suas estruturas e diretrizes educacionais, é neste período que é formalizado, criado e implantado o Curso Técnico em Música, que dar origem ao atual Curso Técnico em Instrumento Musical (Gomes, 2014, p. 52) foco da nossa análise na pesquisa.

Mas afinal, o que é um curso técnico no contexto histórico atual? Especificamente, o de música? De acordo com (Oliveira; Simões; de Oliveira, 2022, p.2): “Os cursos técnicos na área de Música são aqueles ofertados, com esta nomenclatura, pelos Institutos Federais, escolas especializadas, escolas de extensão e conservatórios, e consistem em cursos de Educação Profissional em Música.”

Desta forma, ocorre uma legalização e profissionalização efetiva da oferta destes cursos e uma legitimação social de seus concludentes frente ao mercado de trabalho, que exige capacitação para o desenvolvimento profissional e comprovações certificadas no interior dos currículos.

Segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do MEC, o curso Técnico em Instrumentos Musicais que faz parte do Eixo Produção Cultural e Design, compõe a Área Tecnológica: manifestações artísticas e visa desenvolver atividades de performance artístico-musical, realizar estudos de improvisação musical, Ler e registrar produtos em texto de linguagem musical (MEC).

O chamado Curso Técnico em Música, antigo nome do Curso Técnico em Instrumento Musical, como já mencionamos, surge no ano de 2002 ainda com a passada denominação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que era Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) “O processo de transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) foi efetivado por decreto em 22 de março de 1.999” (IFCE, 2011, p.5).

Destacamos abaixo um breve trecho da justificativa de criação do então curso técnico em Música (IFCE, 2011, p. 7):

Fortaleza, uma das principais cidades brasileiras, possui uma forte vocação turística que proporciona a geração de uma pujante rede de atividades econômicas. Hotéis, shoppings, bares, casas noturnas oferecem produtos e serviços dentre os quais a atividade musical encontra significativo espaço de atuação. A cidade conta, ainda, com equipamentos culturais, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o Centro Cultural Banco do Nordeste, o Pólo Cultural do Benfica, Teatros José de Alencar e Paulino Barroso entre outros, que, junto com editais de incentivo à cultura lançados pelo governo estadual e municipal, têm proporcionado uma efervescente produção musical.

Paradoxalmente a tal contexto, a formação profissional dos músicos processa-se, predominantemente, de modo autodidata. Há, em Fortaleza, escassez de escolas que ofereçam formação musical profissional em nível técnico, e tal situação se intensifica se levarmos em consideração as cidades do interior do Ceará. Instalados na capital encontram-se os seguintes cursos, todos de formação musical em nível superior: Curso de Licenciatura em Música e Curso de Bacharelado em Instrumento, ambos ofertados pela Universidade Estadual do Ceará e Curso de Licenciatura em Educação Musical ofertado pela Universidade Federal do Ceará.

Visto isso, na perspectiva dos escritores do Projeto do Curso de Música, havia uma necessidade social na cidade de Fortaleza nos anos 2.000 por uma formação técnica musical que direcionasse o público de estudantes de música para o mercado de trabalho por meio de uma educação formal.

Logo, vemos que se afirmava uma carência no setor de turismo e entretenimento na cidade de profissionais capacitados para atender as demandas do mercado local e de escolas que pudessem abarcar o quantitativo de pessoas com interesse em aprender música e se profissionalizar.

No presente o curso chama-se curso técnico em instrumento musical e a caracterização do curso técnico em análise é a seguinte: "Área de estudo: Produção Cultural Modalidade: curso técnico subsequente Duração: 4 semestres (2 anos) Forma de ingresso: exame de seleção Requisito: ter concluído o ensino médio Oferta: 40 vagas semestrais (10 violão / 10 teclado / 10 canto/ 05 flauta transversal / 05 acordeão) Turno de funcionamento: matutino" (IFCE, 2011).

Por fim, para elencamos um breve histórico do curso e termos uma visão ampliada de qual é a estrutura pedagógica desenvolvida na atualidade, vamos expor

alguns do denominado perfil profissional de conclusão.

No total são vinte e um atributos que o Projeto do Curso (IFCE, 2011, p. 9) almeja que os educandos que passaram e concluíram a formação técnica tenham adquirido, abaixo citamos os que são mais importantes para o projeto de pesquisa aqui apresentados, assim nos diz (IFCE, 2011, p. 9-10):

Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação;

Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;

Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;

Incorporar o conhecimento das transformações e rupturas que se processam historicamente na música à sua prática profissional;

Reinventar processos, formas, técnicas, materiais e valores estéticos na concepção, produção e interpretação musical, a partir de visão crítica da realidade;

Refletir criticamente sobre as novas tecnologias, concepção, produção e interpretação artístico-musicais;

Analisar práticas e teorias de produção musical das diversas culturas artísticas, suas interconexões e seus contextos socioculturais.

Analisar as combinações e reelaborações imaginativas, a partir da experiência sensível da vida cotidiana e do conhecimento sobre a natureza, a cultura, a história e seus contextos;

Pesquisar e avaliar as características e tendências da oferta e do consumo de diferentes produtos artístico-musicais do mercado;

Avaliar de forma ética e adequada, as possibilidades oferecidas pelas leis e editais de incentivo a cultura.

Ter iniciativa e exercer liderança.

Como podemos observar pelo escrito, existem, teoricamente, alinhamentos afirmativos com uma educação mais humana, omnilateral, e crítica como queiramos conceituar, fornecida pela Instituição e pelo Curso Técnico em Instrumento Musical.

Um ponto final que desejamos indicar é o ano do projeto de curso, 2011, ou seja, treze anos atrás. Isso pode ser um indício que essa estrutura pedagógica está obsoleta e

não responde por completo as demandas educacionais dos estudantes e da sociedade fortalezense no ano de 2025.

Todavia essa dúvida e outras serão solucionadas no decorrer do nosso texto, mais especificamente no capítulo de interpretações dos dados e discussões dos levantamentos das informações da pesquisa. Lá também poderemos observar os debates sobre as percepções encontradas do nosso problema de pesquisa.

A grade curricular do Curso Técnico em Instrumento Musical se encontra em anexo no nosso estudo e pode ser consultada pelos leitores, que desejem se aproximar ainda mais do entendimento do campo de pesquisa e suas diretrizes oficiais de educação e ensino-aprendizagem.

Como já citamos no decorrer deste escrito, o Curso Técnico tem como um dos seus objetivos a formação de *performances*, todavia notamos que as disciplinas de Prática de Instrumento Específico possui quarenta horas e apenas dois créditos e a Prática de Instrumento Complementar tem vinte horas e apenas um crédito.

Entretanto, relacionado a isso, temos a disciplina de Informática Musical Básica, que possui oitenta horas e quatro créditos atribuídos. Isso expõe uma discrepância entre a teoria, documentos oficiais de composição do Curso, e a prática, ensino-aprendizagem, de fato, executado no cotidiano educacional do Instituto. Embora, obviamente, não estamos retirando a total relevância da disciplina de Informática Musical Básica.

Além do mais, também podemos notar que o caráter profissionalizante do Curso, no que notamos da sua grade curricular, não traz um corpo de conhecimentos que se acerquem diretamente com uma formação visando uma entrada efetiva no mercado de trabalho, pelo não com um esclarecimento devido dos processos necessários para uma melhor colocação laboral.

A partir disso, é de se pensar que um Instituto que tem todo um *status* social dentro do Brasil como um dos principais formadores de mão de obra para as mais diversas áreas do conhecimento, tenha um curso técnico em seu interior que não possui um diálogo claro e direto, no que se refere a currículo, com o mundo do trabalho e

colocação destes educandos nos postos de excelência empregatícia.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo abordamos os processos metodológicos escolhidos para tratarmos de nossa problemática de pesquisa, pensando sempre que a metodologia “(...) é a forma pela qual se constrói o conhecimento, ou se realiza alguma coisa, é preciso reconhecer que segue um determinado percurso, com uma determinada organização, um determinado processo” (Bastos; Ferreira, 2016, p. 11).

Dessa maneira, de acordo com (Ametrano, 2017, p. 10, tradução nossa), podemos indagar de início que temos:

Um ponto de partida para abordar as particularidades do conhecimento científico é refletir sobre por que conhecemos. Fazemos isso, em princípio, para resolver problemas, para sobreviver, para nos adaptarmos ao ambiente em que nossas vidas se desenvolvem. Trata-se de um ambiente (um mundo físico cheio de mundos socioculturais distintos) que, para cada ser humano, desde que nasce até que morre, sempre se apresenta de forma repentina, como uma totalidade e um traço de realidade inquestionável. Esse mundo, certamente complexo e cheio de estímulos e desafios, impõe ao ser humano a necessidade de criar uma ordem para poder interagir com ele.

Dito isto, não podemos e não deixaremos de destacar a complexidade da conjuntura específica que pesquisamos no ensino-aprendizagem de música no interior de uma formação técnica profissional.

Ao mesmo tempo, não fechamos os olhos para o entendimento de que essa trajetória de análise crítica se deu no tempo, espaço e com sujeitos delimitados, logo, com a mudança dessas características, teríamos outros resultados, semelhantes ou não.

Quanto à natureza da pesquisa temos a conceituação de aplicada, já que nos alinhamos com (Marconi; Lakatos, 2021, p. 6) dado que “caracteriza se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

Nossa abordagem se classifica como qualitativa, pois “propõe uma relação entre os sujeitos e o mundo real. Faz a interpretação dos fenômenos, atribuindo-lhes significados. O ambiente é a fonte de dados e o pesquisador é um ponto-chave nesta modalidade de pesquisa” (Libório; Terra, 2015, p. 7).

Agora vamos dispor de uma breve descrição da nossa trajetória de ordenamento desde da apresentação do ProfEPT, passando por nossa caracterização do cenário de

pesquisa, o público alvo do estudo, quais foram os métodos utilizados de acordo com a amostragem disponível neste espaço de tempo e nossa análise dos dados obtidos.

O Programa de Mestrado ProfEPT encontra-se situado, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (2019), na área de Ensino, que integra a Grande Área Multidisciplinar e busca construir ligações entre os conhecimentos criados nas pesquisas em educação e “ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais.” (Capes, 2019, p. 3).

O ProEPT é um mestrado profissional na área de Ensino que exige como pré-requisito à titulação a elaboração de uma dissertação com o relato da pesquisa realizada e o desenvolvimento de um Produto Educacional, resultante desta pesquisa.

Compreende-se o produto educacional na Educação Profissional e Tecnológica como nos conta (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018, p. 114):

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso por meio do desenvolvimento de produtos educacionais apresenta, ao mesmo tempo, um diferencial para a formação de profissionais do ensino, um desafio para a docência e uma inovação no ‘fazer da pesquisa’ nos programas de Pós-Graduação. Entrecruzam-se alguns princípios da formação do pesquisador com a necessidade da aplicabilidade por meio da partilha entre os conhecimentos produzidos pelo mestrando no seu espaço de trabalho.

Tomamos essa afirmação como verdadeira no campo da composição, planejamento, execução e validação do nosso produto educacional, pois julgamos ser um diferencial de potência poder experimentar a pesquisa no espaço de estudo da educação profissional e tecnológica e que, de fato, este é um desafio, tendo em vista o tempo de duração formal do mestrado e as possíveis adversidades que possamos encontrar na sua efetivação.

Do ponto de vista metodológico, nossa pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, é considerada uma pesquisa exploratória e quanto aos procedimentos investigativos ela é uma investigação que integra a pesquisa bibliográfica com um estudo de caso.

Logo, esta pesquisa trata-se, inexoravelmente, de uma revisão sistemática da literatura da área de educação musical, ensino e aprendizagem dentro da educação pro -

fissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito dos institutos federais. Em seguida, far-se-á um recorte substancial enfocando, unicamente, o Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará.

Continuando nossa delimitação, o olhar do pesquisador estará concentrado no Curso Técnico de Instrumento Musical, unicamente, no ano do presente estudo, 2025, todavia poderemos dispor de estudantes egressos deste curso e comunidade externa tendo em vista o alcance do nosso produto educacional.

Temos também a característica de desenvolvermos uma pesquisa aplicada, aspecto este concedido por termos a perspectiva de desenvolvimento, execução e avaliação do nosso produto educacional junto aos participantes efetivos da pesquisa, sendo exploratória nas concepções científicas.

Com isso feito, construímos uma estrutura de estudo de caso como nos orienta (Gil, 2009). Tendo em vista que, embora tenhamos diversos sujeitos na pesquisa, os estudantes são parte da mesma unidade de objeto de estudo, a saber, trabalhadores da música na cidade de Fortaleza, que recebem ou receberam uma formação técnica profissional.

Assim, configura-se uma pesquisa qualitativa, todavia não nos fechando para uma possibilidade de realização de levantamentos quantitativos, dessa maneira, poderemos compor as duas análises de dados.

Nosso percurso metodológico passa por diversas etapas de estruturação, desde dos questionamentos iniciais de como se daria o nosso estudo? Qual abordagem aplicar? Por quê? Até dispor de qual bibliografia? Qual o produto educacional era mais efetivo para nossas pretensões dentro do pouco tempo disponível? Dentre outros fatores de dúvida inerentes ao fazer científico.

Entretanto, temos que seguir e seguimos. Fizemos nossas escolhas. Como nosso foco de pesquisa são os estudantes do Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE Fortaleza, atribuímos a nossa pesquisa a estruturação de um estudo de caso.

Nossa coleta de dados foi baseada em entrevistas semiestruturadas e na criação, execução e divulgação do nosso produto educacional, o Podcast Musicando Saberes,

que já se encontra disponível nas plataformas.

4.1 Cenário de pesquisa

Ao que se refere a espacialidade do nosso estudo, nós enfocaremos, unicamente, o curso técnico em instrumentos musicais ofertado pelo Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará, no campus Fortaleza, Ceará.

4.2 Participantes da pesquisa

Os protagonistas da nossa investigação são os educandos matriculados no curso técnico em instrumentos do IFCE Fortaleza, durante o ano de 2025. Julgamos que o *podcast* ao qual nosso produto educacional está fundamentado trouxe ao nosso encontro músicos e musicistas que já atuam na cena musical da cidade de Fortaleza e buscam aprofundar suas percepções sobre suas trajetórias profissionais e educacionais.

À vista disso, possuem uma experiência de trabalho efetivo no âmbito profissional da música. Dessa maneira, ampliamos nossas possibilidades de abarcar um maior número de dados para fundamentação mais profunda desta pesquisa e para seu enriquecimento teórico e prático em si.

Assim sendo, adotou-se formas de coleta de dados para estruturar o *corpus* investigativo de nossa pesquisa. Uma delas virá das entrevistas semi-estruturadas que serão realizadas, restritamente, com os estudantes do curso técnico em instrumentos musicais e outra que estará entrelaçada com o processo de construção do produto educacional, sua elaboração e execução concreta no caminho que planejamos seguir, junto aos partícipes do *podcast* da comunidade discente que comporão nosso produto.

Para isso, submetemos ao Comitê de Ética e cumprimos todas as especificações necessárias e pedidas para a realização da pesquisa científica acadêmica com seres humanos. Logo, obedecemos a todos os procedimentos sugeridos e documentamos os métodos efetuados e podemos comprovar a lisura de suas procedências.

Dito isso, executamos prontamente qualquer orientação que nos foi dada para mantermos a integridade psíquica, emocional, identitária e ética dos sujeitos participan -

tes. Dessa maneira, legitimando os processos de pesquisa a serem utilizados dentro do âmbito científico e educacional dessa pesquisa.

Nesse detalhamento podemos citar que ficaremos disponíveis para qualquer eventualidade que possa ocorrer com os participantes entrevistados no decorrer da pesquisa, assim como, todo e qualquer dano que, porventura, venha a acontecer devido aos procedimentos adotados neste levantamento.

Por fim, nos comprometemos em fornecer e realizar um acompanhamento médico especializado em caso de possível falha nesta investigação que comprometa psicológica e/ou fisicamente nossos entrevistados.

Todavia, desde já ressaltando que não é nossa intenção causar nenhum malefício aos componentes deste projeto dissertativo em qualquer que seja a área da vida destes integrantes. E sim, o oposto, procuramos estabelecer relações harmônicas de cooperação, empatia, solidariedade e respeito entre as partes envolvidas neste processo acadêmico de construção coletiva de conhecimento brasileiro.

Visamos, com isso, suprir e nos responsabilizamos social e juridicamente pelo projeto que vem sendo desenvolvido no âmbito da pós-graduação em educação profissional e tecnológica na instituição pública a qual pertencemos, o Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará, campus Fortaleza.

4.3 Coleta de informações

Como técnica de levantamento de dados qualitativos para análise da problemática abordada realizaremos **entrevistas semi-estruturadas** (essas questões estão elencadas em nossos apêndices ao final do escrito e podem ser consultadas pelos leitores) com os aprendizes do curso técnico em instrumentos musicais, as perguntas iniciais desenvolvidas estão disponíveis para a análise em nosso apêndice no texto presente.

No horizonte atual de planejamento, elas ocorrerão presencialmente com cada entrevistado. Nessa ocasião, haverá a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, a negação de assinatura do termo, implicará, necessariamente, a exclusão dos dados levantados deste determinado participante.

Nossa análise de dados percorrerá os preceitos sinalizados pela **análise temática**, pois acreditamos que as fases abaixo expostas representam bem a nossa proposta de pesquisa e suas implicações efetivas nos processos que realizaremos. A partir disso, nos estruturamos seguindo as orientações sistemáticas de (Rosa; Mackedanz, 2021, p. 12):

Fase 1: Familiarização com os dados - É fundamental que o pesquisador mergulhe nos dados, ao ponto de alcançar com profundidade e amplitude o conteúdo. A imersão geralmente envolve a leitura repetida dos dados, que leva a uma procura por significados, padrões e assim por diante. É um exercício de leitura e releitura dos dados, portanto, é um processo demorado, pois fornece a base para o resto da análise;

Fase 2: Geração dos códigos iniciais – Envolve a produção de códigos iniciais a partir dos dados. É por meio dos códigos que o pesquisador identifica as características dos dados (conteúdo semântico ou latente) que pode ser considerada em relação ao fenômeno. Todavia, os dados codificados diferem-se das unidades de análise que representam os temas e que são muitas vezes mais amplos;

Fase 3: Busca por temas – Esta fase só se inicia quando todos os dados forem inicialmente codificados e agrupados e já se tem uma longa lista de códigos diferentes que foram previamente identificados no conjunto de dados. Portanto, esta fase envolve a triagem dos diferentes códigos em temas potenciais, sendo que alguns códigos iniciais podem passar a formar temas principais, outros podem virar subtemas, enquanto outros podem ser descartados;

Fase 4: Revisão dos temas – É uma fase que envolve dois níveis: o primeiro consiste na revisão dos extratos codificados nos dados, o segundo envolve o refinamento desses temas. Enfim, nesta fase é importante reler o conjunto de dados e verificar se os temas trabalham bem com relação ao conjunto de dados ou é necessário codificar quaisquer dados adicionais dentro dos temas, que por ventura tenham sido perdidos em estágios anteriores da codificação;

Fase 5: Definição e denominação dos temas – Surge quando já se tem um mapa temático satisfatório dos dados e passa para os refinamentos finais, ou seja, pode-se refinar ainda mais os temas que serão apresentados ao final da análise. É fundamental que, ao final desta fase, tenha-se a clareza o que os temas são e o que eles não são. Além disso, é nesta fase que se dará o título de trabalho aos temas, portanto, os nomes precisam ser concisos, diretos, ao ponto de o leitor ter uma ideia clara sobre o tema;

Fase 6: Produção do relatório – Esta fase começa quando se tem o conjunto de dados totalmente trabalhados, e contempla a análise final e a escrita do relatório. Assim, é importante que a análise escrita forneça um relatório conciso, coerente, lógico, que contenha provas suficientes dos temas nos dados, enfim, que escolha exemplos vividos, ou extratos que capturem a essência do ponto que será demonstrado.

Ao realizarmos uma pesquisa de cunho qualitativo, nossa busca é pela compreensão de problemas enfrentados pelos sujeitos de pesquisa em seu cotidiano, mas que não podem ser simplesmente associados a uma visão positivista de ciência. Ou seja, são necessárias leituras específicas sobre o que é dito, como é dito e o tempo em que é dito. Sem isso, a frieza dos dados tabulados não permite inferir quaisquer relações que se estabeleçam entre os sujeitos de pesquisa, exceto por sua caracterização sócio-histórica.

No anexo e apêndice deste escrito, temos os documentos comprobatórios e a aprovação do Comitê de Ética do IFCE, que aprovaram a realização da nossa pesquisa e da estratégia metodológica aqui aplicada. Com isso, demonstrando a credibilidade, a confiabilidade e a legitimidade dos nossos processos aqui apresentados em formato de texto dissertativo.

5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÕES

Como já deixamos claro em nossa metodologia de pesquisa, trabalhamos com a análise temática como método de análise dos dados. Abaixo seguimos o passo a passo do estudo a partir do nosso referencial teórico-prático: Liane Serra da Rosa e Luiz Fernando Mackedanz (2021).

5.1 Análise temática

De início, vamos estabelecer um acordo para entendimento das falas dos discursos relatados nesta seção do nosso escrito. Já é sabido que o nosso percurso metodológico trabalhou com entrevistas semiestruturadas para melhor elucidarmos a nossa problemática de pesquisa.

Dito isso, devemos salientar que nomeamos os entrevistados da seguinte maneira: participante um (P1), participante dois (P2), participante três (P3) e o pesquisador/entrevistador como, apenas, (PE). Dessa forma, simplória buscamos tornar a escrita dos dados, discussões da temática e leitura do texto mais fluida e objetiva. Seguimos com o relato e análise das entrevistas semiestruturadas.

5.1.1 Fase 1: Familiarização com os dados

De início, devemos reiterar que todos os participantes da pesquisa estão matriculados no semestre corrente do Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE Fortaleza. Vamos realizar a caracterização de cada um na sequência do texto por meio da transcrição de trechos selecionados da entrevista e a feitura de uma análise descritiva dos dados levantados.

Também não podemos deixar de apontar que as entrevistas estão transcritas expondo a maneira informal de discurso nas quais elas foram conduzidas, embora estejamos lidando com conhecimentos científicos, nos baseamos em uma abordagem qualitativa das informações colhidas.

Logo, algumas marcas da oralidade, que para nós retrata uma riqueza dos dados levantados, pois expressam de forma mais fidedigna os pensamentos e sentimentos de

nossos participantes no que se refere a temática em foco, podem não está de acordo com a norma culta padrão da Língua Portuguesa.

Todavia, cremos, que isso não vai interferir em nada no entendimento da comunicação das falas em análise ao nosso público leitor e não irá desmerecer ou enfraquecer essa pesquisa no que diz respeito à credibilidade e à confiabilidade do relatório dissertativo final aqui apresentado.

Participante 1 (P1)

(PE) - Bem, eu gostaria de saber qual a sua matrícula aqui no curso, em que instrumento musical específico está cursando atualmente?

(P1) - “Eu estou matriculado no técnico de instrumento musical com o instrumento específico canto.”

(PE) - Canto?! E você tem matrícula efetiva neste semestre? (P1) - “Tenho, tenho uma matrícula efetiva.”

(PE) - Você já atua aqui no mercado de trabalho enquanto música, ou seja, utilizando seu instrumento musical em algum grupo, ou alguma banda, ou algum coral, ou algum... que realmente proporcione a sua inserção no mercado de trabalho ou você ver a música de alguma outra forma, não como uma profissão?

(P1) - “Quando eu optei em fazer esse curso eu vim para, vamos dizer assim, para ser um hobby, para ter mais conhecimento do meu instrumento, porque na verdade eu já fiz o curso com instrumento específico de teclado, piano, já concluí e voltei para fazer agora o canto.

Então, eu já tenho uma conclusão de curso e estou aqui no IFCE. Eu já estou fazendo a segunda vez o curso. Aproveitei as cadeiras que eu já tinha formação, quando eu fiz teclado, piano e agora eu faço o específico que é o canto e o teclado como instrumento complementar.

Quando eu vim pra cá, pra fazer o curso, era pra ter um hobby, aprender como era que funcionava a estrutura musical, não diretamente pra trabalhar com a música. Mas aí, no percurso, eu entrei para o coral do IFCE. E aí, estando no coral, foi preciso aprimorar os meus conhecimentos com relação ao canto.

Então, antes de fazer a opção para o segundo instrumento, que seria a voz, eu fiz alguns cursos de extensão de canto popular, de canto em grupo, até chegar no instrumento específico do canto. Então, minha prática é voltada mais para desenvolver o canto dentro do coral. E o coral que eu participo é um coral cênico e a gente voz e trabalha também corpo.”

(PE) - Sim. Nesse sentido, você recebeu a sua primeira formação no curso técnico de teclado antes de entrar no curso técnico, já tinha alguma formação formal em música, de estudo?

(P1) - “Antes de entrar aqui eu fazia aula de teclado, particular, só pra tocar um pouco na igreja, tocar em casa, só com, vamos dizer assim, a diversão, né? De querer aprender o instrumento. E eu vim aqui para o IFCE, porque eu incentivando os adolescentes do meu condomínio a fazerem cursos técnicos, porque eles tinham terminado os estudos e estavam parados lá no condomínio.

Eu disse: ei, vamos fazer os cursos técnicos, tem tantos cursos, não só cursos de música, findou que eu fui a única que passou e eles não.”

(PE) - Porque tem uma prova técnica.

(P1) - “Tinha uma prova técnica pra ser feita, né?!

E aí eu fiz, passei eles e não passaram, e depois eles entraram. Inclusive até passou um neste instante aqui, que é um dos meninos lá do meu prédio, né? Que mora lá no meu condomínio, que entrou depois, né? Depois que o técnico foi aqui.

Então, eu vim, vamos dizer assim, praticamente do zero. Foi aqui que eu recebi a formação de entendimento do que era o instrumento específico em si, o instrumento verdadeiro como seria, e todas as nuances voltadas para a música, a parte teórica e a parte funcional, que eu não sabia. Então eu aprendi aqui, dentro do curso de música.”

(PE) - Nesta formação que você concluiu e voltou para concluir outra. Neste percurso de começo, meio e fim, você considera que as disciplinas passadas, a metodologia que foi aplicada, de fato contribui para que um instrumentista, vamos pensar em teclado que está concluído, saia do curso técnico, tenha um certificado de curso técnico e possa realmente atuar no mercado de trabalho com esse curso técnico?

(P1) - “Assim, na verdade, a gente sabe que para instrumentos musicais, é... o aluno ele tem que ter o treino, não importa o tempo que ele vai levar, se ele vai levar um ano, dois anos para aprender, mas ele tem que treinar.

E o que é passado aqui, considerando todo o tempo, que são dois anos, são quatro semestres, é pouco, por exemplo, para um instrumento, principalmente para uma pessoa como eu, que já tem, já passou aí dos 50 anos, porque eu tenho 52 anos, e também já tem um formação em outras áreas e eu vim para aprender.

Então, quando chega aqui a maior parte das pessoas que vêm fazer, que optam a fazer um curso técnico em instrumento musical, ela já tem conhecimento musical ou ela já toca na noite.”

(PE) - Ela vem para se aprofundar.

(P1) - “Ela vem para se aprofundar e também para se certificar, porque a maioria é autodidata. Aprendeu na igreja, de ouvido, aprendeu vendo vídeos. Então, ela aprendeu, mas ela não sabe a parte teórica, a parte de tocar o instrumento, que seja, porque nós temos aqui no IFCE a oferta de teclado, violão e o acordeão, e o canto.

O canto, ele entrou agora tem três semestres, ele é novo, mas o acordeão, o teclado e o violão é mais antigo. Então as pessoas que vêm, é tanto que na hora da escolha de instrumento, o campeão de escolha é o violão, porque quase todo mundo vem tocando violão aí e vai pelo valor, né?!

O violão é o instrumento mais em conta, mais acessível, aí depois vem o teclado e por último o acordeão. A voz, depois que a voz entrou, ela também se tornou bem, vamos dizer, concorrida junto com o violão, porque os custos dela é zero, né? Que é dentro de você o seu instrumento, né?”

(PE) - Mas tem o custo.

(P1) - “Mas tem o custo, né?! Que você tem que cuidar bem da voz, tem que deixar ela preparada pra você cantar. E... Eu creio, assim, que quando uma pessoa já tem esse conhecimento, é válido o que ela vai aprender, porque vai somar. Mas, quando uma pessoa não tem, como eu não tinha... vindo do zero, a grade é muito fraca.”

(PE) - Para que ela se desenvolva em dois anos?!

(P1) - “Ela é fraca. Ela se desenvolve em dois anos. Em dois anos. E principalmente porque o instrumento musical, a parte específica dele, ele tem poucas horas aula, comparando com outras coisas.

Por exemplo, a informática musical. Ela tem mais horas aulas do que o instrumento específico. Então, o aluno vem para ter duas aulas de instrumento específico, que são duas horas de aula por semana, enquanto que a informática tem qua-

tro.

Aí eu sei que a informática é importante, porque aí você vai aprender como é que se inova os programas para você fazer a sua própria produção caseira.”

(PE) - A informática é uma disciplina dentro do curso.

(P1) - “Então, assim, a gente tem...”

(PE) - Obrigatório?

(P1) “É obrigatório. Então, assim, você tem... vamos deixar aqui um pouquinho de lado o instrumento específico e o instrumento complementar. Porque quem escolhe violão, o instrumento complementar é a flauta doce.

Quem escolhe voz, que é o canto, acordeon, o instrumento específico é esse, acordeão ou voz, mas o complementar é o piano. E o piano junto com o acordeão é a flauta doce. Então, assim são essas as bases.

Então, essas disciplinas elas teriam que ter mais tempo de hora aula. Porque o aluno, ele vem, vamos dizer assim, com a sede de aprender e ir para o instrumento, para fazer a prática e aí ele não tem, porque ele quebra, porque são só duas horas aí na semana.

Enquanto, que quando você está lá no segundo semestre, terceiro semestre, você pode adiantar cadeiras, como é o caso da informática, você pode puxar para terminar, como também os projetos, elas têm mais horas aulas do que o instrumento específico. Então, eu acho uma coisa que... uma disparidade. O IFCE, ele tem umas salas de uso individual para os alunos.”

(PE) - Para instrumentistas?

(P1) - “Para instrumentistas. Uma ala que já tem uns teclados e um piano disponível. E tem a outra ala ,do outro lado, que é para o pessoal que vai para os sopros e o acordeão. Sendo que o instituto não oferece, vamos dizer assim, um instrumento. No caso, o acordeão, que é um instrumento caríssimo, só tem um.

Então, só pode ser utilizado por quem estar com matrícula ativa, com a autorização do professor, porque além de ser um estudo caro, de manutenção cara, só tem um. Então tem que agendar.

Já os alunos de teclado, eles podem ir lá. Tem três salas com teclados e um com piano elétrico, que dá para treinar. Aí eles vão nos horários alternativos que eles podem estudar. Mas, a aula mesmo em si é pouco tempo, onde ele pode tirar mais dúvidas com

o professor.

Apesar de ter o professor um tempo que ele pode tirar essas dúvidas, mas não ainda, mesmo sim, ainda fica falho.”

(PE) - Defasado.

(P1) - “É, defasado.”

(PE) - E nesse sentido de formação, que você inicia como hobby, vindo por teclado, já advinda de aulas particulares, agora com canto, a sua cabeça mudou em relação a deixar de ser um hobby, vai virar uma profissão? Ganhar um cachê?

(P1) - “Sim. Você já começa a ver que não é só você ter um hobby, que você pode se manter e ganhar dinheiro com isso, passar a dar uma aula de introdução à música, porque o certificado, ele já te dá, né?!”

(PE) - Credibilidade?

(P1) - “Esse, vamos dizer assim, e te dá essa opção de você dar uma aula, fazer uma palestra, um workshop, explicar, porque às vezes as pessoas elas têm ideia como eu tinha, que era uma coisa assim, complicada, muito difícil, que ler uma partitura, cantar por partitura. Você reconhece o que é. Era difícil. Então, assim, às vezes em uma palestra você pode dar remunerada, cobrar, né?”

(PE) - Já foi convidada ?

(P1) - “Sim, já, já. Já fui convidada pra explicar como é que funciona o curso, como é que as pessoas podem se desenvolver, porque muita gente nem sabe a existência do curso técnico, né? A maioria pensa que só existem as licenciaturas, né? E os bacharelados por aí. Apesar do IFCE já ter há muito tempo o Curso Técnico em Instrumento Musical em outros campus. Não é só Fortaleza.

Mas, é um curso e também a nomenclatura desse curso, ela engana e atrapalha muito. Porque quando você vê assim: técnico em instrumento musical, as pessoas acham que seria para você aprender a ser luthier. Você vai corrigir, vai consertar, vai aprimorar os instrumentos.”

(PE) - Nem vê, né?

(P1) - “Não é. E nem tem essa disciplina que era para ter.” (PE) - Pelo menos do seu próprio instrumento.

(P1) - “É, você manusear o seu instrumento sabendo o que você está fazendo,

como é um violonista, saber trocar uma corda, saber qual corda ele vai usar, né? Não tem essa disciplina, mas as pessoas quando você diz assim, faz o quê? A gente diz assim, eu estudo música, a gente não diz técnico instrumento musical, porque a pessoa entende que é um curso de...luthier.

Assim, tá aprendendo como é que... e aí, sabe, consertar qual? Entendeu?”

(PE) - Sim. Nesse campo que agora você já se inseriu profissionalmente de alguma forma, dentro da sua experiência, o que você vê de experiência dos seus colegas, amigos, músicos, você acha que há uma valorização do músico na cidade?

(P1) - “Tem.”

(PE) - Em termos de pagamento objetivamente?

(P1) - “Assim, eu não sei quanto as pessoas cobram, porque assim, eu não me aventurei, assim em escolas, foi mais em encontros específicos, né? De uma coisa assim, vamos dizer, pontual.

Agora, muitos dos meus colegas que estão, que eu vou até sugerir que você os entrevista, estão dando aula em pequenas escolas, musicalização infantil, né? Seguindo para musicalização de terceira idade, fazendo aulas particulares, porque é mais vantagem fazer a aula particular, do que você se inserir em uma escola, que a escola tem as aplicabilidades dela e você tem que seguir aquilo.

E quando você faz esse horário, que é a maioria dos alunos que eu converso, é essa a intenção de criação do seu projeto pessoal em dar aula particular.”

(PE) - Já caminhando para o final, você considera que por meio das disciplinas, das vivências com os professores, das experiências com os colegas, você acha que o curso técnico proporciona uma visão crítica desse mercado de trabalho, ou seja, eu estou fazendo esse curso aqui, para quê? Para me inserir no mercado de trabalho? Onde? Quanto é que eu vou ganhar? Você acha que há essa educação dentro do curso?

(P1) - “Não tem. Porque a parte que vão dizer que poderia se encaixar, isso aí que você está falando, seria uma disciplina nova. A gente tem uma disciplina que é projetos, que é onde eu vou criar o meu projeto para ser apresentado dentro dos editais. Não é exemplo não, é assim que funciona.

Mas, não existe uma disciplina que me ensine como eu tenho que fazer a minha performance trabalhista dentro da música? Ah, você quer, no lance de trabalhar em barzinho, cantando na noite.”

(PE) - Tocando um tal instrumento.

(P1) - “Tocando um tal instrumento, você quer cantar. Como é que vai ser? Ah, não, esse aqui é o rapaz que vai tocar na igreja. Porque ele vai tocar... Eu vou dar uma aula. Você vai cobrar quanto? Eu sou convidada para iniciar regente de uma igreja. E o pastor... O padre ele quer me pagar.

Como eu vou me remunerar aqui? Como eu vou dizer qual é a minha hora? Quanto é que custa o meu tempo? Quais são os impostos que eu vou pagar? Porque também tem isso, porque, às vezes, a pessoa prefere não entrar na legalidade da ação, porque tem muita coisa que ela tem que pagar. E, às vezes, ninguém sabe...”

(PE) - As burocracias.

(P1) - “As burocracias. Ah, eu tenho que criar um MEI (Microempreendedor Individual. “MEI é a pessoa que trabalha como pequeno empresário ou pequena empresária de forma individual e, ao se formalizar, irá conquistar uma série de benefícios para facilitar o caminho ao sucesso.”, Brasil, 2025) ? Qual é a taxa dos músicos? Esse meu certificado, ele vale lá nos músicos? Na ordem dos músicos?”

(PE) - São essas informações essenciais...

(P1) - “São essas informações que são muito, vamos dizer assim, omissas. As disciplinas, eu acho que elas deveriam ser copiadas de outros IFs, principalmente no sudeste, Minas Gerais, que tem mais experiência com esse ramo da música, de curso técnico lá, porque formam muita gente.

A observação de como eles fazem seria uma boa opção, porque lá eles ganham dinheiro, sendo só o técnico. Só que eu digo assim, a pessoa não precisa da formação acadêmica, nível superior, então, aqui eu acho muito frágil e muito escassa. Mas aí, como eu te disse no início, a maioria das pessoas que estão fazendo curso técnico hoje, já são músicos. São músicos, que já se criaram músicos.

Então, eles estão, a maioria, pela certificação. Então, pra eles não vai importar como pra mim, importou. Porque pra muitos, não importa ele saber a área didática, né? Como é que se constrói um acorde? Como é que eu faço uma música, a harmonização da música? Como é que eu faço a inversão da música ? Como é que eu posso compor a minha música? Quais são os estilos?

Para mim, eu acho importante ter isso. O professor ensinar como a gente tem a... cadeira de harmonia, mas é só um semestre. Então, assim, são quatro semestres.

Então, o que poderia ser melhor trabalhado as horas, para ampliar, na minha opinião. Eu acho que outras pessoas também vão concordar, porque a gente se sente assim, poxa, eu não vi isso, poderia ter estudado isso.

Por exemplo, que eu fui para o Festival da Ibiapaba (O Mi, Festival Música da Ibiapaba, é um festival de formação, gratuito, realizado anualmente pelo Governo do Ceará, através da Secretaria da Cultura e do Instituto Dragão do Mar. Consolidado como um dos principais encontros de formação musical para alunos da rede pública estadual, músicos e instrumentistas do Ceará. Ceará, 2025), cheguei lá, você vai fazer um curso de... de oratória musical, um curso de canto, musicalização infantil.

E aí você vê coisas que você nossa, era para ter tido lá! Eu poderia ter tido essa aí, essa aula aí.”

(PE) - Foi o primeiro contato que você teve...

(P1) - “É. Aí como é que ninguém nunca me explicou isso aí, né? Hoje mesmo tem um aluno que me perguntou assim, como é que a gente vê a tonalidade da música? Como é que eu mudo a tonalidade da música são detalhes que passam despercebidos porque o professor, ele não tem culpa, né?

Porque tem um regimento, tem o planejamento. Então, assim, no planejamento nós não temos nem apostila, que hoje o pessoal diz assim: “ah, porque você é antiquada, tu é velha, tu é...”. Não, eu gosto de papel, eu gosto de ler.

Mas, eu acho que, assim, o Curso Técnico deveria ter um guia, um guia físico ou você mandasse online, para o aluno imprimir se quisesse, mas ele acompanha toda a progressão.

E outra coisa que não existe nesse Curso Técnico musical é a internalização. Então, se eu estou estudando aqui na teoria musical como eu formo um acorde, aí eu acho que lá no treinamento auditivo, lá no treinamento vocal tinha que estar na mesma linha. Não estou dizendo que o professor está passando aqui pra mim.”

(PE) - Sempre associado.

(P1) - “É. Eu não estou dizendo que eu estou lá no piano aprendendo a tocar Beethoven, os outros têm que me ensinar as coisas de Beethoven. Não. Mas, assim, se eu estou aqui aprendendo a harmonia, aí eu estou usando dois quadrantes do meu tempo pra aprender harmonia e um só do meu instrumento específico, que é a voz. Então, eu teria que casar.

Então as disciplinas não se casam. Não se casam assim. Você está vendo uma coisa aqui que não te ajuda. Porque era para ajudar. Tipo assim, eu estou fazendo aqui. Eu estou estudando aqui os acordes.

Acorde de dó. Aí quando eu estou lá no canto. Porque tem a disciplina de canto. Do canto que é o instrumento específico e tem o canto coral, que é outra disciplina, que é só uma hora aula por semana.

Aí lá no canto coral o professor poderia ver a sílaba. Eu estou no primeiro semestre, o cara está passando para eles lá estudar o acorde de dó, acorde de dó. Então aqui vamos fazer música com acorde de dó para metalizar, porque a música é uma matemática. A gente interiorizar e ficar marcado, porque a música é matemática.

Aí não, aí ,daqui a pouco, eu já estou lá vendo uma outra coisa, aí o professor pergunta assim: “Oh, esse aqui está em qual tonalidade? Então, eu estou na... está em ré menor. Poxa, como é o ré menor? Ainda estou no dó, pensando no dó lá na outra disciplina, entendeu? Eu no caso. Isso é uma dificuldade.

Aí muitos alunos... aí vem aí o fato das desistências. Muitos alunos vão embora. Eu é porque eu sou muito simples. Eu faço, eu tenho que concluir. Eu entrei, eu vou concluir, eu quero concluir. Entendendo.

Eu não quero ficar reprovada, porque eu não entendi e nem quero abandonar, mas a maior parte dos alunos abandonam. Deixam pra fazer depois, a disciplina, porque não conseguem absorver e aí ficam com não, não vou perder meu tempo nisso, porque quer queira quer não, o curso ele parece ser um curso fácil, mas ele não é.

E aí muita gente diz assim, não vou deixar pra depois, eu vou seguir outro caminho aqui, depois eu volto. E como não existe o desligamento, a pessoa volta quando puder. Fica tipo assim uma segunda... e eu acho muito pena, porque é um curso maravilhoso, assim...”

(PE) - Às vezes, músicos bons desistem.

(P1) - “Desistem. Porque essa parte teórica fica difícil pra eles, fica difícil porque ele já tá habituado igual quando você vai dirigir. Todo instrutor de direção diz que é melhor quando você nunca pegou no carro, porque se você já dirige e vai tirar sua habilitação, você já está vindo com várias situações e vícios, que vão ser difíceis de você controlar. Vai repetir.

Eu tinha tanta dificuldade que eu entrei em um fórum internacional pra alguém me ajudar, me explicar que eu queria aprender. E um cara mandou pra mim um livro que ele vendia, só que ele me deu, ele não tá aí, eu sei, tá. Porque eu fazia tanta pergunta, porque pergunta mesmo assim de gente que não tem noção do que é a música.

Eu disse assim, ó, mas aqui tá mandando eu tocar um dó, mas tem oito dós aqui. Qual é o dó? Esse dó que tá aqui na partitura, é qual? Pra tu ter ideia, eu tenho o cantor cristão, não sei se você já ouviu falar, o cantor que é... que são músicas sacras da Igreja Batista, eu imprimi.

Eles são vários blocos... para eu poder aprender a ler a partitura e tocar no meu teclado. Então assim, muita gente não sabe. Toca de ouvido. E aí se sente envergonhado, porque está difícil, é pouco tempo, aí já tem uma prova para fazer.

Aí tem a evasão, tem a desistência. Então hoje esse curso de 180 alunos que estão registrados nele, tem mais ou menos uns 120 matriculados e destes 120 tem uns 80 cursando, cursando entre aspas.

Pra você dizer assim, cursando, que vem, que faz a prova e passa o semestre deve ter uns 40, 50. Porque o Curso Técnico...”

(PE) - De 180?

(P1) - “De 180. Porque tem gente que é lá de 2015, 2016, 2017, que estão ainda sem terminar. Tem uma menina que ela já canta na noite, ela é forrozeira. E ela já está há uns quatro anos. Pra terminar este curso, mas ela não consegue, porque ela falta, também tem isso. O horário é diurno, né?! Matutino.”

(PE) - Para a classe trabalhadora é complicado.

(P1) - “Aí a pessoa passa a noite inteira trabalhando, aí de manhã não consegue acordar e é mais difícil. Mas é assim, o Curso precisaria ser assim, melhor tratado. As pessoas poderiam ter mais um amor por ele. Assim, poxa, é um curso excelente aqui.”

(PE) - É gratuito.

(P1) - “É gratuito. As pessoas vêm aqui, é tanto que quem vem pra cá, estuda aqui depois que entra na UECE e entra na UFC, diz assim, poxa, eu estudei lá em IF, fiz lá no IF. Quando aqui tiver a licenciatura, que é o único pilar que falta, né?! Porque a gente já tem as artes, a licenciatura, acho que vai vir muita gente pra cá. Muita gente, né?”

(PE) - Por essa referência.

(P1) - “Por essa referência, é. Mas, esse curso ele precisaria, assim, melhorar. Tem muita gente de talento, muita gente assim, com vontade. Aqui era pra ter mais laboratório, laboratório de produção, laboratório da própria informática, que os alunos treinem, como é que cria os projetos dentro do... partituração.

Porque tem gente vai... não é só da música clássica, tem gente também que gosta de música clássica, eu gosto de música clássica, tem gente que gosta, que não quer tocar forró, tem gente que quer tocar pop, tem gente que quer tocar eletrônica e tudo isso são nuances que poderia surgir dentro dos projetos aqui. Mas, aí precisaria ter o interesse do corpo docente. E o corpo docente reclama.”

(PE) - Que riqueza! Existe alguma pergunta, alguma coisa que você vai querer falar pra terminar? Ou acha que contemplou bastante?

(P1) - “Eu acho que assim... o apoio aqui dentro do IF com relação a música, ele é bom, é razoável. Mas, poderia ser melhor. A gente aqui no IF tem uma parte artística... saiu muita gente, assim, que hoje tá por aí pelo mundo. Uns são, vamos dizer, famosos aos olhos das mídias. Outros não são famosos aos olhos da mídia.

Mas, os que estão lá ganhando dinheiro, trabalhando fora, sendo contemplados com viagens para apresentar e mostrar o Ceará, mostrar fortaleza, saindo daqui. Então, assim, um apoio, né? E também a busca de apoio, porque às vezes o aluno, ele tá na empolgação de finalizar...

Aqui a gente tem alunos jovens, que gostariam de entrar nesse mundo pop. Pop que eu digo, popular mesmo de estar em programas e eu não vejo aqui o Curso preocupado. Porque se você for ali na telemática ou for na indústria, aqui cursos de graça, você vai ter eventos onde vem engenheiros, vem é... é... empresários, vem para buscar os talentos.”

(PE) - “Os olheiros”.

(P1) - ““Os olheiros”. Tem até um aqui, que manda matricular um povo para ficar vendo que são os melhores alunos da sala para levar para a empresa. E na música não tem isso. É uma queixa que eu tenho, uma tristeza que me dá, porque tem tanta produção aqui de arte, cultura, dentro do Ceará, dentro de Fortaleza.

A gente tem eventos aqui, a gente recitais para finalização de semestre, onde o

público somos nós mesmos, a gente canta para nós mesmos. Então, assim, o recital é para a formação do semestre, aí vem os outros alunos dos outros semestres assistir. Não tem assim, é uma divulgação para trazer pessoas para assistir. Não vem produtores, não vem produtores que pudessem ver.

Aí, menina, aquela pessoa ali canta muito bem, olha, eu estou precisando de uma voz para fazer um jingle, para fazer um comercial, pra uma festa. Ah! Esse rapaz dali, gostaria daquele grupo ali cantando, eu queria contratar, como é que eu faço pra contratar?

O pessoal vai cantar no Natal, numa chácara, em algum canto, não tem, assim, quem vai atrás dessas pessoas pra vir assistir e também fazer os workshops, a gente tem a Semana da Música, mas é muito fraca, é a gente mesmo que cria, aí a gente ainda consegue trazer uma outra pessoa que, assim, venha pra dar uma palestra, um workshop.

Mas, assim, teria que ter pessoas que venham olhar mesmo, como você disse, “olheiro”. Ah, poxa, esse rapaz é lindo! Quem foi que organizou isso aqui? Foi aquela pessoa ali, então ele sabe, fazer uma produção legal de música. E aquele menino ali que mexeu, até nos instrumentos, mexe.”

(PE) - Técnico de som.

(P1) - “O técnico de som mexeu, era pra ter uma disciplina também voltada a isso, pra você saber. Mexer, não sei, equipamento. É, mexer, o equipamento legal, o microfone, a mesa. Você vê tudo superficial.

Aí, poxa, dali podia formar uma banda, pode ser... porque a gente tem a Musifce aqui. A Musifce é em paralelo. Ela não é o curso de música. música era uma extensão, ela não é o curso de música, mas o participo dele é tanto que a música era até 16 anos, gente pelo amor de Deus.

Hoje você tem que botar um pouco mais velho porque senão não vai ter ninguém de 16 anos, porque esses meninos e adolescentes, os pais não permitem. Eles vinham pra cá ensaiar até 8 horas da noite, não tem.

Então, assim, tem que ser... aí abriu e agora tem o pessoal com mais de 18 anos. Mas, é uma extensão, isso aí é uma falha que deveria ver pessoas que pudessem tirar e levar você pra você ganhar seu dinheiro.”

(PE) - Captar os recursos humanos.

(P1) - “É. E também assim, o treinamento pra você criar os seus projetos. A gente tem uma cadeira de projeto, a gente faz o projeto e apresenta aqui. Mas, assim, fazer mesmo, valer. Eu saber como é que faço o meu objetivo, fazer um projeto de verdade.

Lançar lá na Rouanet (Lei Rouanet. A Lei 8.313/1991 foi criada com o objetivo de captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a facilitar o acesso de todas as pessoas do país às fontes da cultura e promover o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular e fomentar a produção, preservação e difusão cultural, principalmente por meio de incentivo fiscal concedido a quem patrocina projetos com esse fim. (Brasil, 2025) ou na Paulo Gustavo (A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) representa o maior investimento direto já realizado no setor cultural do Brasil e destina R\$ 3,862 bilhões para a execução de ações e projetos culturais em todo o território nacional. Brasil, 2025) fazer o projeto, mas não tem e os alunos ficam envergonhados de cobrar.”

Participante 2 (P2)

(PE) - Vamos começar pensando, se você está matriculada no Curso Técnico de música, em qual instrumento, nesse ano e nesse semestre específico?

(P2) - “Tá. Eu tô... assim, minha turma oficial, ela já concluiu. Mas, minha turma já concluiu. E aí eu atraso um pouco o curso, mas dentro da grade... Eu estou, oficialmente, matriculada no terceiro semestre. Três de quatro, né?”

(PE) - Sim. Nesse sentido, vamos falar um pouco sobre a sua formação.

(PE) - Sim. Nesse sentido, vamos falar um pouco sobre a sua formação.

(P2) - “Sim.”

(PE) - Você começou no violão, mas sempre teve vontade de fazer piano.

(P2) - “Sim.”

(PE) - Pode falar um pouco sobre esse início do violão e já chegando no piano mais brevemente.

(P2) - “Tá. Eu sempre me encantei muito pelo piano, né?! E aí eu chegar pra minha mãe, quero um piano, não tenho condição de comprar o piano. Mas, eu tenho um

violão em casa, por que você não aprendeu o violão? Mas, é uma coisa bem assim, né?

Então, é isso, minha mãe tinha um violão, até hoje a gente tem esse violão lá em casa, no meio Di Giorgio, de 1983. Que foi, eu e meu irmão, a gente aprendeu a tocar violão, nesse violão.

Que tá lá em casa até hoje. É hoje. É hoje, a gente tem guardado esse tempo. E aí... é... a minha vontade de aprender música era tão grande que eu ia... tá bom, vou tocar, vou aprender a tocar de ouvido, vou tocar violão, né?! Mas, como autodidata. Mas, sempre tive essa vontade de aprender a tocar piano.

E aí depois que eu comecei a saber um pouquinho mais, a ler e tocar violão, as pessoas sempre chegavam pra mim e falavam: “tocando legal, tocando tudo. Nunca pensou em aprender a cantar, não? Pra você se acompanhar?”

E aí, eu não sei se é porque eu cantava muito, ou o que é isso? Talvez eu cantasse muito mesmo, porque se não tinha uma pessoa, eu ia cantar muito, não? E aí... E aí, realmente, eu comecei a investir nessa questão de cantar um pouco mais, pra que me acompanhar, nesse processo de cantar e tocar ao mesmo tempo.

Aí surgiu a vontade de entrar no coral. Comecei a conhecer o canto coral, me apaixonei pelo canto coral. E aí eu entrei para o Coral da UFC. Passando pelo Coral da UFC, eu pensei que isso aí era mesmo pra mim.

Precisei sair para fazer a graduação de psicologia. E hoje, atualmente, eu voltei . Voltei para o Coral do IFCE. Não é mais o Coral da UFC, mas eu voltei para o Coral do IFCE. Hoje eu canto no Coral do IFCE e estamos no meio da temporada. E aí quando eu escolhi fazer instrumento musical, o técnico de instrumento musical, tinha a oportunidade de fazer piano. Eu falei, é isso, né?

E aí aproveitei a oportunidade, já que tinha oferecido piano, eu aproveitei a oportunidade para tocar piano. E fiquei, eu gostei. É isso. A minha experiência com os instrumentos musicais foi mais ou menos essa. Querendo ou não, você começa com um instrumento e um puxa o outro.

Não tem como. Então... e aí eu sempre tentei... articular os três, né? Como complementares mesmo. Não ficou como um problema. Gosto muito dos três.”

(PE) - Então profissionalmente, digamos assim, você está mais virada à voz. Ou você usa esses outros instrumentos profissionalmente?

(P2) - “No momento, por enquanto, ainda não uso nenhum dos três profissional -

mente. O mais próximo é a voz, como canto no Coral. É a voz, seria a voz, né? O piano não acho muito base, sabe? Ele é muito elétrico, a base, né?

Sim, piano... Para saber piano você desenvolve muita coisa. Então, eu vejo o piano muito dessa forma também. Mas sim, dos três, o que eu mais consegui desenvolver, e até mesmo uma questão mais próxima, foi a voz.”

(PE) - Você acha que a formação recebida no Curso Técnico, especificamente, em piano, as próprias estruturas curriculares do curso, a forma como as aulas são ministradas, enfim, o ensino em si. Ele consegue expor para vocês, estudantes, estratégias de inserção no mercado de trabalho, a partir do final dessa certificação, que vocês estão tendo de instrumento? Há uma ação do Curso, uma orientação, um esclarecimento no Curso do que é que vocês estão aprendendo? Onde é que vocês vão chegar?

(P2) - “Olha, em relação à vida profissional, nessa coisa mais profissional, o curso tem buscado mostrar caminhos. Então, por vezes, eles fazem workshops, fazem palestras, fazem coisas, mostrando como funciona o campo de trabalho musical, assim, a cena musical, que eu acho bem bacana, que eu acho bem interessante. O que a gente aprende aqui, o Curso em si, é uma coisa muito complexa, porque cada pessoa tem a sua forma de aprender, né?”

(PE) - Sim.

(P2) - “Sua vivência. A música é muito vivência. E é muito difícil, tem, mas é difícil você escolher a música pra começar do zero, né? E ser, geralmente, o pessoal parte de algum lugar.

Pelo menos o que eu percebo, muitas vezes, é que muita gente, não são todos alunos, mas muita gente já tem uma trajetória com a música e que vem pro curso como forma de formalizar e de fazer... de organizar aqueles conhecimentos que a pessoa já tem e se aprimorar em cima disso. Começar do zero tem? Tem! Tem uns alunos que começam do zero a música.”

(PE) - Dentro do curso técnico?

(P2) - “Dentro do Curso Técnico. Então, eu acho que isso é um dos maiores desafios que eu vejo no curso. A mistura dos alunos que estão começando do zero com os alunos que já têm o conhecimento musical.

São alunos autodidatas ou o pessoal que já toca na noite. Muitos acabam vindo até porque você tem a necessidade de ter uma certificação para o emprego de trabalho mesmo. Então, juntar todo mundo junto no balaio só é desafiador.

É a questão do nível de conhecimento muito, muito amplo. Então, assim, muito discrepante. E aí o professor conseguiu dar uma aula para dar conta... pra dar conta de quem não sabe de nada e do pessoal que já tem conhecimento, você chegar pelo menos ao meio termo, ao meio comum, ao denominador comum, ao meio, é muito difícil, é muito desafiador.

Então, acaba tendo alguns prejuízos, em algum lugar. “A corda quebra” em algum lugar. Entendeu?! Então assim, eu vejo isso uma questão, né?! As pessoas de música daqui, pelo menos as que eu conheço, não só aqui do IFCE, mas eu converso com colegas de modo geral, assim, né?! Mas, a gente fala aqui da nossa realidade do IFCE, eu percebo muito isso, né?! Gosto do curso daqui.

Como eu te falei, eu acho que tem essa questão de cada um que pensa a música de uma forma diferente. Então, tem pessoas que saem daqui, que conseguem usar o conhecimento daqui pra trabalhar. Mas, eu acho que tem pessoas que vão precisar ainda de um tempo a mais de trajetória musical pra conseguir fazer alguma coisa com a música. Quem começa do zero, eu acho que é um pontapé inicial pros estudos.

O que a gente aprende aqui é o básico. O técnico é o básico. Mas, assim, em relação ao básico, porque a gente fala de básico da música, da parte musical, é satisfatório.

Mas, é aquilo, né? Assim, em dois anos, você não aprende música em dois anos. Você não é um professor de música em dois anos. Você sabe disso. Mas, por exemplo, eu falando da minha realidade, eu acho que é um lado de questões teóricas, sabe?

Agora, assim, a questão prática, você sabe que o tempo é muito tempo pra gente aprender, os teóricos, né? Dois anos é muito pouco. Pra você saber algumas coisas. Tá? Então, eu acho pouco, né? Mas, eu acho que a base teórica, sabe? Dali que você quer saber minimamente de música, eu acho que é uma boa base.”

(PE) - Agora, pensando um pouquinho assim, no mercado de trabalho, você considera, assim, não sei. A partir da sua experiência no Coral. O Coral deve ter também participado também como instrumentista, talvez, em algum momento. Você acha que essas remunerações são realmente o que estudamos na vida dele? Buscar essa

formação para entrar nesse mercado de trabalho, viver de música é o que você quer?

(P2) - “Olha, eu acho que é um começo. A gente sabe que é um diferencial. Eu acho que é muito difícil, né? É muito difícil. A gente sabe que é uma construção. É uma construção. Né, assim, é muito difícil, é muito complicado essa questão de cachê. A gente sabe disso. Essa questão de cachê é complicada. Consegue mais só por ser você. Consegue o pessoal que já está inserido.”

(PE) - Já tem contato.

(P2) - “É, já tem contato. Como eu te falei, acontece muito comum aparecer no Curso pessoas que já estão dentro da cena, que já trabalham com música, tem base, tem gente que já está na sala de aula. E aí, às vezes, vem para o IFCE, porque é preciso só lembrar aquilo que já sabe. E aí também é uma boa.

Então, assim, esse pessoal não ia, não ia achar, mas para quem começa do zero é difícil. É difícil mesmo. É como eu estou te falando. Para quem, claro, somente for com uma perspectiva das pessoas que começam do zero no curso, é um passo inicial para você se inserir nesse mundo. Agora, as pessoas que já têm o conhecimento, que já têm alguma base da música,

Inclusive, essas pessoas que já estão dentro da cena musical de Fortaleza, e acabam vindo pra cá, como uma forma de se especializar, é um boa, porque aí também tem a questão do *network*, tem a questão dos contatos, a aproximação das pessoas, e até ainda assim, aí é bacana, acaba ampliando esses contatos, aí criando as redes, aí é bacana.

Eu vejo muito assim, sabe? Acaba sendo uma oportunidade. Mas, como eu te falei, o que eu acho mais desafiador é que dentro da mesma sala tem todos os níveis musicais que você possa imaginar. Então, eu acho que essa talvez seja grande, um grande desafio se eu fosse colocar assim.

Talvez, hoje, eu acho que um grande desafio do Curso de música daqui, pelo menos da realidade que a gente vive, é esse. Ele lidar com essa disparidade do conhecimento musical das pessoas, que a gente não consegue ter isolamento dos alunos, tem sempre uns extremos aqui.

Então, tem turmas que vem, que a galera entra num nível muito alto, que acaba juntando as pessoas que têm um nível muito alto já. Já tem o conhecimento, mas está

junto às pessoas que estão começando agora a engatinhar.”

(PE) - Então, para finalizar já o nosso papo. Eu gostaria que você pensasse assim, na sua trajetória no Curso e de certa forma analisar as disciplinas em si, ou os professores em si, não precisa citar nomes, tá bom?

Se eles contribuem para que os estudantes tenham uma visão crítica do que é o mercado da arte, do que é o mercado da música, do que é ser músico profissional e de que dificuldade ou benesses eles vão encontrar nesse caminho musical?

(P2) - “Sim, sim. A gente discutia muito isso, né? Que lugar é esse que o lugar a gente quer ocupar? Qual é o lugar? Essa questão da vida acadêmica. Se vale a pena ser músico autônomo mesmo, viver de barzinho, viver de show, de performance, ou será que é melhor ir pra acadêmica?

Quais são as vantagens e desvantagens dos dois lados? Muita gente, a gente conhece que tem uma trajetória, um percurso de banda, de produção musical, vivendo como autônomo na cena, e depois acaba que... chega uma hora que cansa e tal, que aí vai pra vida acadêmica. Então, a gente vê, a gente discute muito com essas...”

(PE) - Discute com os professores ou com a pessoa que está estudando?

(P2) - “Não, com os professores. Os professores, isso eu acho muito bacana. Eles têm muita abertura para falar dessa realidade com a gente. Porque é muito isso, né?

A gente está num curso que é técnico, porque a gente está aprendendo, mas a gente vai fazer o que com isso mesmo?”

(PE) - Sim.

(P2) - “Né? Então, esse diálogo é importantíssimo. E que é bem bacana porque, por exemplo, tem análise de projetos que a gente tem, né? E a gente coloca também essas questões em prática.

Como é que a gente pode usar essa música que a gente aprende aqui pra poder criar projetos, aprender a fazer um projeto, usar a aula, ganhar editais? Tem a disciplina de projetos que justamente foi colocada pra isso.

Que é um curso técnico, mas é um curso técnico que a gente vai precisar dar um lugar pra ele. Então, é isso. Eu acho que sim. Eu acho que, às vezes, o que eu acho que ainda é... meio deficitário, mas que eu acho que a pergunta da nossa vivência, que é a música que eu te trouxe, é a questão prática musical.

A vivência do instrumento musical, que é individual. E que é a médio, longo

prazo, a gente sabe disso, né?! Eu acho que esse é um pouco o déficit, sabe assim? Como a gente pode investir nessa aprendizagem prática, tá? Mas, de resto, eu acho que é bem satisfatório.”

Participante 3 (P3)

(PE) - Vamos começar agora pensando um pouco se você está no Curso de música matriculado no momento?

(P3) - “Sim, exatamente.”

(PE) - Em qual instrumento específico?

(P3) - “Estou matriculado no instrumento específico voz. Então, estou no segundo semestre, estou terminando agora o segundo e vou iniciar o terceiro agora após o Carnaval.”

(PE) - Excelente. Nesse sentido, podemos pensar um pouco sobre essa formação no IF, tá bom? Vamos pensar... Você já atua no mercado de trabalho da música, tocando algum instrumento musical ou cantando em si? Ou outro instrumento além da voz e a voz.

(P3) - “Exatamente. Eu estou um pouco parado no momento, devido a esse recesso aí de fim do ano, mas estou retomando agora, com a minha banda, com a banda, tocando, e também faço apresentações, e eu faço voz e violão. Violão cantando. A minha banda acabou, a minha banda anterior e eu estou criando uma banda nova. É de rock.”

(PE) - É cover ou autoral?

(P3) - “No momento em que a gente está fazendo cover, eu tenho algumas músicas que estou preparando. Eu pretendo lançar. Mas, no momento, a gente está fazendo cover de grandes sucessos do rock.”

(PE) - Muito bom. Então, vamos falar um pouco agora do Curso em Instrumento Musical do IFCE. E eu queria saber mais uma vez, trabalhando na perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Existe alguma disciplina dentro do curso, do currículo, ou de alguma forma essa formação técnica profissional, técnica, visa o mercado de trabalho... tanto em possibilitar que o estudante, educando compreende que ele pode ser várias coisas na música com aquela formação que ele recebeu, não se limitando a uma ou duas, de que

forma isso é passado, se há uma criticidade nessa questão de formação e ensino profissional?

(P3) - “Perfeito. Eu vejo que o curso, o principal... que o aluno recebe lá, é essa abertura de mente. No meu caso, eu cheguei lá já pensando um pouco a respeito disso. Mas, pode ter pessoas que chegam lá, se já é músico da noite, e ele acha que vai chegar lá e vai ser a aula direcionada somente para a prática do tocar na noite.

Ele vai se surpreender, porque vai ter aulas de outras disciplinas que podem abrir a mente dele. Ele pode ser um professor de violão, pode ser um professor de canto, ele pode trabalhar com a parte de editais, pode trabalhar com a parte de produção musical, produção cultural, então, abre o leque na cabeça do candidato a músico profissional.

Então, acho que essa é a principal virtude do Curso do IFCE. Você vai abrir a mente para outras possibilidades, mas não será apenas um músico de barzinho.”

(PE) - E nessa sua trajetória profissional, já de experiência na noite, você considera que os cachês pagos, o tratamento ao músico, a organização da classe trabalhadora, porque somos trabalhadores, somos artistas da arte e música é um trabalho, é uma profissão. Você considera que há valorização em termos de cachê?

(P3) - “Alex, essa pergunta é aquela que você já sabe a resposta, né? Então, todo músico que trabalha ou já trabalhou na noite sabe que esse é o problema, antes de a gente ter vindo, né? Que as pessoas que nasceram já eram assim e as coisas dificilmente mudam.

Mas, eu acho que a importância também do curso é mobilizar a nossa classe de músicos para conscientizar as pessoas, acabar com essa prostituição, né? Que muitos músicos se submetem. Como eu já me submeti na época, quando era mais jovem, aquela coisa, sempre aquela coisa de colocar o que você...

Ah, eu preciso, só que esse *eu preciso* é explorado de uma forma absurda pelos donos de bares e restaurantes aí. Então, a gente precisa ter uma consciência... se ajudar, nos ajudar. Pra que pelo menos as coisas melhorem, né?

Foi vinculado a um tempo atrás, uma questão sobre os valores mínimos pra se cobrar. Só que eu até acompanhei nas *lives*, a respeito disso, mas é aquela coisa que na teoria... digamos que fica aquela promessa, consolida entre aspas aquele valor, mas na prática acaba nunca sendo aplicado.

Então, assim, é muito difícil um músico sozinho ter força pra mudar essas coisas. Então, precisa ter uma união de toda a classe musical da cidade pra que a gente possa nos buscar melhorias.”

(PE) - Então, você acha que a categoria está desorganizada e há uma competição individual por espaço, sem pensar na categoria em si como coletivo?

(P3) - “Eu acredito que sim. Eu acredito que na maioria dos casos, lógico que não podem nos generalizar, mas, na maioria dos casos, sim.

Eu acho que quando você aceita tocar num barzinho, só pelo couvert, sem cachê, você tá prejudicando a si mesmo e a toda classe.

Porque eu já passei por isso, já toquei 4, 5 horas em uma noite para ganhar 50 reais. Então, é aquela coisa que no final da noite você para e pensa: “Poxa, compensou isso aqui?””

(PE) - Além do próprio estudo que você já fez antes, de investimento de tempo, de dinheiro, de instrumentos, de vida, para estar ali tocando.

(P3) - “Tudo isso. O dono do bar, ele leva em consideração as noites, dias, finais de semana que você passou em invés de tá na praia, está curtindo por aí, você passou lá treinando o seu violãozinho, fazendo a sua técnica vocal, isso aí ele não leva em consideração. Então, se a gente não valorizar, se nós não valorizarmos, o dono do bar é que não vai.”

(PE) - Com relação ao curso, você acha que poderia ser inserida alguma disciplina, mais voltada a essa questão? Primeiras noções de inserção no mercado de trabalho, alguma coisa assim?

(P3) - “Eu acho que teria um... eu não saberia formatar um nome para essa disciplina, mas, eu acredito que não só essa. Eu acho que poderia ter um direcionamento ao mercado de trabalho da noite, alguma coisa como se fosse uma... não é nem um marketing pessoal, é algo de noção mesmo, de cobrar, de noção de precificar.”

(PE) - Quanto vale o seu trabalho?

(P3) - “Isso. É difícil, tem muita gente que não sabe. Eu sofri muito com isso também, de não saber, de ter medo de cobrar um valor: “Poxa, eu não vou cobrar porque pode ser que eu não consiga, porque ele vai achar caro”.

Então, esse medo, esse receio e ninguém fala isso pra você. Nem os músicos an-

tigos não querem falar isso pra você, porque tem medo da competição, que aquela coisa: “ah, não vou falar, porque aí ele vai lá e cobra mais barato que eu e pega meu...”

(PE) - Minha vaga, né?

(P3) “Minha vaga. Então tem muito isso. Então, eu acho mesmo que nesse quesito aí, isso é interessante, se fosse no caso de ter uma cadeira nova, uma matéria nova. E também é... na parte assim que mais me diz respeito, né?

Como eu sou do canto. Eu vejo que lá no canto a gente treina muito, muito técnica, que é muito importante. Treino técnica, treinar movimentação corporal, esforço corporal, que é excelente.

Mas, eu acho que falta muito direcionamento da parte da capacitação teórica pra você conseguir dar uma aula de canto.”

(PE) - Você mesmo dá uma aula?

(P3) - “Você mesmo dá uma aula, eu acho que falta um pouco desse lado. Seria bem interessante, é tanto que conversando com os professores meus de... quando eu fiz aquelas aulas de canto particular, que eu comentei com você, pedi orientação sobre isso, né?

Falei: “Poxa, no final do ano, eu termino o Curso do IFCE. Agora no final do ano eu termino, não me sinto capacitado, não me sinto capacitado para dar uma aula de canto.”

(PE) - Está à frente da sala de aula?

(P3) - “Eu sei cantar. Isso eu sei. Agora, saber cantar e saber ensinar são duas coisas completamente diferentes. Eu acho que o Curso peca um pouco nesse lado e os meus professores lá me indicaram, falaram assim: “meu amigo, na graduação, você vai passar pela graduação e você vai sair com essa mesma dúvida”.

Você vai sair mais ou menos por aí. Então assim, se prepare para fazer cursos extras, para pegar aulas com professores já renomados, que vão te dar esse método, essa segurança e esse caminho para você ensinar.

Não pense que é só no IFCE, não. Em outros também, na UFC, na UECE, você não vai sair, na graduação também, com essa capacidade toda, com essa segurança toda. Então, assim, você tem que buscar o conhecimento em outros locais também.”

(PE) - Sobre essas temáticas, você acha que tem alguma pergunta que eu não fiz, que você queira responder?

(P3) - “Uma pergunta que você não fez, mas eu queria reiterar um pouco sobre essa parte que eu falei agora. Eu acho que o Curso poderia melhorar e se diferenciar dos demais cursos. Eu acho que o curso da IFCE é um curso diferente, apesar de eu não ter feito ainda nenhuma graduação, nem na UECE, nem na UFC, mas conheço pessoas que fizeram, que frequentam essas outras escolas, essas outras universidades, que falam.

E o IFCE, ele tem esse ambiente mais acolhedor, mais próximo do professor, ele é mais próximo do aluno, tem esse laço mais estreito, não é aquela barreira, aquela distância do aluno com o professor.

Então, acho que o curso poderia aproveitar essa proximidade da abertura que gera, que tem intimidade um pouco maior do aluno e do professor, e melhorar esses quesitos.

Eu acho que falta muito do Curso de pedir opinião de uma forma, digamos, uma enquete, para fazer aqui o que vocês acham que pode melhorar? Esse tipo de coisa parece arcaico e antiquado, mas funciona muito bem. Porque tem muita gente que gostaria de dar uma sugestão.

Poxa, eu tô sentindo que falta, tem que fazer, não sei, mas não tem coragem de falar, tem vergonha ou não saber pra quem falar. Eu acho que esse para crescimento do Curso, não é uma crítica, tentando esculachar o Curso ou falar mal de Curso, não, o Curso é muito bom. Então, eu acho que falta esse canal de... de retorno.”

(PE) - Diálogo.

(P3) - “Diálogo. O que vocês estão achando? O que precisa melhorar? O que você tá achando... no final de toda disciplina, de todo semestre a gente tivesse que, obrigatoriamente, lógico, quem não quisesse não faz. Mas, ter lá um relatório.

Fale o que você achou do semestre? O que poderia melhorar? Aconteceu alguma situação desconfortável? Alguma coisa que você não gostou? Que lhe ofendeu? Eu acho que essas ferramentas, se forem aplicadas irão fazer o Curso melhorar e ser cada vez mais enriquecedor, né?! Pra todo mundo.”

Nesta fase, vemos o corpus empírico da pesquisa e podemos ter acesso aos variados discursos proferidos nas entrevistas semiestruturadas. A partir disso, seguimos para a produção dos códigos iniciais.

5.1.2 Fase 2: Geração dos códigos iniciais

Iniciamos lembrando do nosso tema a priori, o ensino-aprendizagem de música no interior do Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE e seu alinhamento ou não com a formação omnilateral para o mundo do trabalho na perspectiva dos discentes-participantes.

Destacamos alguns códigos explanados por nossos entrevistados obedecendo a ordem numérica sequencial dos participantes. Ressaltando que, na análise temática, os códigos desta seção não necessariamente estarão no nosso relatório final na Fase 6.

Música e mercado de trabalho. Desenvolvido pelos (P1), (P2) e (P3).

Ociosidade da juventude: Curso Técnico como ocupação. Desenvolvido pelo (P1).

Formação técnica profissional. Desenvolvido pelos (P1), (P2) e (P3).

Tempo do Curso e aprendizagem. Desenvolvido pelos (P1), (P2) e (P3).

Desafios docentes. Desenvolvido pelo (P2).

Autodidatismo e certificação formal. Desenvolvido pelos (P1), (P2) e (P3).

Currículo arcaico. Desenvolvido pelos (P1), (P2) e (P3).

Consciência coletiva e união da classe dos músicos. Desenvolvido pelo (P3).

Valorização sócio-histórica dos músicos na sociedade. Desenvolvido pelos (P2) e (P3).

Diálogo democrático-constructivo entre docentes e discentes. Desenvolvido pelo (P3).

Diferença de níveis técnicos dos educandos. Desenvolvido pelo (P2).

Falta de parcerias profissionais-educacionais entre o IFCE e instituições públicas e privadas. Desenvolvido pelo (P1).

Formação para o magistério. Desenvolvido pelo (P1) e (P3).

Assim sendo, de posse desses códigos iniciais apontados depois de uma leitura e aprofundamento analítico dos conteúdos, podemos seguir para nossa próxima etapa de estudo temático das informações colhidas.

5.1.3 Fase 3: Busca por temas

Nesse aparato de códigos identificados na fase anterior, podemos agora realizar uma seleção dos temas abordados por eles, verificar quais, de fato, se encaixam diretamente a nossa problemática de pesquisa e colaboram para sua resolução. Após isso, criamos temas efetivamente nesta etapa que se segue.

Música e mercado de trabalho. Desenvolvido pelos (P1), (P2) e (P3). Temos neste ponto várias trajetórias diversas, o (P1) começa sua exposição vindo de uma educação musical particular com uma perspectiva de prazer pela música, não objetivando uma inserção efetiva como musicista profissional, um emprego remunerado.

Todavia esse posicionamento é transformado a partir das experiências e aquisições de conhecimentos musicais no decorrer de sua formação.

Com isso, já vendo na música uma possibilidade de renda, entretanto de maneira complementar, acessória e eventual. No horizonte de análise do (P2), verifica-se que existe outra formação profissional que permeia as relações de remuneração.

Dessa forma, o estudo e investimento na música é uma linha secundária ao fazer laboral especificado visto como um projeto que necessita de estudo a médio e longo prazo, conseqüentemente, sua inserção no mercado de trabalho enquanto musicista é fragmentado.

Na perspectiva do (P3), já há uma experiência mais consolidada no fazer profissional. A partir disso, temos vivências mais elaboradas e efetivas do músico, enquanto profissão, logo, que deve ser precificado seu trabalho e valorizado em meio social.

Ociosidade da juventude: Curso Técnico como ocupação. Desenvolvido pelo (P1). Esse aspecto é apontado apenas pelo (P1). Entretanto, fiz questão de trazer novamente essa temática ao texto, pois foi com esse tipo de argumento, dentre outros, que o ensino técnico profissional foi inserido no Brasil republicano pelo presidente da época, Nilo Peçanha.

Essa questão está interligada com uma tentativa de controle das massas, sobre -

tudo, das classes com menos renda na sociedade. Desta forma, os populares deixariam de ser “marginalizados” e passariam a integrar a classe trabalhadora/consumidora obedecendo à lógica do capitalismo e se tornando parte de suas engrenagens de existência e permanência.

Formação técnica profissional. Desenvolvido pelos (P1), (P2) e (P3). Todos os participantes desenvolveram esse código durante seus discursos. Fundamentado-se nisso, destacamos que as expectativas e trajetórias discentes em suas buscas por aprimoramento musical, os colocaram na rota do Curso Técnico.

Entretanto, não podemos deixar de salientar que, apesar de carregar em sua ideologia educacional a profissionalização dos estudantes, nem todos eles, ao adentrar ao Curso, possuem uma visão nítida de suas pretensões laborais, pensando na construção de uma carreira musical, artística.

Ademais, também observamos que a estrutura e processos de ensino-aprendizagem do Curso, por vezes, é insatisfatório em relação ao direcionamento desses educandos ao mundo do trabalho é ineficaz no que se refere a superação desse paradigma.

Porém, podemos notar que houve falas que demonstram uma consciência individual, que expuseram que as barreiras da atual configuração da sociedade impõe, igualmente as instituições públicas de ensino, limites para suas realizações e projetos pedagógicos.

Consciência coletiva e união da classe dos músicos. Desenvolvido pelo (P3). Ao notar essa experiência trazida por nosso participante, distinguimos melhor os entrevistados de maneira geral em categorias de vivência concreta. Nessa perspectiva, identificamos no (P3) uma lida mais constante com o mercado da arte e da música.

Assim sendo, conhecemos mais verdadeiramente, embora imersos em uma subjetividade específica, as relações que ocorrem rotineiramente no campo profissional da música e como os contratantes, os empresários, os gestores agem no que se refere ao tratamento pessoal aos músicos, a precificação de seu trabalho e sua valorização ou desvalorização no senso comum, popular.

5.1.4 Fase 4: Revisão dos temas

Aqui temos a revisão dos temas. Essa seção é onde avaliamos se os temas selecionados, indubitavelmente, fazem com que nossa pesquisa, alinhada aos nossos referenciais teóricos, percorre o caminho do questionamento da investigação, relembrando: o ensino-aprendizagem de música no Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE e suas relações com o mundo trabalho, ou se se afasta dessa análise.

Para expor essa percepção de maneira clara e objetiva, contamos com as nossas fundamentações, de nossos estudiosos como se segue:

Nesta quarta etapa, já conseguimos perceber se os temas “funcionam” ou não quanto ao seu poder descritivo sobre a amostra. Por exemplo, aqui podemos verificar se os temas estão de acordo com a questão de pesquisa e, por isso, têm força para respondê-la. (Rosa; Mackedanz, 2021, p. 16)

Em análise feita durante este ciclo, resolvemos retirar dos temas selecionados o tema: Ociosidade da juventude: Curso Técnico como ocupação, por pensarmos que essa abordagem investigativa já foi contemplada em nossa revisão da teoria com as colocações feitas pelos pesquisadores da área juntamente com nossa contribuição ao estado da arte mediante este escrito em breve publicado e divulgado.

À vista disso, enfocaremos somente os temas mais centrais aos nossos questionamentos de averiguação, reafirmando-os: Música e mercado de trabalho, Formação técnica profissional e Consciência coletiva e união da classe dos músicos. Ao fazermos isso, objetivamos ainda mais nossas proposições de exploração acadêmica.

5.1.5 Fase 5: Definição e denominação dos temas

Tendo em mente as denominações dos temas expostos, somos capazes neste período da análise temática de firmar, definitivamente, quais são os temas escolhidos baseados em todo o nosso arcabouço dissertativo até aqui. Já adiantamos que mantemos dois temas com a mesma nomenclatura e mudaremos um deles.

Reiteramos os temas: Formação Técnica Profissional, Música e mercado de trabalho. Além disso, substituímos o tema: Consciência coletiva e união da classe dos músicos para o tema final: Músicos e consciência de classe.

Dito isto, podemos partir para nossa última etapa de análise dos dados, tendo a certeza que estamos caminhando pelos temas próprios e inerentes ao nosso delineamento de pesquisa, fundamentação teórica e sendo coerentes com nossa amostra expondo nosso estudo de caso em essência.

5.1.6 Fase 6: Produção do relatório de Formação Técnica Profissional

Historicamente, a formação da classe trabalhadora passou e passa por disputas ideológicas, econômicas, políticas e culturais. Nós compomos o núcleo de pesquisadores e intelectuais brasileiros que fortalece o campo de debate do materialismo histórico-dialético, logo, desenvolvemos uma teoria e prática que se propõe ser anti hegemônica.

Com essa lembrança, temos a politecnicidade (politecnicidade representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas a nível criativo, Machado, 1994, p. 19), como uma das possibilidades mais utilizadas no marxismo para pensarmos em diretrizes educacionais técnicas profissionais para nós trabalhadores.

Em vista disso, já temos uma ampliação teórica dessa proposição educacional feita por um dos principais pensadores da área:

Este texto visou explicar porque considero a expressão “educação politécnica”, defendida pelos educadores marxistas, sobretudo nos anos de 1990, inadequada para traduzir semanticamente as necessidades de educação da sociedade atual. (Nosella, 2008, p. 274)

Pois, seguindo com (Nosella, 2008, p. 275), ele considera que a luta dos educadores brasileiros para desenvolver a “politecnicidade” no quadro do ensino médio e profissional é reducionista no que se refere ao trabalho como princípio educacional, saindo, portanto, do âmbito “universalista” das iniciativas e pensamentos históricos desenrolados na luta política na educação.

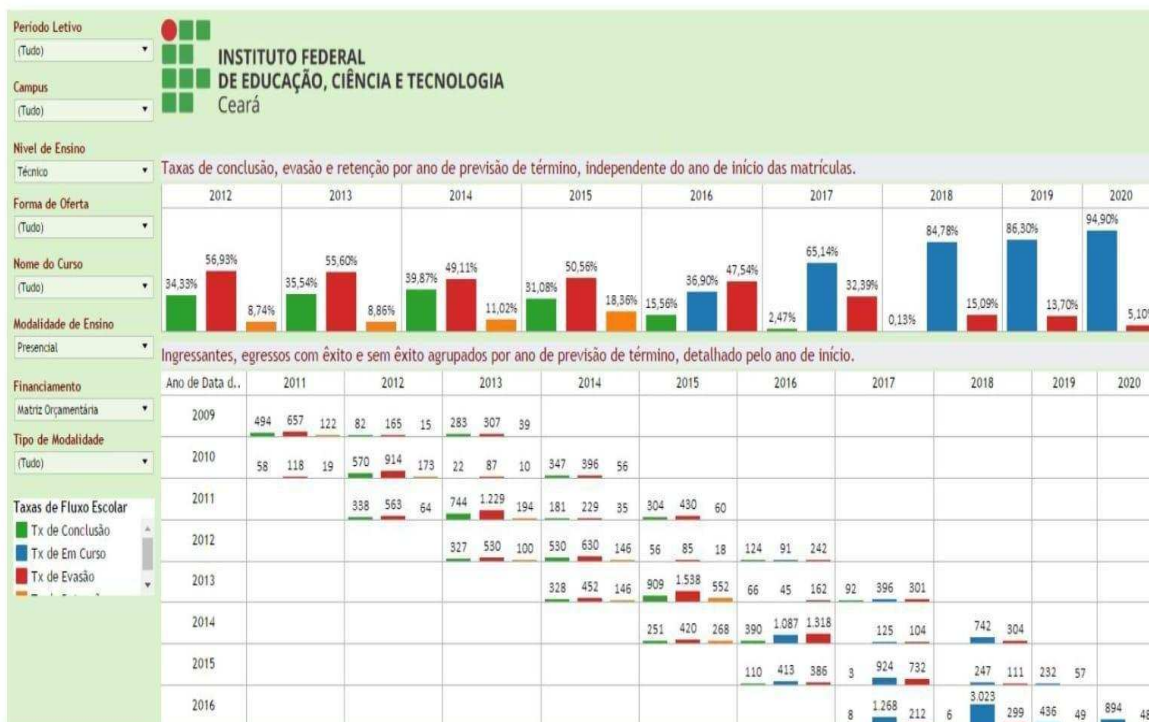
Como observamos nos discursos de todos os nossos participantes no interior da

amostra estudada, as noções de politecnia, de fato, são insuficientes. O ensino técnico recebido no Curso trata, principalmente, de desenvolver habilidades de execução instrumental, que para todos os entrevistados não contempla as necessidades de formação integral dos educandos, nem mesmo neste quesito.

Também conseguimos notar um descontentamento em relação à grade curricular do Curso, que data de 2011, portanto vai completar 14 anos neste ano de 2025 de sua implantação, no que trata de quantidade horas destinadas para determinada disciplina em detrimento de outra que os estudantes consideram mais relevantes para sua formação profissional efetiva.

Por fim, salientamos que esses e outros desafios que o Curso se depara é uma realidade de outros cursos técnicos do Instituto, que sofrem, em último caso, com a evasão dos discentes. Para representar isso, trazemos uma figura do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, 2017-2024, que retrata essa problemática em número.

Figura 13 - Visão das taxas de conclusão, evasão e retenção de curso técnico por ano de previsão de término



Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

Averiguando os números expostos na figura, verificamos que a previsão estudantil de 2017 é de 32,39 % para educandos que já se evadiram da Instituição em nível técnico de formação. Trata-se de um percentual considerável e deve ser exposto para aprimoramento das políticas de permanência e êxito efetivamente.

Isso se reflete na fala de um dos nossos participantes, (P1), onde é explanado, de maneira mais informal e subjetiva, o número de discentes do Curso Técnico em Instrumento Musical que permanecem no Curso e os que já não frequentam mais as aulas de música.

Música e mercado de trabalho.

Ao examinar os temas aqui escolhidos mediante os dados coletados junto aos nossos participantes, a questão do emprego e renda dos músicos e as possibilidades de suas performances no mercado de trabalho da arte e da música, mas não somente, são várias.

De pronto, expomos que todos os partícipes possuem formação formal ou informal em outras áreas do conhecimento e geram renda a partir dessas profissões diversas. Apesar disso, já foram remunerados, de alguma maneira, no âmbito da execução e atividade artístico-musical.

Diante disso, o capital artístico, no nosso caso dos músicos-educandos, passa pelos indícios e autoidentificação de talentos, habilidades ou vocações, já que o entendimento do artista de suas potencialidades criativas e de carreira podem ser interrompidos em face de uma realidade concreta hostil (Diógenes, 2020, p. 93).

Além disso, devemos citar que os projetos, apresentações musicais e desenvolvimento profissional destes educandos enfrenta a barreira do esquecimento, em decorrência da pouca exposição pública empreendida nos processos de divulgação do IFCE de seus êxitos educacionais, sem uma vinculação suficiente para alavancar oportunidades empregatícias.

Outrossim, apontamos que há um senso comum no mercado da música, enquanto parte integrante do imaginário sócio-histórico de desvalorização e subjugamento dos profissionais da música em vários espaços, por exemplo, bares, restaurantes, casas noturnas, festas particulares e boates são os mais comuns deles.

Isso é relatado por nosso (P3), quando expõe sua trajetória profissional de “músico da noite” e também visto na análise feita pelo (P2), quando nos diz que os estudantes que “começam do zero” terão mais dificuldades e necessitam de um maior tempo de estudo e empenho para adentrar ao mercado da música e poder, de dada maneira, sustenta-se com essa renda gerada.

Em derradeiro, finalizamos essa breve seção, ampliando um pouco o olhar sobre o tema, fazendo uma análise etimológica da palavra de origem francesa *couvert*, que serve, na contemporaneidade, para designar uma parcela de dinheiro dos artistas, músicos em uma determinada apresentação pública, a partir da quantidade de público presente e pagante naquele espaço em específico.

Essa quantia, geralmente, é paga por pessoa no evento realizado de modo individual e como já relatamos neste escrito, constitui-se como lei no estado do Ceará (Lei 15.112) e tem outras legislações nacionais em curso (Projeto de Lei nº 7.931/2017), que visam legalizar essa prática e proteger os trabalhadores de percentuais abaixo do devido pelos contratantes, empresários, pessoas públicas e privadas no setor da cultura e arte.

Pois bem, a palavra *couvert*, em seu sentido denotativo, segundo o dicionário Dicio possui as seguintes semânticas, (Dicio, 2025):

substantivo masculino

[Culinária] Pequenas iguarias que são servidas antes do prato ou da refeição principal como: azeitonas, torradas, pão, manteiga eram o *couvert* do restaurante.

Conjunto dessas pequenas iguarias ou entradas: três *couverts*, por favor! Valor pago por essas iguarias ou por atender o cliente à mesa.

Reunião dos acessórios que, colocados sobre a mesa, apresentam ou servem algo.

expressão

Couvert artístico. Acréscimo de um valor na conta pela apresentação artística.

Dito isto, fazendo uma rápida revisão da palavra, vemos que sua origem na culinária expõe sua relevância enquanto entrada para um serviço tradicional gastronômico, seguindo temos sua associação ao preço pago por essas entradas, em sequência, refere aos acessórios do serviço de alimentação tais como guardanapos e só, por fim, temos o *couvert* artístico “abrasileirado”.

Do lugar de onde viemos, quem somos e para quem falamos, deixamos uma inquietação final em aberto. Os trabalhadores teriam suas funções musicais comparadas em bares e restaurantes onde se apresentam ao que é trazido antes do prato principal,

mas dispensável ou aquelas miudezas semi necessárias para uma boa refeição ocidental?

Músicos e consciência de classe.

Para o nosso (P3), expondo sua percepção: “Eu acho que quando você aceita tocar num barzinho, só pelo couvert, sem cachê, você tá prejudicando a si mesmo e a toda classe”. Com isso, percebemos que existe, a priori, uma fragmentação da classe dos trabalhadores da música.

Apesar de termos um sindicato atuante desde 1942, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Ceará, que, de acordo com suas auto descrições, “representa os músicos cearenses, defendendo os seus direitos e interesses” (Sindimuce, 2025), na realidade prática dos nossos participantes temos um claro descontentamento com as relações trabalhistas deste setor artístico-cultural.

O Sindimuce possui uma tabela de cachês desenvolvida com parte da categoria atuante de músicos profissionais que contém detalhamento do piso salarial que deve executado, como precificar diversas atividades laborais tais como gravações múltiplas, realização de arranjos, produção de trilhas sonoras dentre outras especificidades da carreira musical, que podem ser vistas com maior profundidade em nossos anexos ao final deste escrito.

De tal maneira, relatamos que existe, pelo menos no Estado do Ceará, uma legislação que contempla a remuneração dos músicos por meio do couvert artístico e que temos um sindicato, que possui, no momento histórico-político presente, uma abertura, mesmo que mínima, para tratar das pautas da categoria e fortalecer a classe dos trabalhadores em questão.

Mas, essa *consciência*, que intitula nosso tema desta etapa final da pesquisa, o que é mesmo? Alguém pode conceder a outro alguém? Para compreender mais claramente esse questionamento, contamos com as reflexões de (Meyer, 2022, p. 2):

A consciência é concebida como um atributo exclusivamente humano. É no processo de subjetivação interna da realidade objetiva do universo que o cerca que o sujeito constrói as representações simbólicas, os ordenamentos conceituais e as regras implícitas que vão conduzir o seu comportamento enquanto sujeito social. Numa sociedade capitalista, a posição relativa do sujeito como detentor ou não dos meios de produção conformará de forma indelével a relação que o ser constituirá com a sociedade em que se insere.

A interpretação de nossa referência nos coloca em um lugar de pensamento crítico importante, já que apesar de trazer o elemento da subjetivação dos sujeitos como um dos determinantes dessa construção da consciência.

Assim, ela nos instiga a pensar que essa estruturação não é apenas individual, mas parte de uma relação direta e indireta dos indivíduos com meio social, que no nosso caso, é o capitalismo contemporâneo. Ampliando um pouco mais essa percepção temos que (Marx, 1969, p. 76):

Uma cantora que entoa como um pássaro, é um trabalhador improdutivo. Na medida que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (entrepreneur), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital.

Dessa forma, o espaço coletivo de vivência dos sujeitos, os impõe determinado comportamento padrão pessoal e profissional, que os moldam a um determinado *zeitgeist* (“espírito da época”), por via da interação comunitária.

Contudo, essa composição de uma “consciência” de classe é fluída e passa pelos reveses de resistência ao status quo capitalista hegemônico e, como citado por nosso (P3), pelas emergências da vida material inexorável.

Para encerramos essa análise temática, reafirmamos sua capacidade de estruturação flexível no interior de uma abordagem qualitativa dos dados, uma abertura maior em diálogo com os referenciais teóricos da pesquisa e dispomos de uma liberdade de criação dissertativa que explora diretamente as concepções do pesquisador e suas interpretações dos temas.

Por fim, aguardamos ter sido claros e objetivos na elaboração dos temas e termos um alinhamento direto e irrestrito com nossa problemática de estudo, embora, por vez, acrescentado uma observação crítica ou outra, mas para aprofundar ao máximo nosso entendimento coletivo dos resultados dessa pesquisa, expor com excelência textual o relatório de nossa investigação e, com isso, facilitar didaticamente sua compreensão.

6 PRODUTO EDUCACIONAL: POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO MUSICAL

O produto educacional que estruturamos é um podcast que ocorreu no Instituto Federal do Ceará campus Fortaleza, no ano de 2025, ou por meio digital de reuniões. O título desta intervenção é: “*Podcast Musicando Saberes*”. Nele tratamos aspectos da música e mercado de trabalho: o ensino como ferramenta de emancipação social, formação musical formal e informal e sobre o ensino-aprendizagem recebido no Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE.

Esse podcast foi aberto para as participações dos discentes do campus Fortaleza, músicos e artistas, matriculados no ano de 2025 no Curso Técnico. Além disso, utilizamos uma metodologia de perguntas livres, não estruturadas para termos maior espontaneidade nas respostas dos participantes para embasar ainda mais nosso levantamento de dados e termos visões múltiplas da temática da pesquisa.

A duração desse encontro sócio-político-cultural crítico foi concentrado, em média, dez minutos por episódio com diálogos, debates, instigação intelectual e tentativas coletivas e individuais de possíveis transformações sociais necessárias no espectro profissional e pessoal desses músicos e musicistas em confronto direto com a lógica do mercado da música na cidade de Fortaleza em suas produções artísticas.

Para realizar esse produto educacional, fizemos gravações presenciais e *online*, via plataforma de reuniões *on-line* pela plataforma Google Meet com os nossos participantes voluntários discentes, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2025. O podcast foi estruturado em um diálogo crítico com os participantes da pesquisa.

Com isso, objetivou-se investigar as relações de trabalho dos instrumentistas musicais formados nessa modalidade educacional na cena da música na cidade de Fortaleza, Ceará, em 2025 e identificar possíveis mudanças emancipatórias nessas inter-relações profissionais.

Logo, justifica-se uma análise das estruturas sociais e econômicas de poder envoltas nas interfaces desses músicos instrumentistas protagonistas desse escrito com uma rede de cultura e arte na terra alencarina, que passam por diversas conjunturas de acordos trabalhistas, muitos deles informais e, por vezes, embora acordadas pelos con -

tratantes de bares, restaurantes, de algum evento particular, festas comemorativas dentre outros palcos de atuação profissional dessa classe, não são devidamente cumpridas.

Isso se refere a valores, condições de realização do evento, estrutura técnica, pagamentos em dia dentre outros fatores que agravam esse nicho de mercado. As interlocuções teóricas serão apoiadas nos escritos da escola marxiana e marxista (Manacorda, 2007, p.21), portanto, no materialismo histórico-dialético ou socialismo científico.

Essa escolha política e filosófica de aproximação dessa corrente de pensadores advém do alinhamento que é feito dentro dessa teoria, dando enfoque aos trabalhadores, expondo as veias abertas do capitalismo e a emancipação humana pelo conhecimento, educação e revolução.

Também de teóricos e educadores musicais que pensam as diversas formações humanas, técnicas, profissionais e afetivas dentro do ambiente formal de ensino-aprendizagem musical (Nóbrega, 2019) e utilizamos visões macro de gestores da cultura local e nacional para nossa investigação, que analisou se os apoios conquistados pela classe durante séculos de luta política, estão sendo cumpridos, expondo os rochedos e os campos abertos (Barbalho; Gadelha, 2022) da luta de classes.

Temos uma produção de um *e-book*, relacionado ao Podcast Musicando Saberes em formato PDF (Portable Document Format), que contará com uma breve explicação da justificativa e princípios teóricos estabelecidos nesta pesquisa, juntamente com os embasamentos teóricos que possam estabelecer uma visão clara e objetiva do que foi nosso podcast e os rumos de debate criados, recriados, fortalecidos e/ou destruídos nos nossos procedimentos de pesquisa deste produto educacional.

6.1 Objetivos do produto educacional

O produto educacional resultante de nossa pesquisa na forma do Podcast Musicando Saberes tem os seguintes objetivos, objetivo geral: ampliar a possibilidade de diálogo crítico, aberto e democrático sobre educação musical, técnica, profissional e perspectivas de mercado de trabalho e objetivos específicos: criar um podcast sobre educação musical, técnica, profissional e perspectivas de mercado de trabalho e divul -

gar em plataformas digitais o Podcast.

Concepção do Podcast Musicando Saberes

A criação deste podcast é uma estratégia pedagógica que visa maximizar os debates sobre ensino de música em nível técnico, mais especificamente, no IFCE Fortaleza e as possibilidades de trabalho deste profissional no mercado de trabalho na sua área de formação.

A escolha desta ferramenta se deve a “Estamos em um momento tecnológico que as pessoas não têm mais o costume de assistir a TV aberta ou a escutar o rádio com tanta frequência, a tendência agora é assistir e ouvir conteúdos via *streaming*.” (Taborda, 2021, p.3). Dessa forma, para atingir um público contemporâneo que esteja já acostumado a receber informações e conhecimentos via essas plataformas criamos esse podcast.

O Musicando Saberes trata, sobretudo, da visão que os educandos do curso técnico subsequente em instrumento musical do IFCE Fortaleza possuem sobre os seus processos de aprendizagem recebida no interior do Instituto e quais são suas trajetórias de vida profissional e suas expectativas de inserção no mercado de trabalho ao concluir o curso.

6.2 Os perfis dos sujeitos

Critério de inclusão: estudantes matriculados no curso técnico subsequente em instrumento musical do IFCE Fortaleza no ano de 2025.

Critério de exclusão: todo e qualquer estudante que não esteja contemplado pelo critério de inclusão.

6.3 Relato da aplicação do Produto Educacional

O Podcast Musicando Saberes vinha sendo gestado desde 2024, após a qualificação e aprovação da nossa pesquisa pela banca formada de professores doutores, quando recebemos orientações valiosas na busca de entregar um produto educacional que realmente pudesse contribuir com a resolução da nossa problemática

de estudo.

Assim, mudamos o nosso produto educacional em foco, de uma oficina pedagógica no interior do evento Semana da Música do IFCE para o Podcast Musicando Saberes.

Com isso, visamos obter êxito em levar o mais longe possível os resultados e discussões estabelecidas na investigação que executamos. Nossa organização do novo produto educacional se colocar da seguinte maneira:

1) Faremos um total de cinco episódios do nosso podcast com duração variável de cinco a quinze minutos de entrevista com os estudantes do Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE Fortaleza;

2) Todos os nossos episódios possuirão uma pauta, apesar de termos um roteiro de entrevista aberta, mais espontânea, que é uma rotina deste formato de produto educacional, o podcast.

Todavia os nossos títulos e direcionamentos de gravação de áudio são, estritamente, relacionados ao nosso problema de pesquisa científica. Assim sendo, teremos o episódio 1: “O nascer da Música”, episódio 2: “Música e ensino”, episódio 3: “Música e mercado de trabalho”, episódio 4: “Música e formação técnica profissional”, episódio 5: “Música e projetos de vida”;

3) As gravações serão realizadas no IFCE Fortaleza, presencialmente, ou utilizando os meios digitais, por exemplo, Google Meet, WhatsApp ou outros que os nossos entrevistados prefiram e se sintam mais confortáveis em realizar essa conversa de forma mais agradável e confortável para eles dentro do tempo disponível.

Relembrando que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e serão informados claramente de todos os objetivos da pesquisa, da responsabilidade legal deste pesquisador com os dados coletados, a forma de armazenamento de dados e o tempo de arquivamento, onde será divulgado e da sua importância para a realização da pesquisa e contribuição para a ciência da Música no Brasil.

4) Os podcasts feitos serão disponibilizados na plataforma de vídeo YouTube em

canal específico a ser criado por este pesquisador e na plataforma de áudio Spotify e ficará disponível ao público discente, docente do IFCE Fortaleza e demais interessados na problemática da pesquisa.

A partir desse planejamento inicial, obtivemos, de fato, o percurso metodológico efetivo descrito a seguir. De início, já poderemos observar que a organização primária foi modificada durante o processo de efetivação, mesmo assim obtivemos os efeitos aguardados.

Nosso Podcast Musicando Saberes contou com gravações presenciais ocorridas no IFCE Fortaleza em espaços diversos de disponibilidade da estrutura da Instituição e com gravações *online* por meio do uso da ferramenta de comunicação por vídeos e criação de reuniões Google Meet durante os meses de janeiro e fevereiro de 2025.

Contamos com a gentil e voluntária participação dos estudantes do curso de instrumentos musicais do IFCE Fortaleza, que não somente dispuseram de seu tempo para contribuir com a pesquisa, mas foram auxiliares no processo de gravação, seja sugerindo um melhor local para registro sonoro, expondo suas experiências, generosamente, sobre captação de áudio e ampliando as percepções do questionário inicial do roteiro de perguntas com suas respostas de vivências várias e ricas.

Após o término das gravações, tivemos o trabalho com as edições dos episódios. Utilizamos um modelo simples com uma abertura chamando os ouvintes, despertando seu interesse e sendo claros na temática dialogada, a entrevista em si com os nossos convidados e um encerramento com os agradecimentos devidos. Uma fórmula elementar, porém eficaz.

Além disso, desenvolvemos a nossa concepção imagética baseados na problemática de pesquisa e nos depoimentos que trouxéssemos ao público ouvinte. Para isso, utilizamos ferramentas digitais tais como o Canva.

Nossa logo do Podcast Musicando Saberes encontra-se exposta logo abaixo.

Figura 14 - Logo do Podcast Musicando Saberes



Fonte: Os autores.

Em seguida, expomos também a capa do nosso *e-book* que será publicado e constará como parte integrante da conclusão do produto educacional desenvolvido no decorrer da elaboração da pesquisa.

Figura 15 - Capa do *e-book* de divulgação do Podcast Musicando Saberes



Fonte: Os autores

Com isso, julgamos dispor de um produto educacional que, verdadeiramente, conseguiu aprofundar e divulgar os resultados do estudo e ampliar as discussões sobre a problemática apresentada. Para isto, fomos diretamente à fonte das nossas inquietações, os educandos do Curso Técnico.

6.4 Avaliação e resultados do produto educacional

A avaliação e resultados do produto educacional é uma constante de levantamento de dados, pois, por se tratar de um podcast que ficará em ambiente digital e público, os relatos da experiência dos usuários com este trabalho deram-se ao longo do tempo.

Alguns pontos de análise que podemos citar em um primeiro momento, são os números de visualizações, quais são os discursos proferidos nos comentários, o quantitativo de vezes que o nosso livro digital é citado como referência para outros escritos científicos, acadêmicos e as estatísticas das plataformas Spotify e YouTube no que se refere ao engajamento que o produto educacional conseguiu alcançar.

Para além disso, podemos afirmar que o **Podcast Musicando Saberes** foi divulgado entre os estudantes do Curso Técnico em Instrumento Musical participantes e não participantes da pesquisa, esclarecendo quais os objetivos, problemática da pesquisa em foco executada e quais os benefícios da investigação realizada para o estado da arte deste objeto de pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa descortinou algumas faces do ensino-aprendizagem de música no interior do Curso Técnico de Instrumento Musical do IFCE, campus Fortaleza e sua relação com o ideário de formação profissional da classe dos trabalhadores, pensando em uma busca histórica por uma educação omnilateral, que, verdadeiramente, possa desenvolver as potencialidades múltiplas da humanidade.

Para tanto, utilizamos uma revisão bibliográfica dos teóricos, sobretudo de nossa diretriz central de pensamento, o materialismo histórico-dialético. Além disso, desenvolvemos um estudo de caso com uma amostra dos educandos/participantes do próprio Curso em análise com uma abordagem qualitativa dos dados advinda análise temática das informações colhidas.

Nesse caminho de exploração da problemática do estudo, relatamos várias dificuldades educacionais que o Curso passa em relação à concretização de seu projeto pedagógico, a estruturação e execução de seu currículo de disciplinas, a formação profissional e o diálogo com o mercado dentre outros pontos já apresentados no corpo deste escrito.

Para isso, contamos com uma gama de conteúdos e informações trazidas por quem, seguramente, vivencia a rotina pedagógica de ensino-aprendizagem do Curso, os estudantes/participantes. Isso demonstra nossa responsabilidade em lidar com a problemática com quem está imerso nas profundezas dessa realidade grupal e individual.

Também conseguimos desenvolver um produto educacional, o *Podcast Musicando Saberes* que está disponível nas plataformas digitais e pode alcançar, não somente o público específico da localidade de Fortaleza, onde foi realizada a pesquisa, mas todo os interessados na temática.

Neste sentido, deixamos nosso trabalho aberto ao público para possíveis críticas, sugestões e inspirações para novas pesquisas na área de educação profissional e tecnológica, mundo do trabalho dos músicos e educação musical como é do feitio de uma perspectiva materialista histórica-dialética de construir a realidade concreta e, sobretudo, transformá-la.

Embora saibamos que o compromisso formal de uma instituição pública de educação no Brasil é gigantesco, principalmente, no que se refere ao aprimoramento intelectual e técnico das classes populares, visando um projeto de mudanças societárias positivas e, inevitavelmente, contra-hegemônica.

Assim sendo, consideramos que nossa pergunta de pesquisa foi respondida, pois podemos discorrer sobre vários aspectos da formação técnica profissional executada no âmbito do Curso Técnico durante este relatório e compreendermos suas rotas de construção histórico-educacional.

Nesse sentido, temos uma das maiores expressões da inteligência educacional, o professor Paulo Freire, como referência de suma importância para essa transformação social, que poderia ser melhor explorado para que a formação profissional caminhasse pela libertação dos educandos e sua performance ativa na invenção de uma nova materialidade histórico-dialética.

Da mesma forma, temos na cidade de Fortaleza uma abordagem educacional inovadora e contra hegemônica surgida na Universidade Federal do Ceará chamada de Aprendizagem Musical Compartilhada. Nela podemos destacar valores de percepção, respeito às potencialidades humanas, mais especificamente com relação ao fazer musical, todavia não somente.

Essa poderia ser uma aproximação entre o Curso Técnico em Instrumento Musical do IFCE e a UFC, que gera-se uma parceira educacional frutífera no que se refere ao aprimoramento da educação musical na cidade de Fortaleza, buscando o conceito de desenvolvimento de uma ensino-aprendizagem integral dos sujeitos, já que a Aprendizagem Musical Compartilhada almeja um compartilhamento inato de saberes e afetos.

Isso, provavelmente, afetaria o modo de formação e inserção dos educandos no mercado de trabalho. Visto que eles possuíam uma outra ideologia formativa, que quebraria com a lógica do capital, sobretudo, no que tange às estruturas do individualismo, competição acirrada e sem escrúpulos e exploração da humanidade e natureza em busca de um lucro a todo custo. Tendo em conta que essas categorias são incrustadas na mente e corpo de todos os viventes do capitalismo contemporâneo.

Em conclusão, aguardamos ter contribuído com essa pesquisa para a ampliação dialética crítica dos debates sobre formação técnica profissional, educação musical, inserção de educandos no mercado de trabalho e fortalecimento das discussões sobre a construção coletiva de uma sociedade mais justa e solidária por meio da educação, por conseguinte, do desenvolvimento de intelectuais orgânicos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, A. B. de; TORRES, A. de L. de M. M.; ARAÚJO, A. C. U.; ROCHA, S. S. D.; MOREIRA, J. C. P.; CARVALHO, M. L. de O. S.; LIMA, M. A. R. de; FREITAS, S. R. de A.; BARROS, R. de O. G.; SANTOS, M. S. dos. **Notas**

introdutórias aos fundamentos teóricos da educação profissional (EPT) brasileira frente ao neoliberalismo. *Caderno Pedagógico*, 21(12), e10702, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n12-154>. Acesso em: 16 fev. 2025.

AMETRANO, L. **Técnicas de investigación social** [et al.]. La Plata : Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Periodismo y Comunicación Social, 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRAIS NETO, E. A. Empregabilidade, competências e desqualificação dos trabalhadores: a dança das palavras sobre o solo real das transformações produtivas *In*: SOUSA, A.A.; OLIVEIRA, E.G. (org.) **Educação profissional:** análise contextualizada. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

BARBALHO, A.; GADELHA, E (org.) **Formação artística e políticas públicas:** temas e abordagens contemporâneas. Fortaleza: Eduece, 2022.

BASTOS, M. C. P.; FERREIRA, D. V. **Metodologia científica.** Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

BOCLIN, R. **Justificativa para um novo ensino técnico.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 02, p. 399-411, jul. 2019. Disponível em: scielo.br/j/aval/a/pSP8xr7vdzYPKB9vBYt8n9Q/?format=pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação, 2017. Disponível em: [BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf](https://www.mec.gov.br/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf) (mec.gov.br). Acesso em: 31 mai. de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 187º da Independência e 120º da República. 29 dez. 2008. Disponível em: L11892. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Decreto No 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial*, 26/9/1909, Página 6975 (Publicação Original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Dispõe sobre a organização do ensino industrial. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 2 fev. 1942. Disponível em: DEL4073 . Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a educação antirracista na Base Nacional Comum Curricular, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 ago. 2023. Disponível em: L14645. Acesso em: 23 fev. 2025.

BÍBLIA. Versão online. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/js/6>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: L4024. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: L5692 . Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 out. 1982. Disponível em: L7044. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: L9394. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Perguntas frequentes. Disponível em:

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/perguntas-frequentes>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BRASIL. *O que é a Lei Rouanet*. Disponível em:

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet/textos/o-que-e-a-lei-rouanet>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. Lei Paulo Gustavo. Disponível em: gov.br. Acesso em: 3 mar. 2025.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CAMACHO, R.S. **O marxismo como método e práxis**: os conceitos de espaço e território enquanto totalidade e movimento. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 45, v. 2, p. 1-19, mai-ago/2023. Disponível em; file:///C:/Users/alexs/Downloads/9527-Texto%20do%20Artigo-38080-38633-10-2023 0 710.pdf. Acesso em: 17 mai. 2023.

CARDOZO, M. J. P. B. **A produção flexível e a formação do trabalhador**: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. In. SOUSA, A. A.; ARRAIS NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. (Org.) **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Senac Ceará; Edições UFC, 2008.

CEARÁ. Lei n. 15.112, de 2 de janeiro de 2012. Regulamenta a oferta de serviços do tipo couvert artístico no Estado do Ceará e dá outras providências. Ceará, Fortaleza, 2 de jan. de 2012. Acesso em: 31 de jan. de 2025. Disponível em: LEI N.º 15.112, DE 02.01.12 (D.O. 02.02.12).

CEARÁ. Festival de música na Ibiapaba. Disponível em:

<https://www.secult.ce.gov.br/festival-de-musica-na-ibiapaba/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

CIAVATTA, M. **O Materialismo Histórico e a pesquisa em Educação Profissional**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.I], v. 1, n. 22, P. 1 -15, e13896, Abr. 2022.

CIAVATTA, M. Contrastes no século do conhecimento e da formação - estudos comparados sobre a formação profissional dos trabalhadores. In. SOUSA, A. A.; ARRAIS NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. (Org.) **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Senac Ceará; Edições UFC, 2008.

CRUVINEL, F. M. **O habitus cortesão bragantino nos trópicos: a formação musical como estratégia de reprodução do poder monárquico no Rio de Janeiro oitocentista.** 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2018.

DELLA FONTE, S. S. **Formação no e para o trabalho.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 2, n° 2, 2018.

DICIO. Couvert. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/couvert/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIÓGENES, G. Formação, capital artístico e campo da arte. *In:* BARBALHO, A.; GADELHA, **Formação artística e políticas públicas: temas e abordagens contemporâneas.** Fortaleza: Eduece, 2022.

FERRARETTO, L. A. **De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil.**

Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.3, n.1, jan.2014-jun/2014.

FONTEERRADA, M. T. de O. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação.** 2.ed. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, A. S.; ARAÚJO, A. S.; QUEIROZ, F. G. S. L.; AQUINO, F. J. A. **A relação entre formação na ept e mercado de trabalho: um estudo de caso de um instrumentista egresso do curso técnico de instrumentos musicais do instituto federal do ceará campus fortaleza.** Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/98317>>. Acesso em: 6 mar. 2025.

GARCIA, I. S.; MOREIRA, E. R.. **A Categoria Trabalho em Lukács segundo a Dialética Marxista.** Revista Direito e Práxis, v. 11, n. 2, p. 854–879, abr. 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/yJChvrSNhJfK4mxmSPsCWLx/?lang=pt#>. Acesso em: 11 abr. 2024.

GIL, A.C. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIRALDI, F. R. H.; PORTÉRO, C. S. S. **Valorização da música dos povos ancestrais por meio da etnomusicologia.** Revista Internacional de Folkcomunicação. RIF, Ponta

Grossa/ PR Volume 18, Número 40, p.112-128, Janeiro/Junho 2020.

GOMES, S. L. **Consolidação do campo de educação musical no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.** 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7572>. Acesso em: 23 fev. 2025.

GOMEZ, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M.; NOSELLA, P.

Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GROUT, D. J.; PALISCA, C.V. **História da música ocidental.** 5. Ed. Lisboa: Gradiva, 2007.

HANDEFAS, A. **Uma crítica das pesquisas sobre a relação entre trabalho e educação.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 129-148, jan./jun. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.

Curso técnico em instrumento musical. Disponível em: <https://ifce.edu.br/fortaleza/cursos/tecnicos/subsequentes/instrumentomusical>. Acesso em: 03 mai. de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.

Cursos técnicos subsequentes. Disponível em: <https://ifce.edu.br/fortaleza/cursos/tecnicos/subsequentes/instrumentomusical>. Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.

Missão, Visão e Valores — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE. Acesso em: 07 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.

Projeto de Curso. Curso técnico em instrumento musical. 2011. Disponível em: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ (ifce.edu.br). Acesso em: 31 mai. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.

Memorial do IFCE. Disponível em: Memorial do IFCE — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE, 2022. Acesso em: 08 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.

Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

LIBÓRIO, D.; TERRA, L. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Érica, 2015.

MACHADO, L. R. S. M. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, L. R. S. M.; NEVES, M. A.; FRIGOTTO, G. **Trabalho e educação**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

MACHADO, N. M. C.. A “**Invenção do trabalho**”: historicidade de um conceito nas obras de André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche1. Caderno CRH, v. 30, n. 81, p. 453–478, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8F8rrYqpP7XFv9zRXdK8mFM/#>. Acesso em: 11 de abr. de 2024.

MANACORDA, M.A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Alínea, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 318 p.

MARCHESAN, E. C. **Cinco temas centrais na constituição da relação educação-trabalho no Brasil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.34, e180431, 2018.

MARQUES, I. C.; ALMEIDA, E. R.; BRASILEIRO FILHO, S. **A dialética e o trabalho na categorização do materialismo histórico dialético**. Research, Society and Development, v. 12, n. 9, e1412943134, 2023. Acesso em: 24 de Mai. de 2024.

Disponível em: (PDF) A dialética e o trabalho na categorização do materialismo histórico dialético (researchgate.net).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1969.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

MATOS, E. de A. **Educação musical e o humano direito de ser vivo e livre**.

Conjecturas, [S. l.], v. 22, n. 14, p. 131–138, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-1754-2K65.

Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1754>. Acesso em: 3 mai. de 2024.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MEYER, A. O Centro Musical do Rio de Janeiro (CMRJ) e a construção da consciência de classe dos músicos. In: **XXXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA. Anais**. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008. Disponível em: Ensino de música será obrigatório - MEC. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2019. Acesso em: 02 de jul. 2024.

MOURA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. **Tendência pedagógica tecnicista e sua relação com o currículo do novo ensino médio regular**. VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2020. Acesso em: 17 de mai. de 2024. Disponível em; https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_M D1_SA20_ID6962_15092020105303.pdf.

NÓBREGA, C. T. **Música na EPT: implementação de um material didático na formação de músicos de nível técnico**. 2019. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8198763. Acesso em: 07 mai. de 2023.

NAPOLITANO, M. **História & música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectiva de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. In: SOUSA, A.A.; OLIVEIRA, E.G. **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

OLIVEIRA, E. G. de.; **Novos caminhos na educação nacional brasileira?** IN. SOUSA, A. A.; OLIVEIRA, E. G. de.; **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

OLIVEIRA, T. V. G. M.; SIMÕES, R. C.; DE OLIVEIRA, A. M. **“Cursos técnicos na área de música no Brasil: Um Mapeamento”**. *Per Musi*, nº 42, : 1-21, jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, Paris. Disponível em: United Nations General Assembly; Declaração Universal dos Direitos Humanos; 1998. Acesso em: 12 fev. 2025.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. **Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica**. Educitec, Manaus, v.04, n.07, p. 106-120, jun. 2018.

PIOLLI, E.; SALA, M.. **A Reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional**. Rev. Exitus, Santarém , v. 11, e020138, 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602021000100211&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 fev. 2025. Epub 10-Maio-2022. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1id1543>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PINTO, T. A. **Gente que brilha quando os maestros se encontram Música e músicos da “Era de Ouro” do rádio brasileiro (1945-1957)**. 2012. 114 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PUCHIVALIO, M. C.; HOLANDA, A. F. **A história da Musicoterapia na psiquiatria e na saúde mental**: dos usos terapêuticos da música à Musicoterapia. Revista Brasileira

de Musicoterapia Ano XVI nº 16 ANO 2014. p. 122-142. Disponível em: (PDF) A História da Musicoterapia na Saúde Mental: Dos usos terapêuticos da música à Musicoterapia (researchgate.net). Acesso em: 31 de mai. de 2024.

QUADROS JÚNIOR, J. F. S. de, **Música brasileira**. São Luís: UEMA; UEMAnet, 2019. Disponível em: musica_brasileira.pdf. Acesso em: 24 de jan. de 2025.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014.

REQUIÃO, L. **Mundo do trabalho e música no capitalismo tardio: entre o reinventar-se e o sair da caixa**. Angra dos Reis: OPUS, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, v. 26, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2020b260>. Acesso em: 20 mai. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROHM, R. H. D.; LOPES, N. F. **O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica**. Cadernos EBAPE.BR, v. 13, n. 2, p. 332-345, 2015.

SEVERIANO, J. **Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2008.

SILVA, J. S. S. e. **Ontem, Escola de Aprendizes Artífices, hoje Instituto Federal do Ceará**. Fortaleza: EDIFCE, 2024.

SILVA, I. A reforma da educação profissional de nível técnico - uma análise da fase preliminar. *In*: SOUSA, A.A.; OLIVEIRA, E.G. **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SILVA, R. P. C. **As consequências do processo da abolição da escravatura na inserção do negro contemporâneo no mercado de trabalho**. 2017. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2017.

SILVA, J. S. S. e. **Ontem, Escola de Aprendizes Artífices, hoje Instituto Federal do Ceará**. Fortaleza: EDIFCE, 2024. Disponível em: Versão PDF do arquivo E_BOOK_MEMORIAL.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

SINDIMUCE. O Sindicato. Disponível em: <https://sindimuce.org.br/o-sindicato/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SOUSA, J. R.; J. J. RABELO; GOMES, V. C. Gramsci, a crise da escola e a perspectiva da formação humana: uma análise onto-histórica. In. GOMES, V. C.; SOUSA, J. R.; RABELO, J. J. (org.) **Gramsci, educação e luta de classes**: pressupostos para a formação humana, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

SOUSA, A. A. As recomendações do Banco Mundial para a Educação Profissional e o vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo. In. SOUSA, A. A.; OLIVEIRA, E.G. **Educação profissional**: análise contextualizada. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

TINHORÃO, J. R. **Os sons dos negros no Brasil**. Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: Editora 34, 2008.

TINHORÃO, J. R. **História social da música popular brasileira**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

VIEIRA, T. C. R. **Os músicos da Idade Média e sua contribuição para a centralização monárquica francesa**. Monografia. Licenciatura - História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu/RJ, 2013.

ŽIŽEK, S. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo : Boitempo, 2011.

**APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA DA PESQUISA**

1. Você está matriculado(a) no curso técnico de instrumentos musicais do IFCE em qual instrumento específico?
2. Em qual semestre do curso técnico você se encontra?
3. Você já atua no mercado da música tocando tocando seu instrumento de estudo atual ou outro instrumento musical?
4. A formação ministrada no curso técnico de instrumentos musicais do IFCE contribui para sua inserção no mercado de trabalho?
5. Você considera os cachês recebidos no mercado da música justos para o seu nível de formação musical?
6. O curso técnico fez você obter uma visão crítica e clara das relações de trabalho dos músicos e das músicas com o mercado da música em Fortaleza, Ceará?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

As relações entre formação na EPT e o mundo do trabalho: um estudo de caso dos músicos do curso técnico em instrumentos musicais do IFCE Fortaleza **Alexsandro da Silva Freitas**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Esta pesquisa se insere na área de educação profissional e tecnológica. Nossa motivação é poder construir uma experiência em uma oficina para pensarmos a formação técnica instrumental dos educandos e o mercado de trabalho da música.

Nosso objetivo é: investigar as relações de trabalho dos estudantes em formação do curso técnico subsequente em instrumentos musicais na cena da música no Ceará, no ano de 2024, analisando criticamente os processos formativos estabelecidos na Instituição, IFCE, e suas consequências empíricas na vida profissional dos alunos.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a:

1. Responder uma entrevista para o pesquisador com algumas perguntas sobre o ensino oferecido no curso técnico em instrumentos musicais do IFCE, campus Fortaleza.
2. A entrevista será feita, somente, por meio de gravação de áudio.
3. O dia e horário da entrevista será marcado pelo pesquisador e entrevistados de acordo com suas disponibilidades de tempo.
4. O tempo estimado da entrevista é de 25 minutos.
5. O local da entrevista será o IFCE, campus Fortaleza, em sala reservada.

6. Depois de cinco anos de concedida esta entrevista, ela será descartada pelo pesquisador.



Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo se não quiser, sem nenhuma obrigatoriamente de expor o motivo, responder alguma pergunta feita pelo pesquisador. Será concedida toda liberdade para o entrevistado não responder determinada questão por conta de qualquer eventual constrangimento que possa sentir.

Risco da pesquisa: Baixo.

Benefícios:

Esclarecer, em linguagem clara, quais os benefícios (vantagens) para os sujeitos de pesquisa, sejam elas diretas aos participantes ou coletivas em termos de conhecimento, retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa.

Acompanhamento e assistência:

O pesquisador ficará disponível para esclarecer qualquer dúvida do entrevistado antes, durante e depois da entrevista realizada, no que se refere aos procedimentos científicos adotados na composição desta pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador: **Alexsandro da Silva Freitas**, e-mail: alexsandro.silva.freitas05@aluno.ifce.edu.br, telefone: **(85) 9999-9999**, endereço profissional, telefone, e-mail ou outra forma de contato com o(s) pesquisador(es). É importante lembrar que o endereço profissional deverá incluir o departamento para que sejam prontamente localizados.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em

Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 e-mail: cep@ifce.edu.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:



Nome do(a) participante:

Contato telefônico (opcional):

e-mail (opcional):

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL

LEGAL) Data: __/____/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome do(a) pesquisador(a):

[Assinatura do pesquisador]

Data: ____/____/____.


APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

De acordo com o presente documento, firmamos o compromisso de anexar os resultados da pesquisa intitulada “AS RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO NA EPT E O MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DOS MÚSICOS DO CURSO TÉCNICO EM INSTRUMENTOS MÚSICAIS DO IFCE FORTALEZA” na Plataforma Brasil, garantindo-se o sigilo à identidade dos participantes, propriedades intelectuais e patentes industriais, conforme determinado pela Norma Operacional nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), alínea c, do dispositivo 3.3.

Além disso, declaramos conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nos 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, e Norma Operacional no 001/2013, pelo CNS, e disponíveis no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Fortaleza, 10 de novembro de 2024

Documento assinado digitalmente
 ALEXSANDRO DA SILVA FREITAS
Data: 10/11/2024 14:31:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Alexsandro da Silva Freitas

APÊNDICE D - DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE REGRESSO DOS BENEFÍCIOS DA PESQUISA


DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE REGRESSO DOS BENEFÍCIOS DA PESQUISA

O termo abaixo desenvolvido se relaciona às etapas do projeto de pesquisa, AS RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO NA EPT E O MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DOS MÚSICOS DO CURSO TÉCNICO EM INSTRUMENTOS MUSICAIS DO IFCE FORTALEZA, a ser desenvolvido pelo mestrando, Alexsandro da Silva Freitas, do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Julgamos como benefícios da pesquisa o maior aprofundamento das percepções dos educandos dos processos de ensino aprendizagem desenvolvidos no curso técnico em instrumentos musicais do IFCE, que impactam a formação educacional e profissional destes estudantes. Assim como também apontamos o benefício de obtermos mais debates sobre o mercado de trabalho da música na cidade de Fortaleza e, em potência, instigar a associação dos trabalhadores da música em busca de melhores condições de trabalho.

Por fim, declaramos conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nos 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, e Norma Operacional no 001/2013, pelo CNS, e disponíveis no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Fortaleza, 10 de novembro de 2024

 Documento assinado digitalmente
ALEXSANDRO DA SILVA FREITAS
Data: 10/11/2024 14:31:23-0300
Verifique em <https://validar.ic.gov.br>


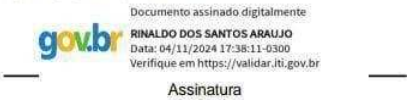
Alexsandro da Silva Freitas

APÊNDICE E - FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (PLATAFORMA BRASIL)



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: As relações entre formação na EPT e o mundo do trabalho: um estudo de caso dos músicos do Curso Técnico em Instrumentos Musicais do IFCE Fortaleza			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 40			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8. Linguística, Letras e Artes			
PESQUISADOR			
5. Nome: ALEXSANDRO DA SILVA FREITAS			
6. CPF: [REDACTED]		7. Endereço (Rua, n.º): GOVERNADOR MARIO COVAS PLANALTO AYRTON SENNA 140A FORTALEZA CEARA 60766275	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: [REDACTED]	10. Outro Telefone:
		11. Email: alexandro.silva.freitas05@aluno.ifce.edu.br	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data : 04 / 11 / 2024		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA		13. CNPJ: 10.744.098/0002-26	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (85) 3307-3666		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>RINALDO DOS SANTOS ARAÚJO</u>		CPF: [REDACTED]	
Cargo/Função: <u>DIRETOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – IFCE CAMPUS DE FORTALEZA</u>			
Data: <u>04</u> / <u>11</u> / <u>2024</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

APÊNDICE F - ORÇAMENTO DA PESQUISA

O orçamento abaixo desenvolvido se relaciona às etapas do projeto de pesquisa, AS RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO NA EPTE O MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DOS MÚSICOS DO CURSO TÉCNICO EM INSTRUMENTOS MUSICAIS DO IFCE FORTALEZA, a ser desenvolvido pelo mestrando, Alessandro da Silva Freitas, do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Descrição de despesas	Tipo (Capital ou custeio)	Preço
Internet	Custeio	890,00
Transporte	Custeio	300,00
Alimentação	Custeio	100,00
Eletricidade	Custeio	900,00
Assinatura de site escrita	Custeio	350,00
Equipamentos de gravação	Capital	250,00
Água	Custeio	590,00
Notebook	Capital	2.500,00

Total: 5.880,00

APÊNDICE G - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

Segue o cronograma de execução do projeto intitulado “As relações entre formação na EPT e o mundo do trabalho: um estudo de caso dos músicos do curso técnico em instrumentos musicais do IFCE Fortaleza”, mestrando Aleksandro da Silva Freitas, orientação: professor Dr. Samuel Brasileiro Filho.

Neste âmbito, ressaltamos que a citada pesquisa foi concluída somente após a sua aprovação pelo Sistema CEP-CONEP, conforme disposto nas Resoluções nos 466, de 12 de dezembro de 2012, (no item 10 da seção X3, no capítulo X) e 510, de 07 de abril de 2016, (no art. 28, inciso I, do capítulo VI) e Norma Operacional no 001/2013 (especificamente, na alínea “f” da seção 3.3, no capítulo 3), apresentadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), e no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE, em seu art. 35.

FASE	PERÍODO	
	Início	Término
Submissão ao Comitê de Ética	17/12/2024	31/12/2024
Coleta dos dados	06/01/2025	20/01/2025
Análise dos dados	21/01/2025	01/02/2025
Construção do produto educacional	02/02/2025	10/02/2025
Execução do produto educacional	14/02/2025	20/02/2025
Validação do produto educacional	21/02/2025	27/02/2025
Revisão da dissertação	28/02/2025	10/03/2025
Defesa da dissertação	11/03/2025	15/04/2025
Revisão da dissertação	16/04/2025	16/06/2025

**ANEXO A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM
INSTRUMENTOS MUSICAIS (DATA DE REFERÊNCIA DA CONSULTA: 02
DE FEVEREIRO DE 2025)**

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ DIRETORIA DE ENSINO Matrizes Curriculares											
-Matriz-											
3585 - Técnico em Instrumento Musical (2012/1)											
-Curso-											
01291 - Técnico em Instrumento Musical											
Nível	Periodicidade	Regime	Situação	Per. Letivo Inicial	C.H. Disciplinas						
Técnico	Semestral	Não Seriado	Matriz em Vigor	2012/1	1020						
Per.	Componentes Curriculares							Carga Hor.	Co-Requisitos	Pré-requisitos	Equivalentes
	Código	Descrição	Núcleo	Opt	Hab.	Cred.	Cred. Nec.				
1	MUS001	APRECIÇÃO MUSICAL ORIENTADA I	COM	N	-	2	0	40			
1	MUS015	TEORIA MUSICAL APLICADA I	COM	N	-	2	0	40			
1	CMUS.062	TREINAMENTO AUDITIVO I	COM	N	-	2	0	40			MUS017g1
1	CMUS.063	PRÁTICA DE INSTRUMENTO ESPECÍFICO I	COM	N	-	2	0	40			
1	CMUS.064	PRÁTICA DE INSTRUMENTO COMPLEMENTAR I	COM	N	-	1	0	20			MUS007g1 + MUS011g2
1	MUS021	TREINAMENTO VOCAL I	COM	N	-	1	0	20			
2	MUS022	TREINAMENTO VOCAL II	COM	N	-	1	0	20		MUS021	
2	CMUS.065	PRÁTICA DE INSTRUMENTO ESPECÍFICO II	COM	N	-	2	0	40		CMUS.063	
2	CMUS.066	PRÁTICA DE INSTRUMENTO COMPLEMENTAR II	COM	N	-	1	0	20		CMUS.064	MUS012g1 + MUS008g2
2	CMUS.067	TREINAMENTO AUDITIVO II	COM	N	-	4	0	80		CMUS.062	MUS018g1
2	MUS016	TEORIA MUSICAL APLICADA II	COM	N	-	2	0	40		MUS015	
2	MUS002	APRECIÇÃO MUSICAL ORIENTADA II	COM	N	-	2	0	40		MUS001	
3	MUS003	INFORMÁTICA MUSICAL BÁSICA	COM	N	-	4	0	80		MUS016	
3	MUS004	MÚSICA EM CONJUNTO I	COM	N	-	2	0	40		CMUS.065 + CMUS.066	
3	MUS019	TREINAMENTO AUDITIVO III	COM	N	-	4	0	80		CMUS.067	
3	CMUS.068	PRÁTICA DE INSTRUMENTO ESPECÍFICO III	COM	N	-	2	0	40		CMUS.065	
3	MUS023	TREINAMENTO VOCAL III	COM	N	-	1	0	20		MUS022	
3	MUS013	PRÁTICA DE HARMONIA I	COM	N	-	2	0	40		CMUS.065 + CMUS.066	

ANEXO B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703, - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Eu, Joelia Marques de Carvalho, ocupante do cargo de Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Instituto Federal do Ceará – IFCE, autorizo a realização do projeto intitulado “AS RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO NA EPT E O MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DOS MÚSICOS DO CURSO TÉCNICO EM INSTRUMENTOS MUSICAIS DO IFCE FORTALEZA” pelo pesquisador Alessandro da Silva Freitas, que envolverá aplicação de questionário online e entrevistas estruturadas e será iniciado após a aprovação pelo Sistema CEP-CONEP.

O Instituto Federal do Ceará está ciente de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para desenvolvê-la em conformidade às diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas aos alunos e professores que não desejarem ou desistirem de participar do projeto.

Declaro, outrossim, na condição de representante desta organização, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nos 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, e Norma Operacional no 001/2013, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), e disponíveis no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE.

Fortaleza, 12 de novembro de 2024.

(assinatura digital)

JOELIA MARQUES DE CARVALHO
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Reitoria IFCE



Documento assinado eletronicamente por **Joelia Marques de Carvalho, Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação**, em 12/11/2024, às 16:18, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6736930** e o código CRC **6543F8D4**.

ANEXO C - TABELA DE CACHÊS DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DO CEARÁ REALIZADA PELO SINDIMUCE (2024)



SINDICATO DOS MÚSICOS
PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ

TABELA DE CACHÊS DO MÚSICO – 2024

Tabela aprovada em assembleia geral da
categoria em fevereiro de 2024

PISO SALARIAL	
PARA MÚSICOS QUE POSSUAM VINCULO EMPREGATÍCIO COM BANDAS OU OUTRAS EMPRESAS QUE UTILIZEM SEUS SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECÍFICOS	
MENSAL (ATÉ DOZE SHOWS / APRESENTAÇÕES)	R\$ 3.000,00
ADENDO DE 10% (POR APRESENTAÇÃO - A PARTIR DO 13º SHOW)	R\$ 300,00
GRAVAÇÕES	
CD ou ALBUM DIGITAL	
POR FAIXA	R\$ 400,00
TAXA DE ATRASO APÓS MEIA HORA (ambas as partes)	R\$ 100,00
POR DOBRA – (REGRAVAÇÃO DA MESMA FAIXA)	R\$ 150,00
SOLO / DESTAQUE	R\$ 400,00
GRAVAÇÃO ESPECIAL AUDIOVISUAL (Clipe, etc)	
POR FAIXA	R\$ 800,00
Obs. Caso o material gravado para DVD/ Plataformas/Clipe se converta em CD ou álbum virtual, deverá ser pago ao músico o valor adicional correspondente à gravação de CD.	
PROGRAMAS DE TV	
LOCAL	R\$ 300,00
FORA DO MUNICÍPIO DO MÚSICO	R\$ 550,00
JINGLE OU VINHETA	
POR FAIXA	R\$ 350,00
POR DOBRA	R\$ 150,00
PRODUÇÃO TRILHA SONORA	
TEATRO / HISTORIETA E OUTROS	R\$ 4.000,00
FILME NACIONAL	R\$ 10.000,00
FILME ESTRANGEIRO	R\$ 20.000,00
Obs.: Esses valores não incluem lançamento da trilha em CD/ÁLBUM DIGITAL que, se for o caso, deverá ser pago o valor adicional correspondente à gravação de CD.	
SHOWS E ESPETÁCULOS	
SHOWS E ACOMPANHAMENTOS DE ARTISTAS LOCAIS	
POR SHOW	R\$ 1.000,00
POR ENSAIO DE ATÉ 03 HORAS	R\$ 200,00
SHOWS E ACOMPANHAMENTOS DE ARTISTAS NACIONAIS	
POR SHOW	R\$ 2.000,00
POR ENSAIO DE ATÉ 03 HORAS	R\$ 400,00
SHOWS E ACOMPANHAMENTOS DE ARTISTAS NO EXTERIOR	
POR SHOW	R\$ 4.000,00
POR ENSAIO DE ATÉ 03 HORAS	R\$ 600,00
SHOWS E ACOMPANHAMENTOS DE ARTISTAS ESTRANGEIROS NO BRASIL	
POR SHOW	R\$ 3.000,00
POR ENSAIO DE ATÉ 03 HORAS	R\$ 600,00

CNPJ 07.358.856/0001-82

NATAL	
POR ATÉ 04 HORAS	R\$ 1.000,00
SERVIÇOS EXTRAS	
CLARINATA COM TROMPETE (OU OUTROS INSTRUMENTOS)	R\$ 300,00
CLARINATA COM TROMPETE TRIUNFAL	R\$ 350,00
RECEPTIVO DE CONVIDADOS (ANTERIOR AO BAILE - ATÉ 30 MINUTOS)	R\$ 250,00
RECEPTIVO DE CONVIDADOS (ATÉ 01 HORA)	R\$ 350,00
ATRASOS	
DO MÚSICO (POR CADA 15 MINUTOS)	R\$ 75,00
CORAL (PISO)	
REGENTE 20 (vinte) horas mensais	R\$ 3.000,00
REGENTE ASSISTENTE 20 (vinte) horas mensais	R\$ 1.700,00
PROFESSOR TÉCNICA VOCAL 10 (dez) horas mensais	R\$ 1.500,00
MÚSICO CO-REPETIDOR 10 (dez) horas mensais	R\$ 1.500,00
MÚSICO ACOMPANHADOR 02 (duas) horas por espetáculo	R\$ 400,00
ENSAIADOR DE NAÍPE 02 (duas) horas mensais	R\$ 800,00
VOZ SOLISTA 02 (duas) horas por espetáculo	R\$ 800,00
VOZ TUTTI 20 (vinte) horas mensais	R\$ 600,00

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. Outros valores e funções poderão vir a ser acrescentados nessa tabela, sob a condição de serem aprovados também em assembléia pelo SINDIMUCE.
2. OS MÚSICOS QUE FAZEM A FUNÇÃO DE PRODUTOR E QUE FECHAM OS CONTRATOS DEVEM SEGUIR A LÓGICA DE REMUNERAÇÃO DE PRODUTOR, PODENDO FICAR COM ATÉ 20% DO CACHÊ.
3. PARA A CONTRATAÇÃO POR EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS O SINDIMUCE SUGERE O VALOR DE R\$ 5.000 POR APRESENTAÇÃO.



SINDICATO DOS MÚSICOS
PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ

Tabela disponível no site do SINDIMUCE: WWW.SINDIMUCE.ORG.BR/DOWNLOADS/

AMAUDSON XIMENES VERAS MENDONÇA

PRESIDENTE DO SINDIMUCE